



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PROCESSO DE
CERTIFICAÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO
QUEIJO DE COALHO NO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

VICTOR HUGO DA SILVA SANTOS

RECIFE/PE
FEVEREIRO/2018



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

VICTOR HUGO DA SILVA SANTOS

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PROCESSO DE
CERTIFICAÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO
QUEIJO DE COALHO NO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de Concentração: **Gestão, Mercados e Agronegócio.**
Orientador: Prof. André Marques Cavalcanti, DSc
Co-orientadora: Prof^ª. Maria de Fátima de Souza Santos, DSc

RECIFE/PE
FEVEREIRO/2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S237r Santos, Victor Hugo da Silva
Representações sociais sobre o processo de certificação
da indicação geográfica do queijo de coalho no agreste de
Pernambuco / Victor Hugo da Silva Santos. – 2018.
100 f. : il.

Orientador: André Marques Cavalcanti.
Coorientadora: Maria de Fátima de Souza Santos.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Administração e
Desenvolvimento Rural, Recife, BR-PE, 2018.
Inclui referências e apêndice(s).

1. Desenvolvimento territorial 2. Hélice tríplice 3. Percepções
4. Políticas públicas 5. Exclusão social I. Cavalcanti, André Marques,
orient. II. Santos, Maria de Fátima de Souza, coorient. III. Título

CDD 631.1



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
VICTOR HUGO DA SILVA SANTOS**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DA
INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO QUEIJO DE COALHO NO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o candidato **VICTOR HUGO DA SILVA SANTOS APROVADO** em 20/02/2018

Orientador:

Prof. ANDRÉ MARQUES CAVALCANTI, DSc
Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural
Universidade Federal Rural de Pernambuco
(Presidente)

Banca Examinadora:

Prof. MARCELO LUIZ MONTEIRO MARINHO, DSc
Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural
Universidade Federal Rural de Pernambuco
(Membro Interno)

Prof. FERNANDO GOMES DE PAIVA JÚNIOR, DSc
Universidade Federal Rural de Pernambuco
(Membro Externo)

A todos aqueles que contribuem para a pecuária leiteira em Pernambuco, principalmente os produtores e seus rebanhos. Que este trabalho possa contribuir a melhorar a qualidade de vida do Agreste e do Sertão pernambucano.

AGRADECIMENTOS

Ao final deste trabalho, dois anos se passaram: momentos de incerteza, de alegria, de tristeza, de desespero, de companheirismo e de gratidão. Não poderia deixar de agradecer às pessoas que me ajudaram ao longo do caminho para que este trabalho estivesse concluído. É uma responsabilidade enorme citar todos aqueles que estiveram ao meu lado ou que, de alguma forma, deram suas forças e energias para que eu chegasse até este momento. Peço perdão para aqueles que não irei citar nominalmente, e desde já, peço, humildemente, que se sintam representados pelo carinho que eu tenho em especial por cada um de vocês que já fizeram ou fazem parte da minha vida.

Tenho um dever de agradecer a UFRPE, que tem me abraçado como seu aluno desde 2010. A todos os seus funcionários que me ajudaram tanto na minha graduação como durante o mestrado. Aos auxiliares administrativos, aos funcionários da limpeza e do Restaurante Universitário, a vocês que trabalham e muitas vezes não são percebidos, o meu muito obrigado por garantirem que nossos dias de pesquisa sejam beneficiados pelos seus serviços.

Aos meus professores orientadores, deixo minha gratidão pelos ensinamentos e conselhos. Professor André Marques, meu orientador, tenho admiração pela sua visão de futuro, que me permitiu enxergar pontos que antes não visualizava e fizeram total diferença no produto final deste trabalho. Professora Fátima Santos, minha co-orientadora, me acolheu, sem que houvesse ressalva alguma, quando mais precisei de ajuda metodológica, aceitou meu convite para me auxiliar a materializar este trabalho e me mostrou as belezas e os desafios de se trabalhar com a Psicologia Social, principalmente com a Teoria das Representações Sociais.

Agradeço aos professores Fernando Paiva e Marcelo Marinho, que estiveram na banca de defesa desta dissertação, pelas valiosas contribuições e por possibilitar que, por meio da reflexão e das críticas construtivas, este trabalho ganhasse outras visões que favoreceram a discussão acadêmica sobre as temáticas que envolvem as Indicações Geográficas no Brasil.

Ao Programa de Administração e Desenvolvimento Rural (PADR), por terem me aceitado como aluno e contribuírem com minha formação acadêmica. Em especial para Luiza Pragana, Secretária do curso, que me ajudou e tirou minhas dúvidas sempre que eu solicitava; e a Ana Regina Ribeiro, que me recebeu em sua sala de aula como estagiário de docência, compartilhando comigo seu conhecimento, e sempre me incentivou nos meus projetos.

Para os meus pais, Gilvania Maria e Mário Roberto, agradeço por me incentivarem a estudar e sempre contribuir para que nada faltasse na minha formação, por me ensinarem a

seguir um caminho de respeito e retidão diante do mundo. Mesmo que nossas relações não sejam mais as mesmas devido ao preconceito e todas as feridas que foram sendo abertas durante esses anos, tenho muita admiração por vocês, sobretudo, pela força e determinação de você, minha mãe. Espero que um dia você possa encontrar as cores da felicidade na sua vida.

Não poderia deixar de agradecer a minha família, que sempre cuidou de mim e me presentearam com momentos de felicidade e ensinamentos. Agradeço ainda mais a minha avó materna, Beatriz Lopes, por todo o cuidado e carinho que me dedicou ao longo dos anos em que meus pais não puderam estar presentes no meu cotidiano, por me ensinar e compartilhar seus conhecimentos em mais diversas áreas, por ser uma mulher guerreira e tendo passado por momentos de muita dificuldade, sempre lutou pelos filhos e netos. A minha gratidão e meu amor são seus.

As minhas cadelas Dolly (*in memoriam*) e Estrela, que mesmo nem sempre entendendo, me permitiram vivenciar momentos de alegria e risos. Dividir lembranças de uma cadela que amava comer pão e tomar banho e da outra que adora sair para passear será para toda a vida.

Aos meus amigos, antigos e novos, em especial aqueles que desenvolvi um laço mais forte, vocês aguentaram todo esse tempo sem eu poder dar atenção devida a vocês, foram muitos convites postergados e pedidos de paciência feitos. Menções especiais a Ana Lee, que sempre se dispôs a me ajudar, mesmo que não soubesse como; a Júlia Andrade, que sempre me ouviu e me fazia sorrir nos momentos de tristeza; a Cecília Morena, por toda a sua amizade e carinho durante os longos anos que nos conhecemos; a Gabriella Chalegre, que compartilhou comigo sentimentos de mestrandos e sua amizade.

Aos amigos que fiz durante o mestrado, os laços de amizade criados e ajuda nos trabalhos acadêmicos foram um suporte na minha vida. Um carinho muito especial a Auristela Silva, Flávia Fonseca, Daniela Farias e Kamilla Alves por estarem mais próximas de mim durante essa jornada, me acolherem nos momentos de dificuldade e compartilharem suas amizades. Um carinho ainda mais especial por Lara Filho, que além de compartilhar sua amizade comigo de forma confiante e me apoiar sempre, deixou sua dissertação de lado e viajou comigo para os municípios do Agreste para me ajudar na pesquisa de campo (melhor companheira de viagens). Espero que nossas amizades durem anos e que nossos almoços sejam sempre regados a boas risadas e que nossas barrigas estejam cheias de boas comidas!

Aos entrevistados e às cidades visitadas durante a pesquisa de campo, principalmente o município de Venturosa, onde fiquei hospedado. A Gracielle Galindo (Fofa), dona Gracinha Galindo e sua família, que abram a porta de sua casa para me acomodar com todo o carinho que um pernambucano sabe oferecer em sua residência. A Josivânia Vasconcelos, pela sua amizade

e também por me receber em sua casa com todo seu amor. A Isac Lima, por ter buscado informações valiosas, que me ajudaram a otimizar minha pesquisa.

Gostaria de agradecer as pessoas que contribuíram para a construção direta deste trabalho, fornecendo suas informações e seu tempo. Benoit Parquereau, por toda a sua ajuda concedida a mim e todo o seu trabalho desenvolvido na área de laticínios em Pernambuco; a Professora Daniela Carvalho, pelas informações e disponibilidade em contribuir para o desenvolvimento desta dissertação; a Girleno Pereira, colega de mestrado, cujas informações me ajudaram a avançar na literatura e no campo sem me sentir um iniciante; às minhas professoras de graduação Luciana Lima e Edenilze Romeiro, que me agraciaram com suas orientações e apoio para seguir minha carreira acadêmica; e ao professor José do Egito, que contribuiu para o meu aprofundamento sobre a área de laticínios.

Por último, porém não menos importante, muito pelo contrário, um dos mais importantes: agradeço a Phagner Ramos. Nada deste trabalho existiria sem o companheirismo, a escuta e o amor que ele dedicou a mim ao longo dos três anos que nos conhecemos. Sempre acreditou no meu potencial e esteve ao meu lado me incentivando a não desistir. Ele quem abraçou a minha ideia de pesquisar sobre a produção de queijos no Agreste de Pernambuco e contribuiu em todas as etapas deste trabalho. Te amo!

“É certo que o homem fala a si mesmo; não há um único ser racional que o não tenha experimentado. Pode-se até dizer que o mistério do Verbo nunca é mais magnífico do que quando, no interior do homem, vai do pensamento à consciência, e volta da consciência ao pensamento. (...) Diz, fala, exclama cada um consigo mesmo, sem que seja quebrado o silêncio exterior. Há um grande tumulto; tudo fala em nós, excepto a boca. As realidades da alma, por não serem visíveis e palpáveis, nem por isso deixam de ser também realidades”.

Victor Hugo (Os Miseráveis, 1862)

RESUMO

As Indicações Geográficas (IGs) surgem como uma alternativa de promoção mercadológica de produtos ou serviços e de desenvolvimento territorial, principalmente nas dimensões social, cultural e ambiental. Entretanto, o processo de obtenção demanda mobilização cooperativa dos atores envolvidos, alinhando suas práticas e crenças na construção da qualidade, para que sejam alcançados seus benefícios. Com o intuito de promover a valorização do queijo de coalho, vários processos têm sido desenvolvidos para a obtenção da certificação de IG. Assim sendo, este trabalho teve como objetivo identificar as representações sociais das instituições de produção de conhecimento, dos representantes governamentais e dos produtores de queijo de coalho artesanal do Agreste de Pernambuco e analisar como as percepções destes grupos influenciam no processo da certificação. O estudo fundamentou-se na Teoria das Representações Sociais e no modelo de Hélice Tríplice, utilizando como métodos de análise com abordagem qualitativa por meio do programa de análise textual IRAMUTEQ. Os dados foram coletados junto a treze sujeitos por meio de um roteiro semiestruturado, contendo perguntas referentes à produção do queijo de coalho, as percepções acerca da IG do Agreste de Pernambuco e a interação entre os atores locais. A análise dos resultados mostrou que a produção de queijo de coalho é uma atividade artesanal e familiar, tendo um forte apelo da tradição e busca pela valorização do produto; entretanto, ainda marcada pela informalidade e falta de qualidade da matéria-prima. Os atores percebem a IG como vantajosa para a região e já vislumbram os benefícios que foram obtidos no processo produtivo durante a certificação. Não obstante, a representatividade dos produtores ligados a Associação de Certificação do Queijo de Coalho do Agreste de Pernambuco (CQP) é pequena comparada à quantidade de produtores de queijo na região. Além disto, a região possui uma grande resistência para trabalhar em organizações coletivas como associações e cooperativas, situação que é agravada pela dificuldade das instituições de produção de conhecimento em prestar assistência técnica e ausência de políticas públicas específicas e contínuas para a produção de laticínios. Logo, observa-se que é preciso que todos os atores, principalmente os produtores, consigam se fortalecer por meio de organizações sociais mais sólidas, incluindo os pequenos produtores no processo de certificação de IG e, conseqüentemente, minimizado os riscos de ampliar os problemas de exclusão social na região.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial, Hélice Tríplice, percepções, políticas públicas, exclusão social.

ABSTRACT

The Geographical Indications appear as an alternative of market promotion of products or services and of territorial development, mainly in the social, cultural and environmental dimensions. However, the procurement process demands a cooperative mobilization of the actors involved, aligning their practices and beliefs in the construction of quality, so that their benefits can be achieved. In order to promote the valorization of rennet cheese, several processes have been developed to obtain GI certification. The objective of this work was to identify the social representations of knowledge production institutions, government representatives and producers of artisanal rennet cheese from Agreste of Pernambuco and to analyze how the perceptions of these groups influence the certification process. The study was based on the Theory of Social Representations and the Triple Helix model, using as methods of analysis with qualitative approach through the textual analysis program IRAMUTEQ. The data were collected with thirteen subjects by means of a semistructured script, with questions related to the production of rennet cheese, perceptions about the GI of the Agreste of Pernambuco and the interaction among the local actors. The analysis of the results showed that the production of rennet cheese is an artisanal and familiar activity, having a strong appeal of the tradition and search for the valorization of the product; however, still marked by the informality and lack of quality of the raw material. The actors perceive GI as advantageous for the region and already see the benefits that were obtained in the production process during certification. But, the representativeness of producers associated with Associação de Certificação do Queijo de Coalho do Agreste de Pernambuco (CQP) is small compared to the quantity of cheese producers in the region. In addition, the region has great resistance to work in collective organizations such as associations and cooperatives, a situation that is exacerbated by the difficulty of knowledge production institutions to provide technical assistance and lack of specific and continuous public policies for dairy production. Therefore, it should be noted that all actors, especially producers, need to be strengthened through stronger social organizations, including small producers in the process of GI certification, and thus minimize the risks of exclusion in the region.

Keywords: Territorial development, Triple Propeller, perceptions, public policies, social exclusion.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Modelo de Tríplice Hélice das relações Empresa-Governo-Universidade	28
FIGURA 2 – Influência de fatores do meio geográfico na qualidade final do produto	38
FIGURA 3 – Cronologia das atividades desenvolvidas para obtenção da IG do queijo de coalho em Pernambuco	40
FIGURA 4 – Delimitação geográfica de produção de queijo de coalho do Agreste de Pernambuco	43
FIGURA 5 – Mapa conceitual da estrutura da metodologia da pesquisa	50
FIGURA 6 – Dendrograma de classes sobre o processo de certificação da Indicação Geográfica do Queijo de Coalho do Agreste de Pernambuco	55
FIGURA 7 – Análise Fatorial de Correspondência por classes	62
FIGURA 8 – Análise Fatorial de Correspondência por sujeitos	64

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 – Benefícios das Indicações Geográficas	21
QUADRO 2 – Diferenças entre as modalidades de Indicações Geográficas	24
QUADRO 3 – Quatro níveis de análise da abordagem societal	34
TABELA 1 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa	52
TABELA 2 – Indicações Geográficas brasileiras no setor de laticínios.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAGRO – Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco

AFC – Análise Fatorial de Correspondência

CEPLEITE – Comitê Estratégico da Pecuária Leiteira de Pernambuco

CHD – Classificação Hierárquica Descendente

CQP – Associação de Certificação do Queijo de Coalho do Agreste de Pernambuco

DO – Denominação de Origem

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IG – Indicação Geográfica

IP – Indicação de Procedência

IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco

IPC – Instituições Produtoras de Conhecimento

ITEP – Instituto de Tecnologia de Pernambuco

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

RC – Representação Coletiva

RS – Representações Sociais

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIE – Selo de Inspeção Estadual

SECTMA – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do estado de Pernambuco

TRS – Teoria das Representações Sociais

UCE – Unidade de Contexto Elementar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Justificativa	17
1.2. Objetivos	18
1.2.1. <i>Objetivo Geral</i>	18
1.2.2. <i>Objetivos Específicos</i>	18
1.3. Estrutura da Dissertação	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1. As Indicações Geográficas e o Desenvolvimento Territorial	20
2.2. O Modelo de Hélice Tríplice	26
2.3. Teoria das Representações Sociais	30
3. O QUEIJO DE COALHO NO AGRESTE DE PERNAMBUCO.....	36
4. METODOLOGIA.....	45
4.1. Enquadramento da Pesquisa	45
4.2. Procedimento Metodológico e Instrumento de Pesquisa	46
4.3. Análise dos Dados	48
5. RESULTADOS.....	51
5.1. Caracterização dos sujeitos do estudo	51
5.2. Resultado da análise do IRAMUTEQ.....	54
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS REPRESENTAÇÕES	66
6.1. Cadeia Produtiva do Queijo no Agreste	67
6.2. Percepções sobre a Indicação Geográfica.....	71
6.3. Interação entre Atores	76
7. CONCLUSÕES.....	83
7.1. Limitações do Estudo e Sugestões para Trabalhos Futuros.....	84
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES	94

1. INTRODUÇÃO

No cenário mundial, de mercados globalizados, a acirrada competição e o aumento do padrão de exigência dos consumidores ante a qualidade e a clareza nas informações dos produtos e serviços, principalmente, no que tange aos produtos agroalimentares, tem ocasionado importantes discussões no âmbito das regulamentações do comércio internacional. Neste contexto, as certificações passam a ter uma importância estratégica por diferenciar os produtos, atender às necessidades de nichos de mercado e proporcionar confiança aos seus consumidores (LAGES; LAGARES; BRAGA, 2005).

Dentre outras certificações, a Indicação Geográfica (IG) representa uma forma de inovação e de diferenciação de produtos, constituindo uma das formas de proteção a bens imateriais ou intangíveis, englobado pela legislação de Propriedade Intelectual. A IG tem como escopo, principalmente, delimitar a origem de um produto ou serviço, por meio da diferenciação da qualidade e da padronização dos processos produtivos, ou através da fama de um território pela extração e produção de um determinado produto ou prestação de um serviço (BRUCH et al., 2010).

Em sua origem, as IGs foram concebidas como mecanismo de coibir fraudes e adulterações, criando uma proteção legal para os produtos oriundos de determinada área geográfica que apresentavam características específicas. Com o passar dos anos, esta certificação ganhou destaque pelo forte apelo à origem específica do produto, atrelado a revalorização de tradições, costumes e práticas que promoviam a diferenciação mercadológica mediante a qualidade dos produtos com esta certificação (NIEDERLE et al., 2013).

As primeiras IGs foram estabelecidas pela França, em 1935, tendo objetivo de assegurar a autenticidade geográfica, as características tradicionais e a reputação dos vinhos regionais, uma vez que as características dos vinhos são frutos das propriedades físico-químicas de um determinado local e da tradição da vitivinicultura regional (GOLLO, 2006).

Portanto, as IGs estão associadas à valorização dos recursos materiais e simbólicos dos territórios (paisagem, saber-fazer coletivo, tradições e costumes locais). Nesse aspecto, os produtos com certificação de IG englobam o conceito de *terroir*, estando, desta maneira, dependentes à existência de uma relação histórico-cultural com o seu território (CASABIANCA et al., 2013).

Assim como nos vinhos, o *terroir* é uma expressão que também pode ser encontrada em queijos. É constituído pela interação entre meio ambiente e o saber-fazer local do homem, tendo a característica “de não abranger somente aspectos do meio natural (clima, solo, relevo), mas

também, de forma simultânea, os fatores humanos da produção – incluindo a escolha das variedades, aspectos agrônômicos e aspectos de elaboração dos produtos” (TONIETTO, 2007, p. 1). Desta forma, os aspectos naturais, como tipo alimentação do gado, a altitude e o clima, em conjunto com os fatores humanos, permitem que haja em uma variedade de queijos com características únicas pelo mundo.

As discussões acerca dos parâmetros das IGs indicam que o reconhecimento de bens culturais imateriais deve ser permitido, valorizando os aspectos intangíveis do produto. No entanto, essa discussão se torna controversa quando se trata do reconhecimento das regiões produtoras de queijos artesanais, devido às questões de segurança alimentar e aos parâmetros normativos industriais e sanitários que regulam a produção e a comercialização dos queijos artesanais no país (NIERDELE; MASCARENHAS; WILKINSON, 2017). No Brasil, a produção de queijos artesanais está diretamente relacionada com a preservação da identidade social por meio do alimento e com sua contribuição para a reprodução social do agricultor familiar; porém, ainda continua atrelada à informalidade e aos seus entraves, relativos à problemática higiênico-sanitária da legalização do processo de produção a partir do leite cru (MENEZES, 2011).

O processo de obtenção da IG não se restringe às mudanças das características tangíveis dos bens e serviços. A implantação de um sistema de certificação atua na dimensão material do produto, refletindo na sua dimensão simbólica, visto que essas duas dimensões não podem ser dissociadas (HALL, 2006). Assim sendo, as certificações exigem uma mudança de mentalidade por meio da organização eficiente de todos os atores envolvidos, ou seja, produtores, instituições produtoras de conhecimento (IPC) e órgãos públicos. O desafio da modificação de paradigma permeia a concepção de que as certificações são apenas ferramentas de ingresso ao mercado, ao invés de refletir um aspecto do desenvolvimento rural, contribuindo para a valorização o território local e a agricultura familiar (LAGES; LAGARES; BRAGA, 2005).

O Agreste de Pernambuco, desde 2003, tem vivenciado debates para a realização do pedido da certificação IG para o queijo de coalho (PARQUEREAU; MACHADO; CARVALHO, 2016). O reconhecimento de um produto tradicional com esta certificação provoca a necessidade do desenvolvimento de ferramentas voltadas para obtenção de um produto singular, além de redefinir práticas produtivas e estabelecer o funcionamento de estruturas organizacionais (NIEDERLE; VITROLLES, 2010). Desta forma, as instituições de apoio e pesquisa da região têm buscado, com a ajuda da esfera governamental, fortalecer atividades de aperfeiçoamento na produção de laticínios, bem como a promoção da sustentabilidade da bacia leiteira pernambucana.

Os estudos brasileiros na área de IG abordam, em sua maioria, questões voltadas para o desenvolvimento local e o impacto econômico, a qualidade dos produtos e as legislações nacionais e internacionais (MASCARENHAS; WILKINSON, 2014; VELLOSO et al., 2014; WILKINSON, CERDAN; DORIGON, 2015; MEDEIROS, 2015; VIEIRA; BRUCH, 2015; NIERDELE; MASCARENHAS; WILKINSON, 2017). Entretanto, por representarem uma nova percepção de economia, onde a qualidade é determinante no setor agroalimentar, as IGs têm sido objeto de estudo das ciências sociais nos países latino-americanos, que tem se utilizado de diferentes ferramentas analíticas ao buscar compreender o funcionamento dos mercados e o comportamento dos atores envolvidos nos processos de certificação (SACCO DOS ANJOS et al, 2013; FROEHLICH, 2013).

Englobando vários destes aspectos, a Teoria das Representações Sociais (TRS) apresenta-se como auxiliadora no processo de compreensão das práticas coletivas, partindo do entendimento de que as representações funcionam como um sistema de interpretação da realidade. Fornece, ainda, ferramentas de investigação dos processos de construção simbólica mantidos pelos sujeitos sociais na tentativa de dar sentido ao mundo em que vivem, entendê-lo e encontrar o seu lugar nele, fortalecendo, assim, a identidade social do grupo (VERGARA; FERREIRA, 2007).

As representações sociais (RS) podem ser interpretadas como uma forma de valorização cultural, sendo responsáveis por auxiliar na construção ou na preservação da identidade de um grupo. Por serem dinâmicas, as representações sociais não são imutáveis, as novas ideias passam por um processo de assimilação gradual e criteriosa junto às já existentes, deixando, então, de representarem uma ameaça à cultura do grupo (BAUER, 2002). Consequentemente, a utilização da TRS pode contribuir para compreender melhor os fatores que colaboram ou atrapalham o processo de obtenção da certificação das IGs.

O modelo de Hélice Tríplice se baseia na perspectiva que os centros de pesquisa agem como indutores das relações com a iniciativa privada e as instituições governamentais, visando à produção de novos conhecimentos, a inovação tecnológica e ao desenvolvimento econômico. Logo, o modelo fornece uma metodologia para examinar pontos fortes e fracos locais e preencher lacunas nas relações entre universidades, indústrias e governos, com vistas a desenvolver uma estratégia de inovação bem-sucedida (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017).

Portanto, utiliza-se o conceito da Hélice Tríplice para a delimitação dos grupos de análise, visto que este modelo se baseia na perspectiva dos centros de pesquisa como indutores das relações com a iniciativa privada (setor produtivo de bens e serviços) e as instituições

governamentais (setor regulador e fomentador da atividade econômica), visando à produção de novos conhecimentos, a inovação tecnológica e ao desenvolvimento econômico.

Diante deste panorama, tem-se como pergunta de pesquisa: como as representações sociais dos atores locais influenciam o processo de obtenção da certificação da IG do queijo de coalho do Agreste de Pernambuco?

1.1. Justificativa

Justifica-se este estudo pela importância do desenvolvimento econômico e social que a produção de leite e derivados, principalmente o queijo de coalho, representa para o Agreste de Pernambuco, contribuindo para o sustento de famílias que vivem do agronegócio. Destaca-se ainda o valor que a atividade de pecuária leiteira possui para a economia de todo o estado, além do valor cultural e gastronômico que o queijo de coalho representa para a identidade nordestina.

Tendo sua produção estendida por todo o Nordeste, este laticínio é apontado como produto originário de Pernambuco, inicialmente fabricado na região do Agreste pernambucano por volta do final do século XVIII, período em que houve o surgimento das primeiras fazendas nos sertões nordestinos e crescimento da produção leiteira. No entanto, existe um documento do século XVI, o qual apresenta características e forma de produção do queijo de coalho (CASCUDO, 1967).

Destaca-se que desde de 2003, várias discussões sobre a obtenção da certificação foram fomentadas por instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP), tendo como objetivos a melhoria da qualidade, o estabelecimento de uma caracterização padronizada do produto, a definição da área geográfica de produção, o resgate da história do queijo de coalho e a criação da Associação de Certificação do Queijo de Coalho de Pernambuco (CQP).

Segundo Velloso (2008), os processos de obtenção da certificação de IG e sua consolidação podem representar uma ameaça ou uma oportunidade ao desenvolvimento territorial sustentável, sendo responsável por promover maior exclusão ou maior integração social, respectivamente. O resultado depende sobretudo do modo como as lideranças locais, principalmente da associação encarregada pela solicitação da certificação, mobilizam os recursos territoriais.

Salienta-se também a importância deste estudo para a promoção da discussão acerca das dificuldades e potencialidades vivenciadas durante o processo na região, possibilitando que

todos os atores envolvidos possam desenvolver um diálogo, afim de beneficiar todos os produtores de laticínio sem que haja exclusão ou marginalização na cadeia produtiva. Assim sendo, busca-se o desenvolvimento social e econômico local, ou seja, deseja-se que este trabalho seja uma ferramenta de apoio para o incentivo de práticas sustentáveis.

Em relação a escolha da TRS para embasar o estudo, explicita-se que existem poucos trabalhos utilizando esta teoria no campo da Administração, entretanto, as contribuições teóricas e metodológicas, bem como a utilização de suas técnicas podem colaborar para o desenvolvimento de estudos qualitativos na área das Ciências Sociais Aplicadas (VERGARA; FERREIRA, 2006). Em pesquisas sobre IG, a identificação das RS dos atores sobre o processo pode auxiliar no entendimento dos motivos que cooperam ou obstruem o processo da aquisição da certificação. Esta pesquisa vem ao encontro dessas preocupações ao buscar entender como os produtores de queijo e as instituições envolvidas no processo de certificação da IG do Agreste de Pernambuco percebem esta possibilidade.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Analisar de que forma as representações sociais dos atores do território delimitado pela proposta de Indicação Geográfica do Agreste de Pernambuco influenciam no processo de reconhecimento desta certificação.

1.2.2. Objetivos Específicos

- a) Identificar as organizações produtoras de queijo de coalho, as instituições produtoras de conhecimento e as instituições governamentais envolvidas no processo;
- b) Compreender as representações sociais dos atores locais em relação à certificação de Indicação Geográfica, à produção de queijo de coalho e à interação entre os atores da região;
- c) Analisar as representações sociais dos atores locais de modo a perceber as potencialidades e as dificuldades sentidas pelos atores para a obtenção desta certificação na região.

1.3. Estrutura da Dissertação

No capítulo 2, será apresentada a estrutura teórica que dará embasamento a pesquisa a ser realizada neste trabalho. No primeiro momento, serão abordados o conceito de IG, bem como suas classificações de acordo com a regulamentação brasileira, e o modelo da Hélice Tríplice. Logo em seguida, abordar-se-á a TRS, com foco nas abordagens processual e societal, como forma de entender as percepções dos atores locais sobre o processo de certificação da IG.

No capítulo 3, são apresentados o contexto atual da produção de queijo de coalho no Agreste de Pernambuco e o desenvolvimento do processo de obtenção da certificação realizado pelos atores locais nesta região.

No capítulo de metodologia são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados, tendo como finalidade o cumprimento dos objetivos gerais e específicos deste estudo. Serão explanadas sobre as considerações metodológicas, o enquadramento da pesquisa e o procedimento metodológico, o instrumento de pesquisa e análise dos dados, utilizados para a execução deste trabalho.

No capítulo de resultados estão apresentados os dados coletados na pesquisa de campo após serem processados pelo programa IRAMUTEQ, tendo como principais formas de análise a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) das classes e dos grupos. Também é apresentado um conjunto de citações dos sujeitos entrevistados que caracteriza o discurso típico de cada classe.

No capítulo seguinte, serão discutidos os resultados de maneira aprofundada, desenvolvendo uma corrente de raciocínio baseado nas informações coletadas na pesquisa de campo. Esta discussão é construída baseada em três pontos de investigação de análise (cadeia produtiva do queijo de coalho, percepções sobre a IG e interação entre os atores), os quais darão suporte para responder à pergunta de pesquisa.

No último capítulo, é discorrido sobre as conclusões do trabalho, enfatizando as contribuições das bases teóricas para o desenvolvimento do tema. Também são explicitadas as limitações do estudo e as recomendações para os futuros estudos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. As Indicações Geográficas e o Desenvolvimento Territorial

As IGs são uma ferramenta de promoção mercadológica de um produto ou serviço, cujo objetivo é destacar lugares, pessoas e produções artesanais, por meio da apelação de sua herança histórico-cultural, a qual é intimamente relacionada ao seu local de produção, sendo considerada, desta forma, como intransferível (KAKUTA et al., 2006). Parquereau, Machado e Carvalho (2016) ainda definem as IGs como sendo um nome geográfico que distingue um produto de seus semelhantes ou afins, visto que apresenta características particulares ligadas à sua origem geográfica e a fatores naturais e humanos, configurando-se, conseqüentemente, como um patrimônio coletivo.

As IGs atuam como mecanismos de mercado que transmitem informações essenciais sobre o produto para o consumidor (pelo intermédio de um selo), permitindo reduzir assimetrias entre produtores e consumidores; destaca-se também como ferramentas de estratégias competitivas utilizadas por agentes econômicos para controlar os mercados a partir de políticas de diferenciação; e destaca possibilitam a construção de sistemas produtivos locais fundados na autenticidade, tipicidade e originalidade dos produtos (NIEDERLE, 2014).

Neste sentido, a conexão direta com a localidade permite que a IG atue conforme uma certificação de defesa contra a apropriação indevida da notoriedade, do saber-fazer tradicional e de sustentação de uma identidade coletiva. Também se configura como uma forma de desenvolvimento natural das relações entre produtores e consumidores, por meio de um padrão de qualidade, envolvendo vínculos de confiança e respeito aos costumes e tradições (NIEDERLE; AGUIAR, 2012). Touzard (2010) ainda corrobora com o pensamento de que as IGs motivam a revalorização das tradições, dos costumes, dos saberes, das práticas e de outros bens intangíveis associados a identidade territorial e a origem geográfica específica. Atuando, portanto, como um dispositivo de enraizamento sociocultural dos produtos e dos atores em seus respectivos territórios.

Em consonância, Bezerra e Nascimento Júnior (2015) acrescentam que os principais benefícios associados a IG são: gerar promoção comercial, garantir autenticidade, agregar valor, promover o desenvolvimento regional, preservar a biodiversidade e os recursos naturais, além de valorizar o conhecimento tradicional. Logo, Nascimento, Nunes e Bandeira (2012) classificam os benefícios atrelados a IG em quatro dimensões: econômica; promocional; sociocultural e ambiental, conforme é apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – Benefícios das Indicações Geográficas

<i>DIMENSÃO</i>	<i>BENEFÍCIOS</i>
Econômica	Aumento do valor agregado dos artigos; Incremento do valor dos imóveis da região; Estímulo aos investimentos na própria zona de produção; Desperta o desenvolvimento de outros setores.
Promocional	Garantia de produtos de notoriedade, originais e de qualidade; Afirmção da imagem autêntica (novos nichos de mercado. Exemplo: Turismo); Reconhecimento internacional;
Social e Cultural	Inserção de produtores ou regiões desfavorecidas; Proteção de um patrimônio nacional e econômico: das regiões, do manejo, dos produtos. Proteção da riqueza, da variedade e da imagem de seus produtos.
Ambiental	Preservação da biodiversidade e dos recursos genéticos locais e a preservação do meio ambiente; Manutenção da população nas zonas rurais. Geração de empregos. Vitalidade das zonas rurais (crescimento do turismo). Satisfação do produtor, orgulho da relação produto e produtor. Contribuição para a preservação das particularidades e a personalidade dos artigos, que se constituem em um patrimônio de cada região.

Fonte: Nascimento, Nunes e Bandeira (2012, p. 382)

Para Rocha Dias (2005), além da aspiração coletiva de revalorização da identidade local e cultural, as motivações que levam à procura de uma certificação de IG são: a existência de produtos de qualidade inferior, que possam prejudicar a reputação do produto típico local; a ampliação demasiada da área de produção; e os desvios do saber-fazer tradicional, podendo estar associado ao crescimento industrial.

Trata-se, portanto, de um artifício de valorização de tradições, costumes, saberes, práticas e outros bens imateriais associados à identidade local. Utilizada pelos produtores como uma forma de agregar valor ao produto e ingressar em novos mercados, além de conhecidas como garantia de qualidade pelos consumidores, as IGs são consideradas como potenciais instrumentos de desenvolvimento territorial, visto que possibilitam exploração de ativos intangíveis, constituindo uma vantagem competitiva em mercados onde existe acirrada competição (NIEDERLE, 2009).

Mesmo sendo uma ferramenta mercadológica de grande potencial, as IGs por si só não garantem sucesso comercial determinado (VIEIRA; BRUCH, 2015). Boechat e Alves (2011) ressaltam que as vantagens da IG nem sempre estão ligadas ao preço de venda do produto, mas ao reconhecimento de que os bens produzidos estão atrelados a determinadas regiões, podendo

estas tornarem-se territórios dinâmicos por meio do investimento na multifuncionalidade de seus espaços, como, por exemplo, desenvolvendo atividades não rurais em espaços rurais como é o caso do turismo. Neste sentido, as IGs podem auxiliar no desenvolvimento econômico local, contribuindo também para uma distribuição de renda mais igualitária, sobretudo em países em desenvolvimento.

As atividades turísticas (hospitalidade de turistas, rotas turísticas, organização de eventos culturais e gastronômicos) em sinergia com atores locais, o produto ou serviço da IG e outras atividades de produção ou serviço valorizam a economia das propriedades rurais, destacam o patrimônio cultural e ampliam a capacidade de beneficiamento da população local (BOECHAT; ALVES, 2011).

Em contrapartida, por mais que vários estudos evidenciem que haja uma ligação entre as IGs e o território, no Brasil, poucos são as produções científicas que tem despendido esforços para compreender a ligação específica entre as IGs e o desenvolvimento territorial (TONIETTO, 2005; LAGARES; LAGES; BRAGA, 2006; DIAS, 2005; MASCARENHAS, 2008; DULLIUS et al., 2008). A maioria aborda os impactos potenciais a partir dos resultados de estudos realizados em outros países tentando ratificar estes impactos para os casos de IGs brasileiras. Ainda que muitos destes impactos possuam comprovação empírica, as tentativas de generalização de um território para outro raramente são válidas, portanto, não há como demonstrar claramente o papel das IGs no desenvolvimento territorial (NIERDELE, 2009).

Esta diferença de impactos gerados pela IG pode estar relacionada ao capital social, definido por Coleman (1990) como o conjunto das relações sociais que torna possível atingir objetivos, os quais seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado. Abromovay (2000) aponta a importância de um conjunto de valores compartilhados pelos indivíduos pertencentes a um grupo social, os quais possuem a tendência de aumentar conforme seu uso, sendo a confiança o valor de maior notoriedade.

O capital social não é completamente independente do capital econômico e cultural, pois a inserção em grupos ocorre pela utilização destes dois capitais, os quais são multiplicados por meio das redes de conhecimento. Por isso, a aquisição de capital social requer um investimento deliberado de recursos tanto econômicos como culturais, visto que a sua distribuição é desigual e dependente da capacidade de apropriação de diferentes grupos (BOURDIEU, 1996).

Putnam (1996) adapta o conceito original de capital social sob uma perspectiva coletiva de desenvolvimento econômico da sociedade, sendo “as características das redes de relações sociais, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (p. 177). Estas redes promovem troca contínua de

expectativas mútuas de retribuições de favores, por meio da confiança estabelecida pelo grupo, permitindo a compartilhamento de conhecimento e desenvolvendo relações de cooperação entre os indivíduos. Ainda segundo Putnam (2002), o capital social está diretamente relacionado com as raízes históricas e culturais de cada população, porém as instâncias governamentais, por meio da promoção de políticas públicas, podem ajudar a capacidade de desenvolvimento do capital social.

Nesta linha de pensamento, por exemplo, Sacco dos Anjos et al. (2014) associam o caso de sucesso da obtenção da primeira IG no Brasil ao processo de articulação e organização dos atores do setor vitivinícola na região do Vale dos Vinhedos, ressaltando o papel da associação formada pelos produtores na articulação entre os atores locais. Entretanto, ele também relata a dificuldade de construção de capital social que desenvolva relações de cooperação, de inovação e de coesão social devido à falta de interesse e à desarticulação entre os atores do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional.

Portanto, é possível afirmar que cada território é diferente de outro e possui características próprias como resultado dos recursos que são formados e moldados pelas interações sociais. Desta forma, as estratégias para o desenvolvimento de cada local devem ser pensadas e elaboradas a partir de cada realidade, considerando as redes de atores locais, os recursos naturais, a infra-estrutura existente, o capital social e humano, a capacidade empreendedora dos atores, as vocações e oportunidades do território. Logo, a combinação de todas estas características de uma população, tornam uma região como sendo única e inimitável (PAULA, 2004).

No Brasil, as IGs são um tipo de certificação pertencente à área da propriedade intelectual e, mais especificamente, da propriedade industrial. Como em outros processos desta natureza, a propriedade e o produto são avaliados pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) dentro de padrões previamente estabelecidos e aceitos a fim de garantir a certificação. Sendo assim, conceitua-se a IG como a identificação de um produto ou serviço, quando as características específicas que o definem possam ser essencialmente vinculadas a uma determinada região (INPI, 2016).

A Lei de Propriedade Intelectual nº 9.279, de 14 de maio de 1996, responsável por regular os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, não conceitua de forma explícita o que viria a ser IG, se atendo a definição de duas classes de proteção para produtos e serviços:

- a) Indicação de Procedência (IP): nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço (BRASIL, 1996).
- b) Denominação de Origem (DO): nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe o produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (BRASIL, 1996).

Portanto, a certificação do tipo DO demanda mais rigor em relação a IP, sendo necessário a comprovação mais detalhada das informações enviadas ao INPI e a criação de regras específicas para a produção de um produto ou serviço que será certificado (quadro 2).

Quadro 2 – Diferenças entre as modalidades de Indicações Geográficas

Item	Indicação de Procedência (IP)	Denominação de Origem (DO)
<i>Meio natural</i>	O meio geográfico não tem necessariamente uma importância especial, e o nome geográfico pode referir-se à origem do produto, à localização da cantina ou ao local de engarrafamento	O meio geográfico marca e personaliza o produto; a delimitação da zona de produção é indispensável
<i>Renome/prestígio</i>	Não necessariamente indispensável	Indispensável
<i>Uniformidade da produção</i>	Pode ser aplicada a um conjunto de produtos de características diferentes, que tenham em comum apenas o lugar de produção, o centro de distribuição ou o local de engarrafamento	Mesmo existindo mais de um tipo de produto, eles estão ligados por uma certa homogeneidade de características
<i>Regime de produção</i>	Não existe uma disciplina de produção à qual devem ser submetidos os produtos; existe apenas uma disciplina de marca	Há regras específicas de produção e características qualitativas mínimas dos produtos
<i>Constância das características</i>	Não implica um nível determinado de qualidade, nem da constância das características	Os produtos devem conservar um mínimo de qualidade e certa constância nas suas características

Fonte: Glass (2009, p. 27)

Assim sendo, a IP está relacionada a reputação de uma determinada região em fabricar um produto ou prestar um serviço com características próprias que afetem na sua qualidade. Esta certificação não exige que haja comprovação entre fatores ambientais e humanos para a determinação das características do produto. Por outro lado, a DO está diretamente ligada com os fatores naturais – como o clima, a vegetação, solo, altitude, entre outros – e fatores humanos – como manejo, fabricação e armazenamento – que afetem o produto ou o serviço, desempenhando papel determinante na formação da sua tipicidade (INPI, 2016).

Bruch et al. (2010), por sua vez, destacam que a consolidação do direito de propriedade intelectual, atrelada a IG, ocorre através da mobilização dos produtores e demais atores locais envolvidos nos processos de sua obtenção. Igualmente, por se tratar de uma certificação onde os processos de manutenção são contínuos, a mobilização entre os atores não se encerra quando se adquire a IG. Por conseguinte, a associação dos produtores, responsável pela administração da certificação, precisa assumir o protagonismo do seu gerenciamento. Sendo assim, as relações entre os atores de uma cadeia produtiva são um fator de suma importância para o desempenho da certificação de IG em uma determinada região.

Para isso, as ações coletivas necessitam ser reguladas por normas e regulamentos, que estabeleçam as formas de interação dos atores sociais e sejam sustentadas pela mobilização de recursos que levarão à construção social de um território e à aceção de sua identidade, ou seja, as ações dos atores locais precisam estar alinhadas a mecanismos de governança. Para Querol (2004), governança está relacionada com a capacidade de um sistema social se organizar frente a seus desafios, possibilitando o desenvolvimento de sistema institucional para gerar ações coletivas positivas. Este sistema de governança terá mais governabilidade quanto mais previsível, transparente e legítimo for a formação do quadro institucional e quanto mais houver a participação de diversos atores.

Neste sentido, os atores locais precisam atuar como organizações sociais com capacidades institucionais como a liderança, a participação social, a coordenação e cooperação, a prevenção e gestão de conflitos e o acesso à informação e conhecimento úteis. Assim sendo, compreender como os atores se organizam entre si pode contribuir para o entendimento de como as ações voltadas para a obtenção de uma IG estão sendo desenvolvidas em uma região. Para isto, serão utilizados os conceitos do modelo de Hélice Tríplice para alicerçar as relações entre os atores envolvidos no processo de certificação.

2.2. O Modelo de Hélice Tríplice

As IG se enquadram dentro da modalidade de proteção intelectual, onde também se encontram as marcas e patentes. Porém, diferentemente destas últimas, as IG pressupõem um caráter de direito coletivo e participativo. Em outras palavras, a proteção legal advinda desta certificação concede direito de propriedade para um grupo de indivíduos de uma região; caso contrário das marca e patente, cujo o direito de propriedade está diretamente ligado a exclusividade (GLASS, 2009).

Observa-se na Instrução Normativa nº 25/2013, estabelecida pelo INPI, a determinação de um conjunto de normas para o encaminhamento de pedidos de reconhecimento de IG, dentre elas, constata-se a necessidade da solicitação de registro por associações, institutos e pessoas jurídicas representativas da coletividade legitimada. A esse conselho compete exercer funções definidas pelo Regulamento da Indicação Geográfica, entre as quais a obrigação de gerir, manter e preservar as atividades ligadas à IG em questão (INPI, 2016).

Dentre as obrigatoriedades necessárias para que seja realizado o pedido de IG, mais especificamente na modalidade de DO, destaca-se as documentações que comprovem as influências históricas, geográficas e humanas: delimitação da área geográfica de produção e suas características climáticas; identificação da natureza do terreno responsável pelas características da matéria-prima; definição biogenética dos fatores vegetais ou animais geradores da matéria-prima e de insumos; descrição tecnológica dos processos de produção, sazonalidade e armazenamento; definição das características físico-químicas e sensoriais do produto acabado (GLASS, 2009).

Dar-se destaque a imprescindibilidade de um *dossiê* contendo informações de ampla complexidade com o objetivo de ressaltar a importância de uma equipe multiprofissional para que sejam reunidos documentos que subsidiem de forma consistente as características necessárias para que um produto seja considerado apto para receber a certificação de IG. Corroborando com este pensamento, Niederle et al. (2013) reforçam a necessidade de integração que o processo de obtenção e de gestão das IG demandam dos atores, uma vez que não é um processo simples e que exige uma ampla gama de conhecimentos para ser desenvolvido e continuado.

Neste contexto, se introduz o modelo de Hélice Tríplice, desenvolvido por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff (2001), o qual possui fundamento na compreensão de que o conhecimento é desenvolvido de forma dinâmica, tanto nas esferas intra quanto nas inter

organizacionais, além de que o conhecimento produzido pelas interações institucionais entre organizadores do conhecimento, tais como universidades, indústrias e instituições governamentais, é capaz de propiciar a geração de riqueza.

O processo de obtenção da IG para o queijo de coalho intensificou as trocas de conhecimento entre produtores artesanais, instituições produtoras de conhecimento (IPC) e instâncias governamentais, tornando-se em uma nova perspectiva de inovação e troca de informações no cotidiano dos atores da região do Agreste pernambucano. Denomina-se IPCs, nesta visão, o conjunto de todas as instituições, além das universidades, que de alguma forma produzem conhecimento ou prestam assistência técnica para o setor produtivo, visto que se entende que existem outros formatos de instituições que promovem a inovação dentro da perspectiva da Hélice Tríplice.

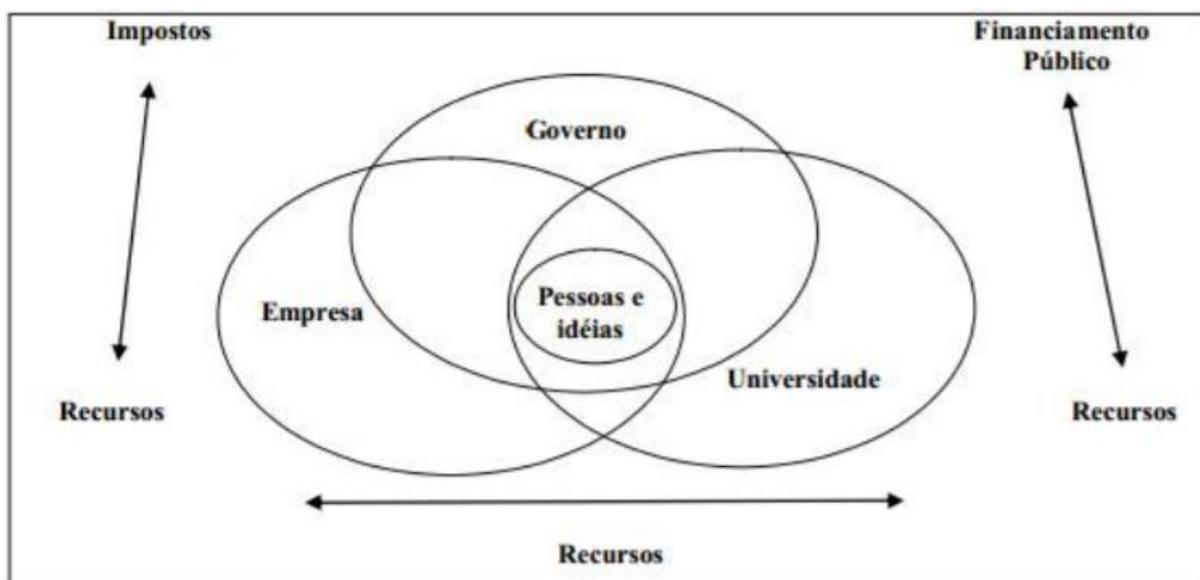
Etzkowitz e Zhou (2017) apontam que o modelo de Hélice Tríplice tem como origem dois pontos de vista opostos: o modelo estatista, cujo o governo controla a academia e a indústria, e o modelo *laissez-faire*, em que a indústria, a academia e o governo, de maneira dissociada, interagem minimamente por meio de fronteiras bem estabelecidas. Porém diferente desses dois primeiros modelos, a interação entre as esferas institucionais da universidade, indústria e governo – explicitadas no modelo de Hélice Tríplice –, aponta que cada esfera desempenha, além de seus papéis tradicionais, os papéis umas das outras em variadas combinações. É por meio desta interseção entre as esferas que existe um estímulo à criatividade organizacional na cadeia produtiva.

O modelo estatista é descrito pela forte hierarquia dirigida pelo governo central sob as universidades e setor produtivo. Este modelo é caracterizado por institutos especializados de pesquisa básica e aplicada, incluindo unidades setoriais para setores específicos. As universidades funcionam fundamentalmente como instituições de ensino, distantes das atividades da indústria. Enquanto que no modelo *laissez-faire*, a universidade tem o papel de fornecer conhecimento, principalmente na forma de publicações e profissionais graduados para o mercado de trabalho. A indústria é responsável por buscar conhecimentos úteis nas universidades, sem a expectativa de receber muita ajuda. Conseqüentemente a indústria desenvolve suas atividades por conta própria, com empresas ligadas entre si por relações de mercado de compra e venda. Logo, existe uma acirrada competição entre empresas, impedindo que haja relações de colaboração (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017).

Por outro lado, o modelo de Hélice Tríplice trata-se de um processo dinâmico para a inovação interminável que se vale dos três espaços da Hélice Tríplice: conhecimento, consenso e inovação. Observa-se que, quando os cientistas se apropriam do conhecimento científico com

o intuito de gerar renda, a própria ciência deixa de ser um processo cultural que consome o excedente da sociedade e se torna uma força produtiva que gera novos rendimentos a partir de um aspecto da cultura. Enquanto que, quando os representantes das universidades, do setor produtivo e das instituições governamentais, bem como outros atores, são convocados para discutir sobre os problemas e potencialidades regionais, podem nascer novas dinâmicas de inovação e empreendedorismo, conforme apresentado na figura 1.

Figura 1 – Modelo de Hélice Tríplice das relações Empresa-Governo-Universidade



Fonte: Sbragia et al. (2005, p.21)

A Hélice Tríplice, portanto, admite que a base de conhecimento e o seu papel na inovação podem ser explicados por meio das mudanças nas relações entre IPCs, sistema produtivo e instituições governamentais. Sbragia et al (2005, p. 20) complementa que a “Hélice Tríplice é um modelo espiral de inovação que leva em consideração as múltiplas relações recíprocas em diferentes estágios do processo de geração e disseminação do conhecimento”, sendo que “cada hélice é uma esfera institucional independente, mas trabalha em cooperação e interdependência com as demais 5 esferas, por meio de fluxos de conhecimento entre elas”.

Etzkowitz e Leydesdorff (2001) acrescentam que, por meio deste modelo, a interação entre as esferas permite uma maior possibilidade de ações inovadoras nas múltiplas áreas de atividade dos atores. Desta forma, por estarem interligadas por características geográficas locais, as esferas da hélice, conseqüentemente, influenciam na promoção do bem-estar à sociedade e do desenvolvimento regional.

É interessante destacar que o desenvolvimento da Hélice Tríplice pode mudar de curso ao longo do tempo, sendo liderada por alguma de suas três esferas. As IPCs empreendedoras podem exercer diferentes papéis de acordo com a configuração da Hélice Tríplice, podendo promover o desenvolvimento da inovação regional em um cenário em que sejam predominantes. Em modelos liderados pelo governo, as IPCs ajudam empresas e indústrias existentes e criam outras por instância do governo; já em um contexto liderado pelo setor produtivo, as IPCs dão suporte com a indústria na inovação de produtos e processos (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017)

A Hélice Tríplice também se torna uma plataforma para a “formação institucional”, ou seja, permite a criação de novos formatos organizacionais para promover a inovação, por exemplo, incubadoras, parques tecnológicos e as firmas de capital de risco. Essas novas organizações passam a existir a partir da interação entre universidade, indústria e governo para promover a inovação e são elas próprias uma síntese dos elementos deste modelo.

Logo, o modelo de Hélice Tríplice fornece uma metodologia para examinar pontos fortes e fracos locais e preencher lacunas nas relações entre universidades, indústrias e governos, com vistas a desenvolver uma estratégia de inovação bem-sucedida. Desta forma, é possível identificar que a fonte generativa do desenvolvimento socioeconômico baseado no conhecimento é o cerne do projeto de inovação da Hélice Tríplice para aprimorar as interações universidade-indústria-governo (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017).

Percebe-se, portanto, que a Hélice Tríplice é um modelo dinâmico que depende de como as esferas se relacionam entre si, modificando suas dinâmicas a partir da necessidade observada pela cadeia. A interação é a palavra-chave que determina a promoção da inovação neste modelo. Entende-se que as relações entre os atores possuem como influências as experiências e a visão de mundo de cada indivíduo. Para isso, se faz necessário compreender como esses atores interpretam os processos desenvolvidos para a obtenção da IG utilizando uma teoria que analise o conhecimento gerado no senso comum.

2.3. Teoria das Representações Sociais

O termo Representação Social foi proposto por Moscovici, em 1961, com o intuito de designar um conjunto de fenômenos e processos relativos ao conhecimento do senso comum, considerado pela academia como uma forma de conhecimento desarticulada, fragmentada e pré-lógica, portanto, sendo vista como uma oposição ao conhecimento científico (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000). É nesta perspectiva que a TRS fundamenta sua concepção, sendo uma forma de análise dos fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos diante de fatos cotidianos, a vida social e o comportamento humano.

A TRS surgiu da nova interpretação realizada por Serge Moscovici sobre o pensamento de Representação Coletiva (RC) de Émile Durkheim. O conceito deste último se baseia na concepção de que as representações são produzidas pela consciência coletiva e impostas ao indivíduo que faz parte daquela sociedade (MOSCOVICI, 2001). Desta forma, a consciência coletiva, também chamada de consciência comum assume um papel de conjunto de crenças e sentimentos comuns em uma mesma sociedade, possuindo independência de condições particulares dos indivíduos e vida própria. A perenidade da consciência coletiva ultrapassa a vivência de uma população, sendo um psíquico contínuo da sociedade, com suas propriedades, condições de existência e modo de desenvolvimento (DURKHEIM, 1893).

As principais críticas em relação ao trabalho de Durkheim são a falta de preocupação em buscar a origem da generalidade dos fenômenos do conceito de RC, como ciência, religião e mitos, e a ausência da dinâmica das RC, tornando uma teoria ineficiente para estudar sociedades complexas, onde existem uma pluralidade de sistemas e rotação constante do fluxo de representações (MOSCOVICI, 2001). Este mesmo autor (1995) ainda salienta que “as representações sociais são racionais, não por serem sociais, mas porque são coletivas”.

As RSs são conjuntos dinâmicos de produção de comportamentos e relações com o meio, as quais têm uma lógica própria, uma linguagem particular, uma estrutura de implicações que se referem tanto a valores como a conceitos e um estilo de discurso próprio. Deste modo, não devem ser consideradas como opiniões, mas como uma teoria destinada à interpretação e à construção da realidade” (MOSCOVICI; NEMETH, 1974, p.48).

Pode-se concluir que as RSs são realidades sociais e culturais que, de forma coletiva, são vivenciadas, percebidas e sentidas por um grupo. Elas expressam e estruturam a identidade e as condições sociais dos sujeitos que as reproduzem e as transformam continuamente, contribuindo para a interpretação da realidade vivenciada, sendo, portanto, uma elaboração psicológica e social, que possui formação a partir da triangulação sujeito-outro-objeto.

Jean Claude Abric (2000) complementa que as RSs têm papel fundamental na dinâmica das relações e nas práticas sociais, correspondendo a quatro funções básicas. A primeira é a função de saber, onde as RS permitem que os indivíduos compreendam e tentem explicar a realidade; a segunda atribui função identitária, partindo da ideia de que as RSs definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos; a terceira implica na função de orientação, traduzindo os comportamentos e as práticas como reflexo das RSs construídas pelo grupo; e a quarta agindo como função justificadora, a qual permite que as RSs sejam utilizadas como justificativa das tomadas de decisão, dos comportamentos e de posicionamento.

Denise Jodelet (2002, p. 22) também colabora com a construção de novas vertentes da TRS, tendo como base o entendimento que “as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Logo, os significados das representações dependem diretamente das normas sociais, dos valores de cada indivíduo e da história comum do grupo social.

A dinâmica das RSs pode ser compreendida por meio de dois processos que interferem na sua formação: a objetivação e a ancoragem. Esses processos “indicam a maneira como o social transforma um conhecimento em representação e como esta representação transforma o social” (JODELET, 1992, p. 367). Eles representam uma das funções das representações sociais – a integração do novo, do inesperado e do inexplicável.

Moscovici (2003, p.71) afirma que “a objetivação une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então diante de nossos olhos, física e acessível”. A objetivação consiste no processo de transformação de um objeto da representação em algo concreto, uma passagem do campo abstrato para o concreto. Por exemplo, a paz é um conceito abstrato, porém as pessoas têm uma representação da concreta da paz, seja na forma de uma pomba branca ou na imagem de um dia ensolarado em uma praia deserta.

A ancoragem é a forma como o objeto de representação se insere em um contexto social, sendo uma forma de “classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” (MOSCOVICI, 2003, p. 71). Desta maneira, esse processo visa trazer para o indivíduo proximidade de um objeto desconhecido para um âmbito familiar, para que seja possível a compreensão do que se trata.

A construção das RSs se desenvolve nos mais diversos lugares por intermédio da interação e comunicação social, “quando as pessoas se encontram para falar, argumentar e discutir o cotidiano, ou quando elas estão expostas às instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e à herança histórico-cultural de suas sociedades, que as representações são formadas” (MOSCOVICI, 1995, p. 20).

Com o avanço dos estudos da Psicologia Social, a TRS desdobrou-se em três vertentes defendidas por discípulos de Moscovici. Jean Claude Abric destacou-se por desenvolver seus trabalhos sobre a dimensão cognitiva das representações a partir de um enfoque estrutural. Já Willem Doise buscou articular as representações com uma perspectiva mais sociológica, enfatizando a inserção social dos indivíduos, fundamentando-se na integração de quatro níveis de análise (individual, interpessoal, grupal e societal). Enquanto que Denise Jodelet mantém-se fiel à proposta original da teoria, privilegiando um enfoque cultural e histórico na construção da compreensão dos aspectos simbólicos das representações (SANTOS; ALMEIDA, 2005; ALMEIDA, 2009).

A abordagem processual, também conhecida culturalista, em sua análise, dá destaque à articulação entre as dimensões sociais e culturais que regem as construções mentais coletivas. Assim, Jodelet busca focar as relações culturais, históricas, regionais, institucionais e organizacionais, trazendo fortemente para a elaboração das RSs os conceitos de ancoragem e objetivação a partir do contexto social compreendido pelo indivíduo (SANTOS; ALMEIDA, 2005).

Ao focar a construção das RSs como fruto da elaboração e compartilhamento da realidade, busca-se compreender como elas contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação e compreensão do contexto social, material e ideativo. O estudo das RSs, para Jodelet, percorre um empenho em debruçar-se sobre várias fontes de discursos sobre um objeto como, por exemplo, comportamentos e práticas sociais que se expressam nas RSs; documentos e registros que institucionalizam os discursos e práticas do grupo; e meios de comunicação, os quais influenciam na conservação e transformação das RSs (ALMEIDA, 2005)

Um conceito difundido nos estudos de Jodelet (1998) é a alteridade, definida como um processo simultâneo de construção e de exclusão social, cuja compreensão deve ser conjunta e englobar os níveis interpessoal e intergrupalo. Para melhor entender a alteridade, é preciso compreender a noção de identidade, visto que alteridade é sempre colocada em contraponto: o outro é um não-eu, um sujeito que pode ter um grau de semelhança mais próximo ou mais distante, porém continua sendo diferente de mim por pertencer a um outro grupo. Logo, a

alteridade é um processo que se sustenta no nível das representações, formando-se no processo de interação entre os diferentes e estabelecendo formas de relação.

Já a abordagem estrutural, também conhecida como experimental, teve como grande expoente Abric, o qual desenvolveu sua vertente tendo como enfoque a dimensão cognitivo-estrutural conhecida como Teoria do Núcleo Central (TNC). A perspectiva estruturalista possui como fundamento a hipótese de que as RS se constituem como conjuntos organizados e estruturados de informações, crenças, opiniões e atitudes, sendo composta de dois subsistemas (o central e o periférico), onde cada parte tem um papel específico e complementar.

O núcleo central está relacionado à memória coletiva, a qual permite exprimir significação, consistência e permanência à uma representação, desta forma, apresenta como características principais a estabilidade e resistência a mudanças. Enquanto que o sistema periférico corresponde a interface de interação entre a realidade concreta e o sistema central, sendo responsável pela atualização e contextualização da representação, além de funcionar como “para-choque” entre a realidade e a resistência a mudanças provenientes do núcleo central (FLAMENT, 2002).

As representações sobre um objeto dependem da história e do contexto social e ideológico no qual cada indivíduo está inserido; entretanto, também é sujeita a constantes modificações, de modo a adequá-la ao sistema de valores do grupo social (MAZZOTI, 2002). Logo, o entendimento da TNC permite a compreensão das transformações resistentes e das progressivas, que as RSs contidas no núcleo central sofrem, gradativamente, a partir dos novos elementos adicionados no sistema periférico por meio do contexto social vivenciado pelo indivíduo e pelo grupo.

Em contraponto a corrente experimental, a abordagem societal, proposta por Doise, tem como base uma visão psicossocial sobre os fenômenos, articulando as representações com uma perspectiva mais sociológica e enfatizando a inserção social dos indivíduos como fonte de variação das RSs. Para Almeida (2009), o objetivo dessa abordagem se foca em conectar o individual ao coletivo, buscando articular explicações de nível individual com explicações de nível societal, evidenciando, assim, os processos que os indivíduos se apoderam para interagir socialmente são orientados por dinâmicas sociais (interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais). Logo, os estudos da abordagem societal se baseiam em quatro níveis de análise, os quais não estão dissociados um dos outros; porém existe uma integração, visto que existe uma integração entre os quatro níveis (quadro 3).

Quadro 3 – Quatro níveis de análise da abordagem societal

<i>Individual</i>	Analisa o modo como os indivíduos organizam suas experiências com o meio ambiente
<i>Interpessoal</i>	Busca os princípios explicativos típicos das dinâmicas sociais nos sistemas de interação
<i>Grupal</i>	Leva em conta as diferentes posições que os indivíduos ocupam nas relações sociais e analisa como essas posições modulam os processos do primeiro e do segundo níveis
<i>Societal</i>	Enfoca os sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais, adotando o pressuposto de que as produções culturais e ideológicas, características de uma sociedade ou de certos grupos, dão significação aos comportamentos dos indivíduos e criam as diferenciações sociais, a partir de princípios gerais.

Fonte: adaptado de ALMEIDA (2009)

Doise (2001) enfatiza a importância de estudar as dinâmicas das representações sociais por meio das relações sociais vividas pelos grupos na sociedade, visto que as RSs atuam com a função de conectar o indivíduo ao coletivo, criando uma articulação do individual com a ordem societal. Desta forma, o que a Psicologia Social proposta por Doise tenta buscar é “conectar o individual e o coletivo. Sua motivação fundamental de estudar as relações entre os grupos e os indivíduos, de enfatizar e empiricamente colocar em relevo a influência de fatores sociais sobre o funcionamento cognitivo” (STAERKLÉ; SPINI, 2004, p. 16).

Embora cada corrente de pesquisa tenha uma forma diferente de investigar as RSs, os desdobramentos da TRS não são excludentes, visto que elas abordam construções conceituais convergentes. Entretanto, focar-se-ão as correntes defendidas por Jodelet e Doise, pois elas servirão como base para a construção deste trabalho. Destaca-se ainda que mesmo sendo complementares, é impossível para o pesquisador abordar as três perspectivas em um único trabalho de maneira eficiente, desta forma, lança-se critérios baseados no objetivo de pesquisa para a escolha das vertentes.

Arruda (2009) aponta que uma marca presente nas reflexões que se prolongam na TRS é a de pensar o social sem divisórias disciplinares com o objetivo de pensar em mudanças. Desta forma, o arcabouço da interdisciplinaridade pode variar de acordo com a temática abordada em cada pesquisa. Sendo assim, tendo como base os estudos acerca das RS sobre as dinâmicas

sociais, entende-se que a compreensão da TRS se presta também como uma importante alternativa para as pesquisas na área da Administração. “Os comportamentos e práticas observados nas organizações e na sociedade podem ser melhor entendidos, portanto, conhecendo-se as representações sociais mantidas sobre os focos dos estudos que venham a ser realizados” (VERGARA; FERREIRA, 2006, p. 13).

Desta forma, a compreensão das manifestações sociais e dos processos de escolha individuais e coletivos que podem possibilitar um melhor entendimento dos diversos assuntos abordados nos estudos em Ciências Sociais e Administração, inclusive dos fenômenos sociais que ocorrem no processo de certificação de IG do Agreste de Pernambuco.

3. O QUEIJO DE COALHO NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

O Agreste de Pernambuco é caracterizado por uma economia bastante diversificada, englobando atividades têxteis e agrícolas, dentre estas o cultivo de mandioca, feijão e milho. Destaca-se que nesta região sobressaem as atividades de pecuária de corte e, principalmente, de leite. Em 2016, Pernambuco produziu aproximadamente 839.029 mil litros de leite, representando 22,2% da produção leiteira do Nordeste, ficando atrás apenas da Bahia, que possui 22,7% da produção regional (EMBRAPA, 2017).

A mesorregião do Agreste Pernambucano representa 76,9% da produção estadual (IBGE, 2014), correspondendo em torno de R\$ 1 bilhão PIB pernambucano e movimentando aproximadamente R\$ 81 milhões com a comercialização de leite por mês. Deste total produzido, estima-se que cerca de 50% é destinado para a fabricação de queijos (PAQUEREAU, 2008).

Nesta região, o queijo é um dos produtos alimentícios mais tradicionais, produzido há mais de 150 anos a partir do leite de vaca cru, onde a tecnologia de fabricação, originalmente, caracteriza-se como bastante artesanal no processo de elaboração do queijo de coalho. Embora, atualmente, pode-se encontrar este laticínio produzido a partir do leite cru e/ou pasteurizado (ESCOBAR, 2001; FERREIRA & FILHO, 2008). Já nas pesquisas de Parquereau, Machado e Carvalho (2016) é relatada, em documentos históricos, a presença do bois, ovelhas e cabras na região desde 1551 e a primeira referência da produção de queijo no ano de 1581.

Inicialmente, o gado bovino foi largamente utilizado nos engenhos de cana-de-açúcar como principal força motriz dos moinhos e transporte, entretanto, também era responsável por causar prejuízos aos senhores de engenho por consumir acidentalmente as lavouras. Por este motivo, a maioria da criação do rebanho foi interiorizado para o Sertão, onde conseguiu obter boa adaptação, fator que possibilitou a continuidade na produção de queijos e doces, além das carnes e do couro – produtos estes que impulsionaram a economia e o surgimento das primeiras vilas e povoados da região (AMADOR, 2009; PARQUEREAU; MACHADO; CARVALHO, 2016).

O queijo de coalho tornou-se um produto bastante popular, sendo incorporado à cultura da região, cuja produção representa uma das atividades significativas para a economia regional (ALMEIDA et al., 2010). A importância social e econômica deste queijo é entendida por Menezes (2011, p. 41) como “um alimento identitário, produzido e consumido no espaço geográfico nordestino e ultrapassa fronteiras demandado pelos migrantes que buscam no consumo desse produto uma aproximação ao seu território”.

Castro (1969) corrobora a importância do leite e do queijo para o sustento da população da região ao relatar que estes alimentos estão presentes na dieta dos nordestinos como forma de justificar a disposição para o trabalho e a resistência às intempéries locais. Em contrapartida, destaca-se que, atualmente, o queijo de coalho não é apenas um alimento de subsistência, tendo adquirido um valor de mercado e se tornado um elemento gastronômico bastante valorizado nas cozinhas brasileiras (ALMEIDA; PAIVA JÚNIOR; GUERRA, 2013).

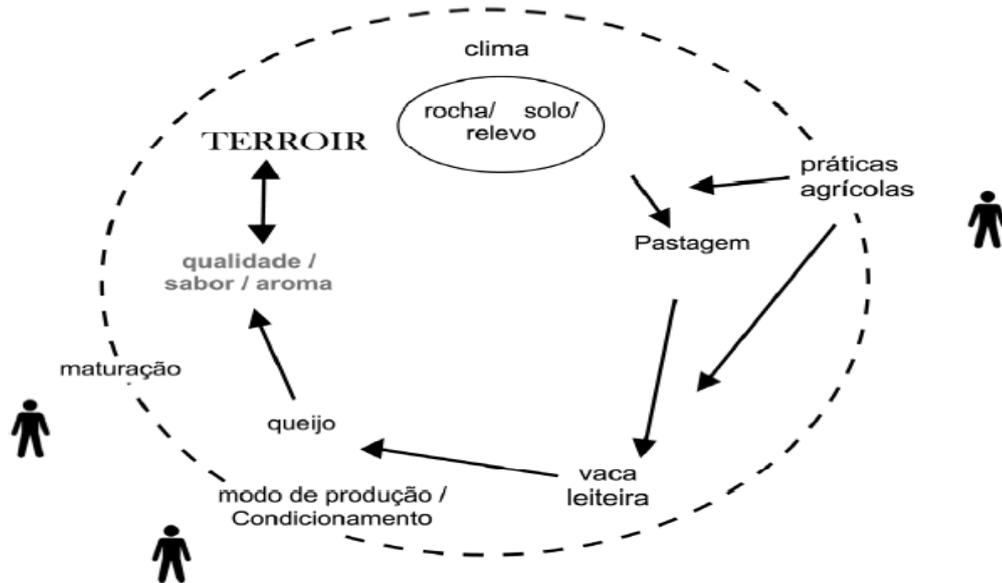
A maior parte do leite e o queijo do estado é produzido na região denominada Bacia Leiteira de Pernambuco, formada por 44 municípios, a qual encontra-se inserida no Agreste pernambucano. Destacam-se em volume de produção os municípios de Pedra, Venturosa, São Bento do Una, Bom Conselho, Águas Belas e Itaíba, mesmo com a escassez de recursos hídricos para manter a criação de gado. No entanto, também se verifica municípios com maior altitude, como Garanhuns, onde existem microclimas mais frios, amplitude térmica e um bom nível de umidade, possibilitando melhores condições de criação de vacas leiteiras e a produção da palma forrageira, principal alimento do gado leiteiro (AMADOR, 2009; PARQUEREAU; MACHADO; CARVALHO, 2016).

Destaca-se as dificuldades enfrentadas pela região devido ao clima semiárido, que é marcado pelo baixo índice pluviométrico e se reflete em obstáculos para obtenção de água e realização do plantio na região. Atualmente, soma-se ao clima os problemas ocasionados pelo desmatamento e as alterações climáticas que reforçam as dificuldades ambientais dos últimos anos (PARQUEREAU; MACHADO; CARVALHO, 2016).

No período de 2012 a 2014, a bacia leiteira pernambucana passou por uma das maiores crises dos últimos 50 anos, em decorrência de um longo período de estiagem, ocasionando perda de rebanhos e de produtividade de leite na região. Além disto, as bacias leiteiras do Nordeste enfrentam problemas com a escassez crônica de água e alimento para os animais, informalidade dos produtores, falta de acesso ao crédito e políticas públicas pouco eficientes (REIS FILHO, 2014).

Observa-se, portanto, que o queijo de coalho é um dos produtos agroalimentares brasileiros historicamente relacionados a um território, sendo possível identificar certos atributos geográficos, como solo, clima e topografia, juntamente com os atributos históricos do saber-fazer das pessoas e a notoriedade que este laticínio construiu ao longo do tempo. Conforme apresentado na figura 2, estes fatores constituem uma criação única e praticamente inigualável, configurando-se como um bem imaterial, portanto, enquadrando-se como um *terroir* (KAKUTA et al., 2006).

Figura 2 – Influência de fatores do meio geográfico na qualidade final do produto



Fonte: Velloso et al. (2014, p.104).

O reconhecimento do produto por meio da IG está diretamente ligado ao potencial estabelecido entre as características geográficas da região que propiciam uma diferenciação das propriedades sensoriais do produto final (*terroir*) e o conhecimento humano empregado na produção deste produto. Assim sendo, a compreensão das práticas empregadas na fabricação e os fatores geográficos tornam-se importantes para identificar os critérios de valorização e desenvolvimento de uma região a partir de um produto certificado.

A produção de leite no Brasil é majoritariamente exercida por pequenas e médias propriedades com características de agricultura familiar, sendo esta atividade a principal fonte de renda. No agreste pernambucano, a maioria das propriedades leiteiras são de pequeno porte, sendo administradas por um vaqueiro ou pelo próprio dono (PARQUEREAU; MACHADO; CARVALHO, 2016). Percebe-se que as propriedades com maior porte, frequentemente, produzem leite com melhor qualidade em relação as de menor produção. Ademais, fatores como falta de informação, assistência e investimentos na produção leiteira refletem na baixa produtividade e qualidade do produto (TKAEZ et al., 2004).

Parquereau, Machado e Carvalho (2016) relatam, ainda, a existência da prática antiga de compra e venda de leite por atravessadores, em que os grandes pecuaristas adquirem o leite de pequenos produtores a baixo custo e o fornecem com um preço mais elevado às indústrias instaladas nas áreas de maior produção do leite do estado. Este artifício, muitas vezes, é reforçado pelas condições deficientes de produção e armazenamento de leite dos pequenos

produtores, os quais acabam sofrendo restrição de fornecimento por parte das fábricas de laticínios e se veem obrigados a submeter-se a esta realidade para poderem escoar a produção.

Monteiro et al. (2007) destacam que o leite obtido na região Nordeste, apresenta condições higiênico-sanitárias precárias e baixa qualidade microbiológica, repercutindo em risco à saúde da população quando consumido sem tratamento térmico. Atribui-se a baixa qualidade do produto às deficiências no manejo e higiene de ordenha, à manutenção e desinfecção insuficiente dos equipamentos, à refrigeração ineficiente e/ou ausente e à falta de qualificação dos produtores. Segundo a ADAGRO (Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco), existem, em média, 125 queijarias formalizadas no estado de Pernambuco e pelo menos 1.000 clandestinas. A dificuldade de fiscalização destas queijarias artesanais se deve ao fato de funcionarem em cozinhas familiares das pequenas propriedades produtoras de leite (IPA, 2014).

Diante desta situação, a lei 13.376/2007, promulgada pelo Governo do Estado de Pernambuco, estabeleceu critérios sobre o processo de produção artesanal de queijo de coalho. Esta legislação trouxe avanços ao tornar legal a fabricação do queijo a partir do leite cru, e ao mesmo tempo constituiu mecanismos de proteção da qualidade higiênico-sanitária na produção e armazenamento do laticínio.

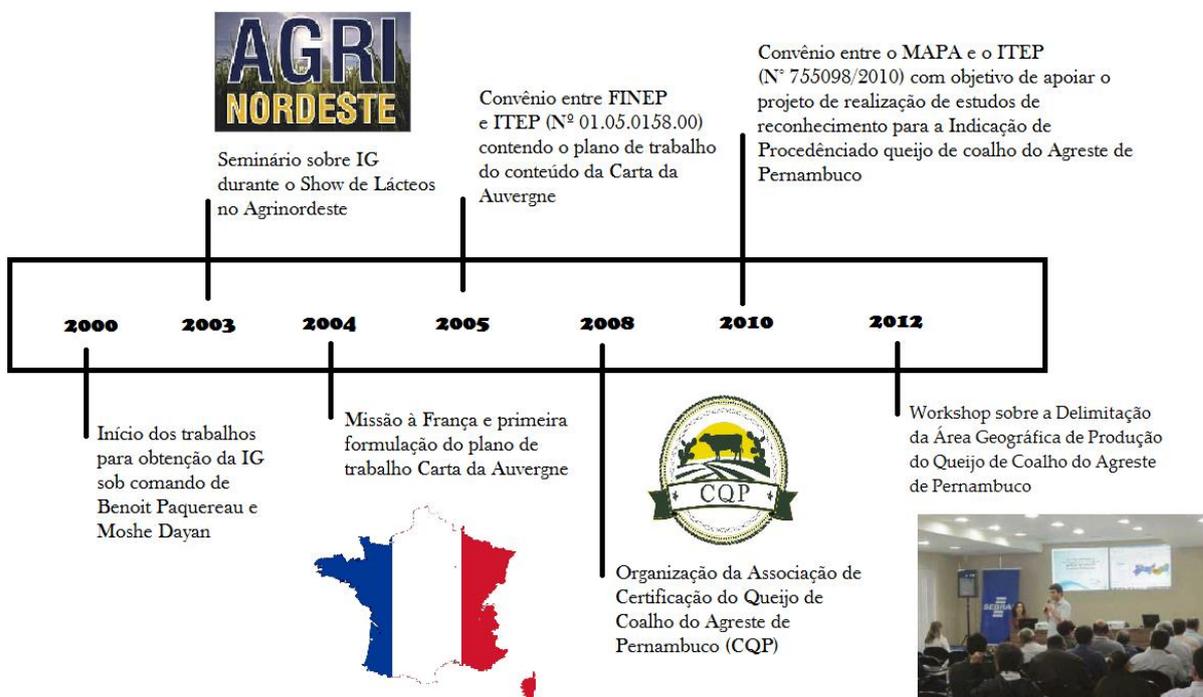
Em convergência às demandas da esfera pública e do mercado consumidor, a certificação de IG surge como uma alternativa para promover a preservação do queijo de coalho, um produto obtido pelos saberes repassados pelas gerações, garantindo a melhoria da qualidade do produto, credibilidade para os consumidores e penetração em novos mercados. Todavia, existem desafios a serem ultrapassados para conseguir adquirir a certificação, tanto por questões práticas como em questões técnicas, principalmente quando se trata de organização social e adequação as normas higiênico-sanitárias.

Ainda que a literatura enalteça as contribuições das IG para fortalecimento econômico de territórios locais, ainda existem controvérsias em relação a sua eficiência. Há uma forte desconfiança por parte de alguns atores ligados a agricultura familiar sobre a capacidade das IG em relação a promoção do desenvolvimento. Estes observam uma característica de exclusão dos pequenos produtores e favorecimento de grupos socioeconômicos privilegiados, visto que as condições para obtenção da certificação exigem investimentos (FROEHLICH et al., 2010).

Utilizando a perspectiva do modelo de Hélice Tríplice, observa-se, no estado de Pernambuco, que várias ações têm sido desencadeadas por meio da interação de vários atores de IPCs, de universidades, do governo estadual e dos produtores de laticínios da Bacia Leiteira

de Pernambuco com o objetivo de adquirir a certificação da Indicação Geográfica do Agreste de Pernambuco (figura 3).

Figura 3 – Cronologia das atividades desenvolvidas para obtenção da IG do queijo de coalho em Pernambuco



Fonte: Autoria própria

Desde o ano de 2000, o Governo do Estado de Pernambuco tem buscado preservar o queijo de coalho como um patrimônio imemorável, devido a importância do produto para a economia e, principalmente, para a agricultura familiar dentro do estado. Em alinhamento a essa preocupação de valorização deste produto, nos anos subsequentes, iniciaram os trabalhos para obtenção de um selo de IG do queijo de coalho, promovido por dois técnicos: o francês Benoit Paquereau e Moshe Dayan (PARQUEREAU; MACHADO; CARVALHO, 2016).

As atividades de prospecção do projeto foram iniciadas em 2003 com atuação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do estado de Pernambuco (SECTMA), trabalhando na avaliação e reflexão na bacia leiteira junto os atores locais e pessoas ligadas à produção do lácteo. Além disso, as atividades de divulgação e conscientização realização de um evento acerca do tema, denominado I Seminário sobre a Certificação do Queijo de Coalho do Agreste Pernambucano, o qual ocorreu durante o Show de Lácteos, tendo a presença do Sebrae Nacional, da Universidade Federal de Viçosa (experiência do queijo da Canastra de Minas Gerais), da Embrapa (queijos artesanais do Nordeste), *Pôle Fromager AOC* (queijos franceses) e do Cirad (parceria franco-brasileira) (ALMEIDA, 2012).

No ano seguinte, foi realizada uma missão à França com a participação de produtores e de representantes técnicos de várias instituições do estado de Pernambuco, dentre elas: o SEBRAE, o SENAI, a UFPE, a SECTMA, o ITEP e a UFRPE, tendo o objetivo de conhecer as experiências de produção francesa artesanal do leite e do queijo, bem como os procedimentos técnicos de concessão de selo de qualidade aos produtores de laticínios no sistema europeu de certificação – Denominação de Origem Controlada (DOC) (PARQUEREAU; MACHADO; CARVALHO, 2016). Como um dos produtos desta viagem, foi elaborado um documento contendo um plano de trabalho elaborado pelos integrantes da missão chamado de Carta de Auvergne, visando estabelecer métodos para fomento da valorização do queijo de coalho a partir do sistema de IG (ALMEIDA, 2012).

O plano de trabalho contido na carta elaborada durante a missão à França é, então, aprovado por convênio entre a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o ITEP, em 2005, intitulado como Sustentabilidade da Cadeia Agroalimentar do Leite de Base Familiar em Pernambuco. O financiamento previa a seleção de dez unidades de produção de laticínios, as quais seriam adequadas às normas estabelecidas pela vigilância sanitária, os produtores iriam receber treinamento de boas práticas de fabricação (BPF) e cem vacas de cada propriedade iriam entrar no processo de rastreabilidade. Em paralelo, foi estabelecida uma comissão de degustação com o objetivo de caracterizar o padrão de produção do queijo de coalho produzido a partir do leite cru do tipo B, o qual seria referência da qualidade do produto certificado.

A maioria das atividades previstas no convênio, principalmente as que envolviam treinamentos e capacitações, ficaram sob responsabilidade do Comitê Estratégico da Pecuária Leiteira (CEPLEITE). Este órgão foi constituído pela SECTMA, no ano de 2003, inicialmente com o nome de Comitê de Educação Profissional da Pecuária Leiteira, tendo o o objetivo de promover ações de educação profissional destinadas para as instituições públicas e privadas da pecuária leiteira e contribuir para o desenvolvimento sustentável do Agreste pernambucano, em 2009, os membros deste comitê – formados por IPCs, instituições governamentais, sindicatos e iniciativas privadas – redefiniram sua função e, conseqüentemente, sua nomenclatura para CEPLEITE.

A atuação deste órgão estratégico se traduz na essência do modelo da Hélice Tríplice na bacia leiteira de Pernambuco. Atualmente, congregando 38 entidades das três esferas, dentre membros e colaboradores, o comitê tem atuado na região buscando recursos e condições para que a produção de leite continue sendo uma atividade economicamente viável, promovendo discussões no cenário local e nacional sobre os problemas enfrentados na produção de leite no estado e realizando treinamentos junto aos produtores.

Em 2007, o CEPLEITE realizou o II Seminário sobre a Certificação do Queijo de Coalho do Agreste Pernambucano, no município de Garanhuns, tendo o objetivo de incentivar os produtores a adotar padrões organizacionais e técnicos adequados para o desenvolvimento da atividade leiteira na Região. Neste evento, foram apresentadas as ações que estavam sendo desenvolvidas para o processo de certificação da IG do queijo coalho, bem como foram realizadas palestras sobre a qualidade do leite, a caracterização do queijo, a definição da área geográfica de produção e a organização dos produtores (ALMEIDA, 2012).

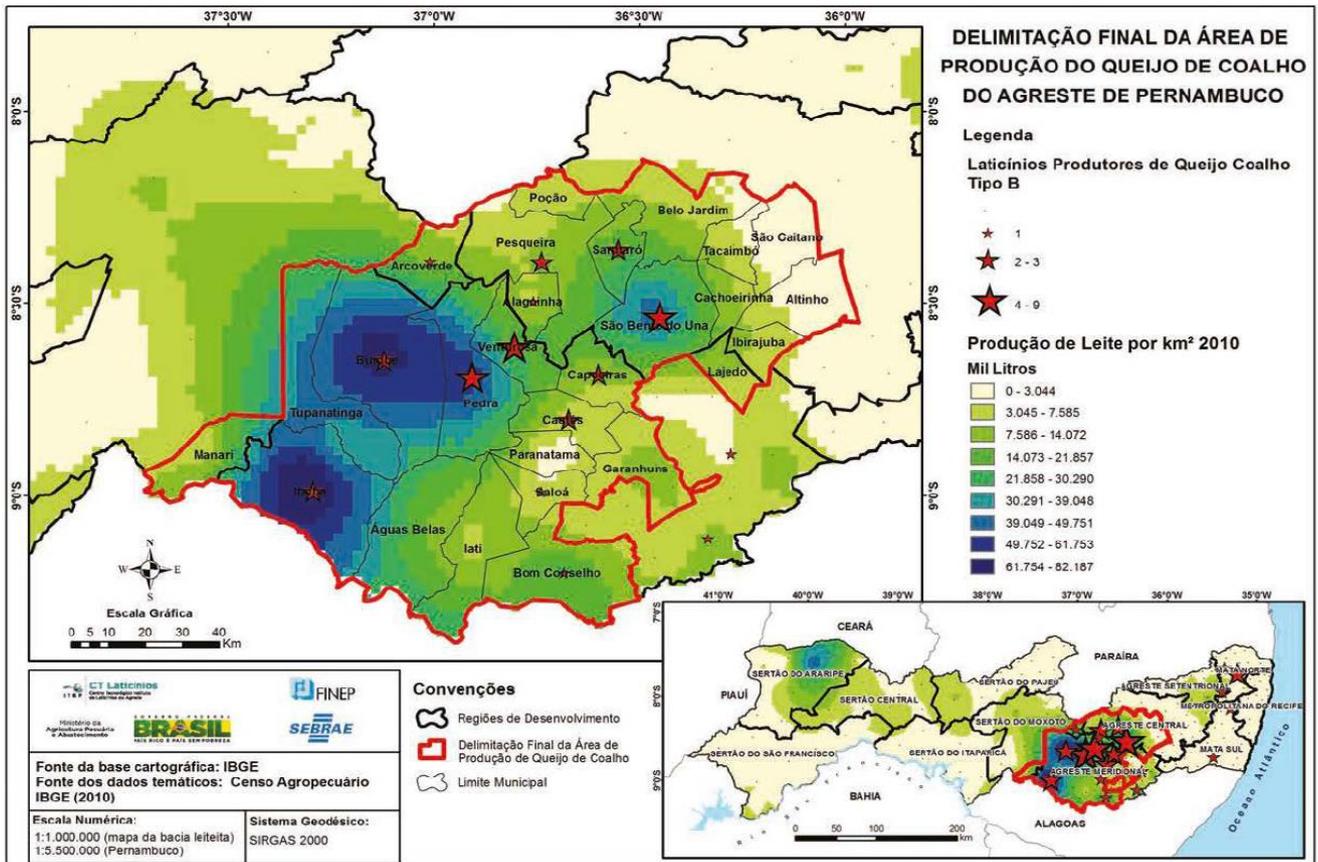
Finalmente, em 2008, houve um investimento na área organizacional dos produtores e na constituição dos termos do regulamento de uso da certificação, repercutindo na estruturação da Associação de Certificação do Queijo de Coalho de Pernambuco (CQP), formada, inicialmente, por sete empresas produtoras de laticínios da região. Dentre os pontos contidos no regulamento de uso, estabeleceu-se critérios em relação às raças de vacas que poderiam fornecer o leite, à alimentação do animal, à rastreabilidade, às tecnologias de fabricação, à parâmetros de qualidade e ao transporte de matéria-prima. Além dessas definições, a principal atribuição da CQP seria a de regulação, sendo responsável por averiguar se os produtores certificados estão seguindo as normas estabelecidas para a obtenção do selo certificador.

Em 2010, um novo convênio entre o ITEP e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) foi firmado com o objetivo de apoiar os estudos destinados a conclusão do dossiê de reconhecimento para a IP do queijo de coalho do Agreste de Pernambuco. Também com estes recursos, buscou-se atualizar as informações coletadas em trabalhos anteriores, o que possibilitou delimitar a área geográfica da produção da matéria-prima e do queijo de coalho, sendo um dos requisitos para a solicitação da IG.

Em 2012, foi realizado um workshop contando com a participação produtores, representantes de associações e cooperativas, representantes de entidades públicas e privadas, cientistas, professores, estudantes e profissionais ligados ao assunto, onde houve discussão sobre diversos temas relativos a IG, como tradição e fabricação de queijo de coalho em Pernambuco, situação socioeconômica dos municípios da Bacia Leiteira e impactos do ambiente na atividade da pecuária leiteira.

O principal objetivo desta reunião foi a definição da área delimitada do Agreste de Pernambuco (figura 4) como território tradicional de produção do queijo de coalho, a qual ficou composta por 27 municípios: Águas Belas, Bom Conselho, Buíque, Caetés, Capoeiras, Garanhuns, Iati, Itaíba, Lajedo, Paranatama, Pedra, Saloá, Tupanatinga, Venturosa, Alagoinha, Altinho, Belo Jardim, Cachoeirinha, Ibirajuba, Pesqueira, Poção, Sanharó, São Bento do Una, São Caetano, Tacaimbó, Arcoverde e Manari. (ITEP, 2013).

Figura 4 – Delimitação geográfica de produção de queijo de coalho do Agreste de Pernambuco



Fonte: Parquereau; Machado; Carvalho (2016, p. 85)

Atualmente, os trabalhos voltados para a efetivação do pedido da IG do queijo de coalho do Agreste de Pernambuco encontram-se em fase de conclusão. Porém estão sendo realizados testes do regulamento de uso e investimento na qualidade laticínios e dos produtos, visando comprovar que as propriedades se enquadram dentro dos padrões definidos no regulamento definido pela CQP. Esta fase não é definida como obrigatória pelo INPI, todavia para não correr o risco de possuir um selo de IG e não conseguir operar uma gestão eficiente da certificação, o ITEP tem se debruçado nestas questões junto com os produtores, desenvolvendo um modelo de gestão coletiva.

Percebe-se, portanto, que o processo de obtenção da IG exige mudança de comportamento dos produtores, tanto na melhoria do processo produtivo quanto na capacidade de organização coletiva, uma vez que é preciso estabelecer padrões de normatização e instrumentos de regulem a qualidade e identidade do produto. Assim sendo, cabe aos atores envolvidos no processo se mobilizarem para que suas ações sejam realizadas de maneira cooperativa com o objetivo de potencializar as ações coletivas para gerar os benefícios

provenientes e favorecer o desenvolvimento local da região (LAGARES; LAGES; BRAGA, 2005; DULLIUS; FROEHLICH; VENDRUSCOLO, 2008).

Ao mesmo tempo, Velloso (2008) chama a atenção para o fato de que obtenção de uma IG, desconsiderando alguns dos atores pertencentes de um território, pode levar a caminhos opostos à valorização dos recursos e desenvolvimento local, ou seja, pode acabar promovendo ou acentuando quadros de exclusão social. Portanto, é imprescindível que sejam lançados meios de pesquisa para alternativas que promovam o desenvolvimento de oportunidades sociais que contemplem os pequenos e médios produtores, além do espaço rural e do espaço urbano. Assim sendo, a IG precisa estar atrelada a uma política econômica, social e ambiental – pilares da sustentabilidade –, procurando atingir os produtores marginalizados, a fim de evitar sua exclusão social (BEZERRA; NASCIMENTO JÚNIOR, 2015).

4. METODOLOGIA

4.1. Enquadramento da Pesquisa

Este trabalho tem como fonte de dados a subjetividade, as impressões, os pontos de vista e os sentimentos dos sujeitos em relação a IG, sendo assim enquadrada, prioritariamente, como qualitativa, quanto a sua abordagem. Este tipo pesquisa busca desenvolver a análise dos fenômenos humanos e sociais, tendo como principal objetivo a compreensão e interpretação seus conteúdos (RICHARDSON, 2007; TOZONI-REIS, 2009). Entretanto, uma abordagem qualitativa não inviabiliza a utilização de instrumentos quantitativos e vice e versa, podendo ambas serem adotadas de maneira complementar (CRESWELL, 2010).

A pesquisa qualitativa possibilita a realização de análises sob uma variedade de perspectivas sobre o processo de certificação da IG. Busca-se salientar, na utilização da TRS, os pontos de vista subjetivos dos atores relacionados à produção do queijo e a compreensão do processo de significação das práticas sociais que compõem o esforço de obtenção da IG. Os aspectos subjetivos que dão sentido à ação social são construídos no decorrer da história, por meio de interações e são influenciados por contextos. Assim sendo, para acessá-los, é necessário um conjunto de procedimentos que tenha flexibilidade suficiente para que as diferentes vozes do contexto sejam ouvidas (SPINK, 2000).

Quanto aos objetivos, qualifica-se como exploratório-descritivo, visto que a finalidade deste estudo é buscar um melhor entendimento e compreensão do fenômeno analisado para, então, descrever as características da realidade investigada e estabelecer relações entre as variáveis (LAKATOS; MARCONI, 2010). As pesquisas exploratórias permitem que o pesquisador tenha a possibilidade de aumentar o conhecimento acerca do fenômeno que se deseja estudar, portanto, não é possível que haja o estabelecimento de hipóteses precisas, visto que a análise depende de variáveis nem sempre controláveis (MARTINS JUNIOR, 2008). Enquanto que os estudos descritivos têm como foco a descrição aprofundada das pessoas ou do fenômeno inseridos em uma realidade, não tendo compromisso em explicá-la (VERGARA, 2006; TRIVIÑOS, 2008).

Apresenta-se como abordagem do estudo o método indutivo, ao compreender que a argumentação incorporada a discussão partirá dos resultados obtidos por meio das observações específicas e das experiências frequentes, sendo possível a convergência para proposições mais generalizantes. Enquadra-se, ainda, em como multidisciplinar, por integrar as perspectivas da

Administração e da Psicologia Social para compreender e analisar os conhecimentos socialmente compartilhados pelos indivíduos, a partir da TRS. Esta abordagem permite a construção de um conhecimento não especializado, contudo polivalente e eclético.

4.2. Procedimento Metodológico e Instrumento de Pesquisa

Nas pesquisas sociais, tendo como base a TRS, Souza Filho (1995) orienta a utilização de observação participante ou a entrevista com roteiros abertos, contendo temas geradores. Este autor também recomenda o uso da forma de linguagem mais próxima possível da realidade natural de onde o fenômeno ocorre, facilitando a expressão e a interação, observada ou relatada, e possibilitando o acesso do pesquisador à realidade vivida pelos atores com outros sujeitos e com seus objetos de representação.

A observação participante é uma técnica de coleta de dados empíricos realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador com os atores sociais, sendo, portanto, o próprio investigador o instrumento de pesquisa (MINAYO, 2008). Enquanto que a entrevista permite que o pesquisador obtenha informações acerca de seu objeto, possibilitando conhecer as atitudes, os sentimentos e os valores subjacentes ao comportamento. Por consequência, esta técnica proporciona a incorporação de novas fontes para a interpretação dos resultados pelos entrevistadores (RIBEIRO, 2008).

Assim sendo, a entrevista com roteiro semiestruturado corresponde ao instrumento de coleta de dados que mais se adequa às necessidades desta pesquisa. Triviños (2008) afirma que os questionamentos básicos devem estar apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. As perguntas elaboradas refletiriam em novas hipóteses construídas a partir das respostas dos informantes.

A entrevista semiestruturada deve evidenciar a participação do pesquisador e, ao mesmo tempo, permitir a liberdade e espontaneidade nas respostas do entrevistado (BOURDIEU, 1999; TRIVIÑOS, 2008). Em sinergia, formulação das perguntas deve considerar o pensamento e o sentido lógico do entrevistado, além de ser realizada de forma a evitar questões absurdas, arbitrárias, ambíguas, deslocadas ou tendenciosas (BONI; QUARESMA, 2005). Para tanto, foi realizada avaliação de conteúdo do instrumento de pesquisa, a qual foi conduzida por quatro avaliadores, tendo como objetivos a verificação da pertinência dos itens propostos e da linguagem utilizada na construção do instrumento, evitando o distanciamento da linguagem utilizada pelos sujeitos a serem entrevistados.

Com relação a mensuração da amostra, a pesquisa qualitativa não possui enfoque com representatividade numérica, mas, sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, segmento ou organização. Assim sendo, descarta-se a necessidade em definir uma quantidade de sujeitos para a composição da amostra, considerando-se como amostragem não probabilística acidental (RICHARDSON, 2007). Entretanto, Stake (2005) destaca a importância da utilização de fontes múltiplas para proporcionar maior confiabilidade e validade à pesquisa. As fontes podem ser, por exemplo, unidades como grupos sociais, organizações, comunidades, conjunto de relações ou pequenos grupos (GIL, 2009).

Os roteiros semiestruturados (apêndices B, C e D) contêm três grandes blocos, o primeiro é composto por perguntas relativas a produção de laticínios na região, o segundo é constituído por questões sobre percepções acerca do processo de IG e o último versa sobre as relações entre os atores da região. Os blocos de perguntas foram definidos a partir da análise dos pontos abordados nos estudos sobre IG utilizados para a construção do referencial teórico. Os quatro grupos delimitados neste estudo a partir do modelo da Hélice Tríplice foram: produtores membros da CQP, produtores não associados, representantes das principais IPCs e representantes governamentais.

As entrevistas foram realizadas durante os meses de julho e agosto de 2017, nos municípios de Venturosa, Garanhuns, Pedra, Pesqueira, Arcoverde e Recife. Foi realizado um contato prévio, por e-mail ou por telefone, com alguns atores-chaves envolvidos no processo de certificação, solicitando a participação na realização de uma entrevista que tinha como objetivo compreender como está ocorrendo o processo de certificação da IG do queijo de coalho no Agreste de Pernambuco.

A partir deste contato inicial, foi elaborado um roteiro de viagem para que fossem visitados os entrevistados de forma sistemática, visto que a maioria dos entrevistados foram escolhidos por serem atores-chaves envolvidos no processo de obtenção da IG, cujo contato ocorreu ao longo da pesquisa. Outra parte dos entrevistados foi obtida por meio da técnica de amostragem por bola de neve, em que os participantes entrevistados indicavam outra pessoa para ser entrevistada (FLICK, 2009).

Os roteiros semiestruturados foram aplicados em formato de entrevista para cada participante individualmente, de acordo com o grupo de análise a qual cada um pertence. Inicialmente, foi apresentado e explicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado no apêndice A deste trabalho, contendo esclarecimentos sobre a pesquisa, o qual foi assinado por todos os participantes. Também foi ressaltado o caráter sigiloso da pesquisa e explicitado que não havia resposta correta nem havia intenção dos

pesquisadores em medir o conhecimento, apenas buscava-se ter uma conversa sobre os processos de IG na região. O principal objetivo era permitir que o entrevistado se sentisse à vontade para responder as perguntas, sem se sentir inibido pela presença dos pesquisadores. As entrevistas tiveram duração entre 20 e 90 minutos, dependendo do participante (com média de 37 minutos).

Por fim, foi informado que a pesquisa seria disponibilizada, por e-mail, a todos os sujeitos entrevistados na pesquisa, tendo o objetivo de difundir o conhecimento produzido de forma a auxiliar no desenvolvimento de estratégias efetivas para a realização das atividades para a obtenção da IG do queijo de coalho na região. Neste sentido, este trabalho tem o objetivo de contribuir não apenas academicamente para a produção do conhecimento, mas também de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Todas as entrevistas foram realizadas nas empresas ou no local de trabalho dos sujeitos, tendo o auxílio de mais dois pesquisadores treinados, sendo uma administradora e um psicólogo, os quais anotavam comentários sobre a entrevista e interviam com outras perguntas que fossem pertinentes. Ao final de cada entrevista, havia um momento de troca de ideias entre os pesquisadores com o objetivo de destacar informações salientes observadas nos discursos de cada sujeito entrevistado.

4.3. Análise dos Dados

A análise dos dados é um processo que possibilita com que o pesquisador reflita sobre os dados coletados, dando a eles um caráter emergente e indutivo (CRESWELL, 2010). Desta forma, tem como objetivo buscar a identificação de categorias, tendências e padrões, por meio da organização e interpretação dos dados, tendo como objetivo o alcance de uma conclusão acerca do questionamento de pesquisa.

Os dados obtidos pelas entrevistas guiadas pelos roteiros semiestruturados foram interpretados utilizando a técnica de análise do conteúdo, salientando que a construção dos discursos é resultado da interação entre o linguístico com o social e o histórico, ou seja, a linguagem não está dissociada do contexto ideológico e histórico em que um determinado grupo está inserido (PÊCHEUX, 2002).

Neste sentido, pela visão da análise do conteúdo, a linguagem é um reflexo dos sentidos pré-construídos resultantes do interdiscurso. Em outras palavras, as memórias coletivas constituídas socialmente tornam-se intrínsecas ao indivíduo, no entanto, fazem parte de uma

comunicação contínua já expressada anteriormente. Além disto, a língua está diretamente associada ao contexto sócio histórico, podendo ter vários sentidos e significados diferentes a partir de quem profere o discurso (CAREGNATO, MUTTI, 2006).

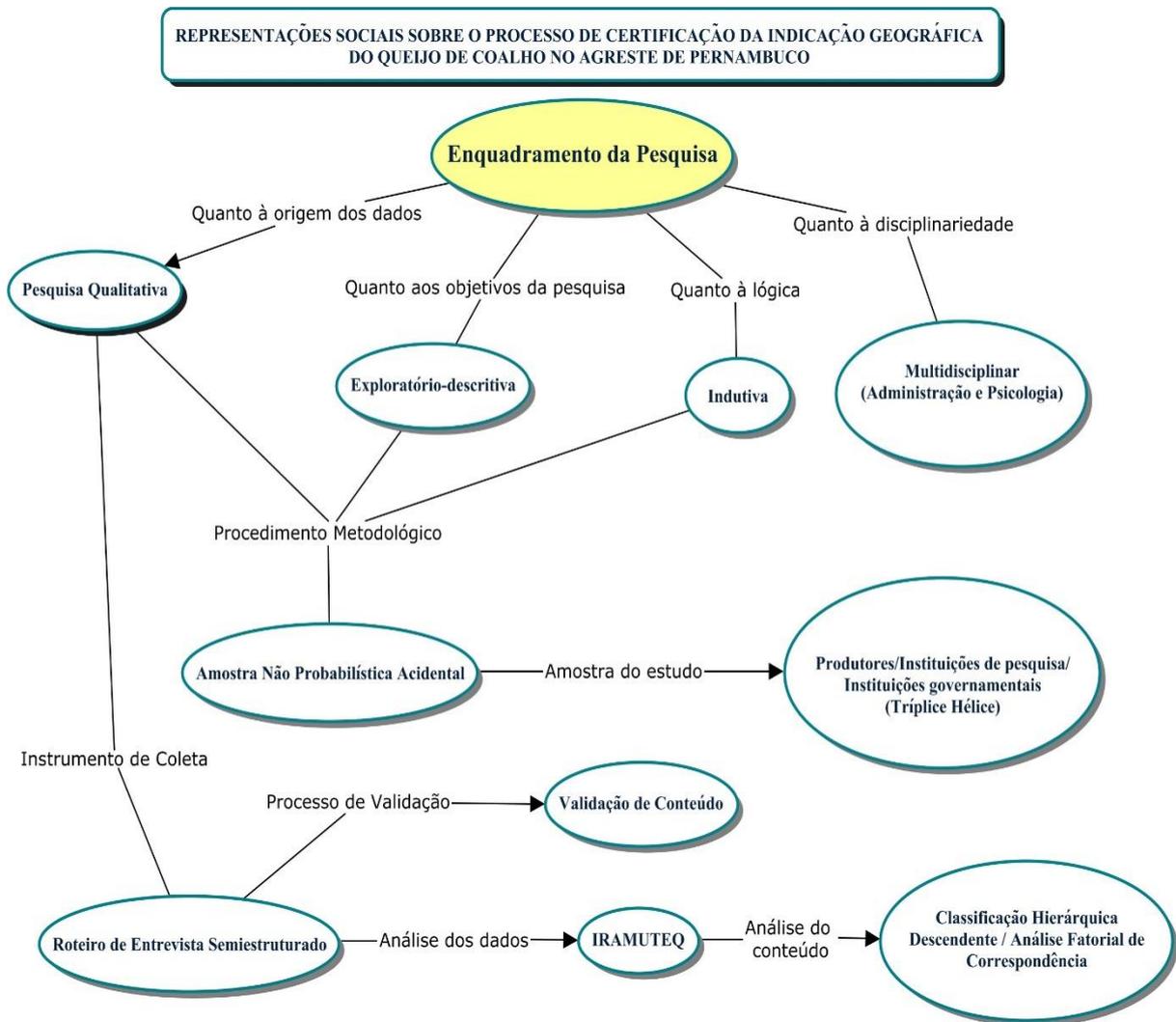
Ressalta-se ainda que este trabalho tem como enfoque as correntes teóricas difundidas por Doise e Jodelet, tendo como objetivo a compreensão das relações intergrupais e a construção das realidades por meio do contexto social vivido por cada um dos atores envolvidos no processo de certificação de IG do Queijo de Coalho do Agreste de Pernambuco. Desta forma, tentou-se compreender como as RSs dos sujeitos atuam como guias de interpretação e organização da realidade, possuindo uma orientação prática que os leva a se situar no mundo a partir das relações construídas dentro do seu grupo pertencente.

Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, tendo o objetivo de examinar os dados coletados com o auxílio do *software* de análise textual IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) versão 0.7. Este programa utiliza a base R para analisar estatisticamente o corpus textual, gerando resultados por meio do cálculo da distribuição *qui-quadrado* (χ^2), realizando análises sobre a co-ocorrência de palavras em segmentos de texto, visando distinguir classes de palavras que representem formas distintas de discurso sobre um determinado assunto da pesquisa (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Dentre as possibilidades de análise de dados textuais que este software disponibiliza, foram utilizadas a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Esta primeira visa obter classes de segmentos de texto que apresentam vocabulários semelhantes entre si, e vocabulários diferentes dos segmentos de texto das demais classes (CAMARGO, 2005); enquanto que a segunda define relações de proximidade e de oposição entre elementos do campo representacional acerca de determinado objeto (NÓBREGA; MOUTINHO, 2003).

Abaixo, apresenta-se a estrutura metodológica deste trabalho no formato de mapa conceitual (figura 5), visando apresentar de forma mais clara a exposição da estrutura cognitiva do pesquisador em relação a construção da metodologia. Os mapas conceituais exprimem as relações existentes entre conceitos e os conecta por meio de palavras-chave, servindo como instrumento de transferência de ideias sistematizadas (FARIA, 1985).

Figura 5 – Mapa conceitual da estrutura da metodologia da pesquisa



Fonte: autoria própria

5. RESULTADOS

5.1. Caracterização dos sujeitos do estudo

Ao todo, foram realizadas treze entrevistas com atores envolvidos com o processo de obtenção da IG ou com a produção de queijo na região do Agreste pernambucano. Tentou-se entrevistar a maior quantidade de sujeitos, bem como teve-se o cuidado de manter o número de participantes de cada grupo o mais próximo possível, tendo o objetivo de obter uma equivalência em relação aos discursos obtidos em cada grupo (tabela 1).

Foi dada prioridade na coleta das entrevistas aos produtores associados a CQP, que a princípio eram sete, porém, atualmente a associação conta apenas com cinco produtores. De acordo com informações colhidas durante a entrevista, os dois produtores que não pertencem mais a CQP saíram por não estarem mais investindo na área de produção de laticínios. Portanto, do grupo dos associados foram entrevistados: dois produtores de Venturosa, um de Pedra, um de Arcoverde e um de Pesqueira.

Já no grupo das IPCs, foram conseguidas quatro entrevistas, sendo duas na mesma instituição (ITEP) e as outras duas em instituições diferentes (UFRPE e UPE, ambas no campus Garanhuns); enquanto que nas instituições governamentais foram realizadas três entrevistas, sendo dois deles de nível municipal (Prefeitura de Venturosa) e um de nível federal (MAPA, filial Garanhuns). Ressalta-se, aqui, a existência de dificuldades de obtenção de entrevistas em alguns órgãos que foram considerados de grande importância no planejamento de coleta, tendo como principais negativas para participar do estudo: a falta de tempo e a recusa, seguida de indicação para realização de entrevistas com pessoas que conheciam mais sobre o tema.

No grupo dos produtores não associados, foi realizada apenas uma entrevista, pois percebeu-se ao longo das entrevistas que muitos produtores da região, sobretudo, os pequenos queijeiros não tinham conhecimento sobre a IG do Agreste de Pernambuco, desta forma, não existiam representações sociais sobre este tema. Também houve dificuldade de coleta neste grupo devido à ausência de recursos financeiros, ao curto período em que a pesquisa teve que ser realizada em detrimento dos custos de estadia e transporte, além da dificuldade no acesso às pequenas queijarias, uma vez que maioria delas encontram-se localizadas em zonas rurais, geralmente, de difícil acesso. Entretanto, decidiu-se manter a única entrevista obtida com o intuito de analisar outros pontos do roteiro semiestruturado que respondiam a outros objetivos de pesquisa, como aspectos da produção do queijo e interação entre atores.

Tabela 1 - Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Produtores Associados	Idade	Escolaridade	Tempo de Atividade	Tamanho da Propriedade/ Número de Funcionários	Como financia a propriedade
Suj 01	51 anos	Ensino Superior (Medicina Veterinária)	Desde a infância (21 anos de empresa)	7 funcionários	Possui financiamento bancário (Banco do Brasil)
Suj 02	35 anos	Ensino Superior (Gestão Ambiental) e Incompleto (Administração)	20 anos / 13 anos (legalizado)	13 funcionários	Investimento próprio (investimento inicial de banco para formalização)
Suj 03	42 anos	Ensino Superior (História)	17 anos	10 funcionários	Apenas investimento próprio
Suj 04	30 anos	Ensino Superior Incompleto (Administração)	13 anos	32 funcionários	Possui financiamento bancário (Banco do Nordeste)
Suj 05	51 anos	Ensino Superior (História)	30 anos	6 funcionários	Apenas investimento próprio
Instituições de Apoio	Idade	Escolaridade	Tempo de Atividade com Agropecuária	Tempo que trabalha com IG	
Suj 06	48 anos	Ensino Superior (Tecnólogo em Laticínios)	30 anos	25 anos	
Suj 07	36 anos	Ensino Superior (Administração) e Pós-graduação (doutorado em Agronegócios)	Desde a infância (17 anos)	10 anos	
Suj 08	66 anos	Licenciatura em História e Mestrado em Educação	Desde a infância	10 anos	
Suj 09	45 anos	Ensino Superior (Medicina Veterinária) e Mestrado	Desde a infância	14 anos	
Instituições Governamentais	Idade	Escolaridade	Tempo de Atividade com Agropecuária	Tempo que trabalha com IG	
Suj 10	64 anos	Ensino Superior (Zootecnia)	Desde a graduação	10 anos	
Suj 11	54 anos	Ensino Superior (Engenharia Agrícola)	7 meses	—	
Suj 12	43 anos	Ensino Superior (Artes)	4 anos	—	
Produtor Não Associado	Idade	Escolaridade	Tempo de Atividade	Tamanho da Propriedade/ Número de Funcionários	Como financia a propriedade
Suj 13	53 anos	Ensino Médio	16 anos	25 funcionários	Apenas investimento próprio

Fonte: autoria própria

Observa-se, na tabela 1, que os sujeitos entrevistados possuem a idade variando entre 30 e 66 anos, sendo a média de idade igual a 47,54 anos, refletindo em uma amostra de sujeitos mais maduros. Quando se aborda a questão de escolaridade, a maioria possui formação em ensino superior, seja tecnólogo ou graduação; apenas um produtor associado a CQP está concluindo a graduação e o produtor não associado não possui terceiro grau. Entretanto, chama a atenção o fato de alguns dos sujeitos não possuírem formação voltada para gestão ou produção na área do agronegócio.

Quando perguntado sobre tempo de atividade, seja ela voltada para a produção de laticínios, bem como em outras áreas da agropecuária, a maioria dos sujeitos apontaram ter mais do que 10 anos, sendo que muitos relatam que tem relação com a agropecuária desde a infância. Apenas um dos sujeitos informou ter sete meses na atividade, porém possui formação na área de agronegócios e já havia trabalhado com laticínios. Esta informação torna-se relevante por apontar que os sujeitos entrevistados neste estudo possuem uma forte relação com as questões relativas ao agronegócio e a realidade da produção de laticínios da região.

Em relação aos produtores de queijos, foi perguntado o tamanho da propriedade ou quantidade de funcionários para compreender qual o porte do negócio. Percebe-se que a maioria dos laticínios são de micro ou pequeno porte (de acordo com a Lei complementar de nº 123/2006), porém se comparado com a realidade da região e os pequenos produtores locais, são empresas que são bem mais estruturadas e possuem condições competitivas bem superiores aos pequenos laticínios. Ressalta-se que todos os empreendimentos, cujo os donos foram entrevistados, são formalizados, regularizados e possuem o Selo de Inspeção Estadual (SIE), registro fornecido pela ADAGRO que possibilita a comercialização de um produto no território do estado de Pernambuco.

Já em relação às IPCs (UFRPE, UPE e ITEP) e às instituições governamentais (MAPA e Prefeitura de Venturosa), foi questionado sobre o tempo que trabalham com IG com o objetivo de ter uma ideia sobre a familiaridade do sujeito com o tema. Maioria dos entrevistados possuíam 10 anos ou mais sobre o processo de certificação; apenas os dois sujeitos lotados na Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo do município de Venturosa não tinham conhecimento algum sobre IG.

Por fim, foi perguntado aos produtores de queijo entrevistados se o empreendimento possui algum tipo de financiamento de bancos com o intuito de saber quantos procuram e conseguem obter linhas de crédito. Observa-se que apenas dois (sendo um deles o produtor não associado) dos seis entrevistados tinham algum tipo de financiamento atualmente e um deles já captou recursos de terceiros para poder se formalizar. Os dois empreendimentos que possuem

algum tipo de financiamento se distinguem dos demais por possuírem uma estrutura bem maior, tanto em área construída quanto no quesito de maquinário.

5.2. Resultado da análise do IRAMUTEQ

O *corpus* analisado foi composto por treze entrevistas ou unidades de contexto iniciais (UCI) referentes as respostas das perguntas realizadas a partir do roteiro semiestruturado, sendo repartido pelo IRAMUTEQ em 1052 segmentos de unidades de contexto elementares (UCE), os quais continham 4123 palavras ou formas distintas que ocorreram 37381 vezes.

A CHD reteve 822 das 1052 UCEs, sendo considerada para classificação 78,14%, portanto, 21,86% foram rejeitadas após a análise. A exclusão de algumas UCEs na análise do IRAMUTEQ teve como causa a dispersão de alguns segmentos textuais, sendo impossível para o programa estabelecer correlações significativas. Camargo e Justo (2016) salientam que para as análises de CHD serem consideradas úteis à classificação requerem uma retenção mínima de 75% dos segmentos de texto, havendo alguns autores que também consideram 70% de retenção.

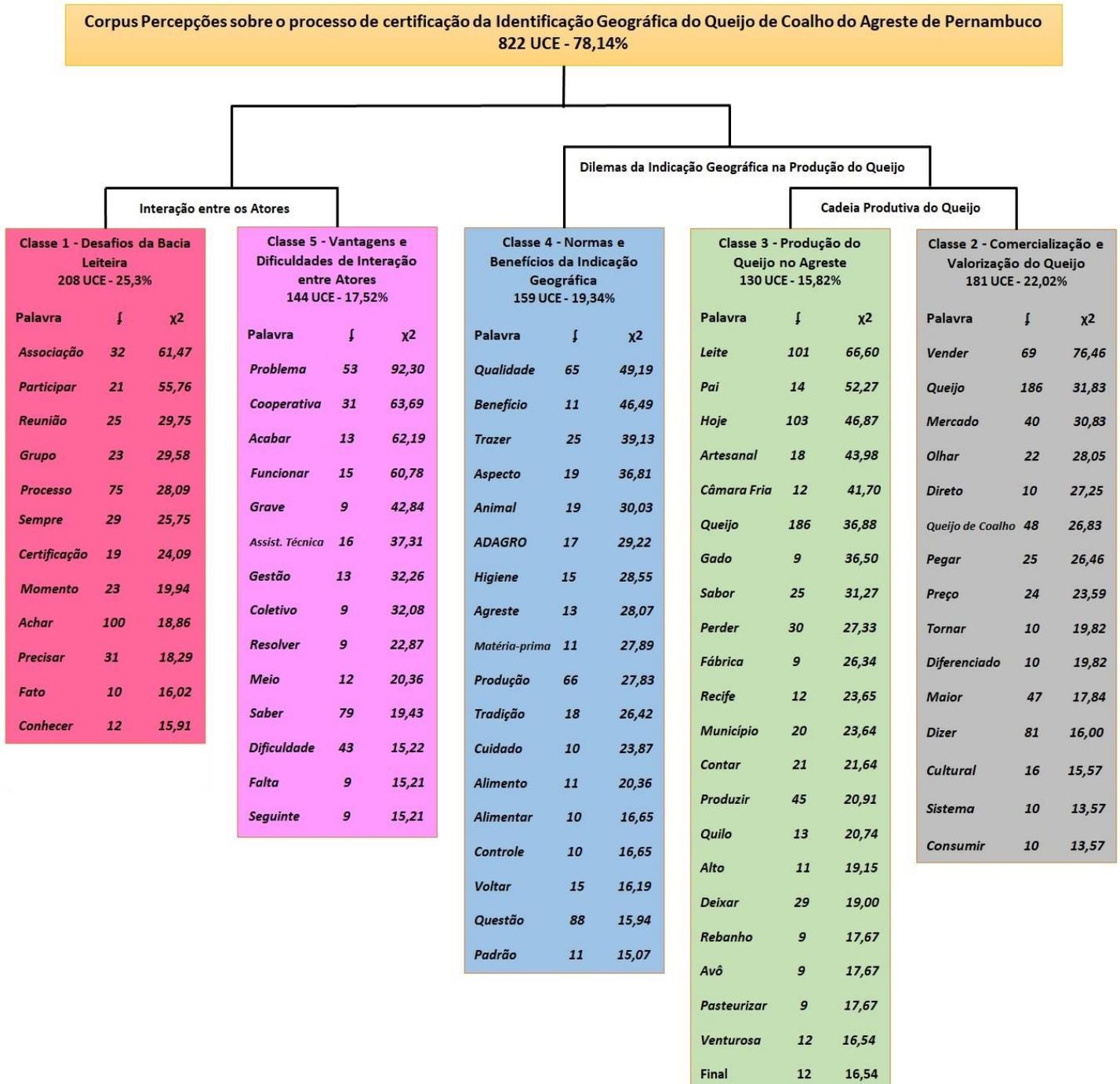
Para a composição da CHD, o programa dividiu, no primeiro momento, o *corpus* em dois *subcorpora*: distinguindo as classes 1 e 5 das demais. A segunda partição separou a classe 4 das classes 3 e 2. Isto significa dizer, portanto, que as classes 1 e 5 possuem maior proximidade ou relação entre si, assim como as classes 3 e 2. As classes geradas a partir da CHD representam um contexto de sentido das palavras e podem apontar representações sociais ou elementos de representações sociais sobre o objeto social estudado.

Em cada uma das classes, é apresentada no dendrograma (figura 6) a categorização das classes, o nome de cada uma, o valor percentual em relação ao total do corpus analisado, as palavras que compõem as respectivas classes, a frequência (*f*) de palavras dentro da classe, bem como a indicação do grau de significância das palavras que possuem mais afinidade com a classe, por meio da associação com o *qui-quadrado* (χ^2). O valor da frequência é a quantidade de vezes que uma determinada palavra aparece, sendo enquadrada em uma classe com maior representatividade. Já o valor do *qui-quadrado* reflete a associação entre uma palavra com a classe, indicando a importância que a palavra tem para construção da classe lexical gerada pelo *software*, orientando a seleção dos segmentos de texto mais significativos e os organizando em classes.

Camargo e Justo (2016) indicam que a descrição das classes em função das palavras que mais se associaram a ela tenha como critérios: 1) frequência maior do que a frequência média do conjunto de palavras da totalidade do corpus (neste estudo, 37381 ocorrências divididas por

4123 formas distintas, o que resulta no valor de 9,06) e 2) ter um *qui-quadrado* igual ou maior que 3,84 ($p < 0,05$), dando maior confiabilidade ao resultado da análise, visto que o cálculo para este teste é definido segundo grau de liberdade 1 e significância 95%.

Figura 6 – Dendrograma de classes sobre o processo de certificação da Indicação Geográfica do Queijo de Coalho do Agreste de Pernambuco



Fonte: autoria própria

Desta forma, a análise do dendrograma permite verificar a relação entre as classes (ligações forte ou fraca) e a representatividade de cada classe (muito significativa ou pouco significativa), a partir do percentual no corpus avaliado. Logo, o dendrograma gerado a partir da análise realizada pelo IRAMUTEQ possibilita uma análise das classes que se inter-relacionam, formando um pensamento elaborado (ESPÍNDULA; SANTOS, 2004).

As classes Desafios da Bacia Leiteira para Obtenção da Indicação Geográfica (classe 1) e Vantagens e Dificuldades de Interação entre Atores (classe 5) se referem a 25,30% e 17,52% do total de segmentos de textos, respectivamente. Esta primeira classe abrange os discursos, nos quais se identificam as necessidades e apontam as soluções para resolver os problemas relacionados a as dificuldades para fortalecer a cadeia produtiva do leite na região e se obter a certificação de IG. Observa-se que há uma imprescindibilidade de que os produtores tenham uma maior autonomia e protagonismo na certificação, buscando fortalecer o grupo e participar ativamente das reuniões. Em contrapartida, constata-se também os obstáculos ao longo dos anos em que se tem trabalhado para se obter a IG, como a seca, que obriga o produtor a focar em sua sobrevivência na região, e a morosidade do processo de certificação, grande desmotivador dos produtores associados.

Eu não sei precisar em quantos anos, eu sei que o *processo* está bastante adiantado e que ele demanda de fortalecer esse *grupo*, é uma visão pessoal minha, eu posso até estar muito enganada, equivocada. Mas eu percebo que o *grupo* que está a frente, ele *precisa* estar muito sólido, muito coeso pra poder tá no passo agora que é justamente testar tudo que foi proposto. (Sujeito 09)

E aí essa necessidade de governança, por mais que as instituições briguem por eles, chega um *momento* em que apenas a instituição tá brigando, mas quem *precisa* está a frente é o produtor; ele *precisa participar* mais, ele *precisa* ser mais ativo. (Sujeito 09)

Quem tá levantando a bandeira, quem realmente *precisa* é o produtor, e ele tá tão preocupado em se manter lá no seu negócio, tá tão desacreditado que: ah, eu vou para as *reuniões*, eu *participo*, mas a coisa não sai, eu não vou mais. (Sujeito 10)

E então se trabalhou com um número pequeno, que concordava em disponibilizar tempo, porque tinha *momentos*, por exemplo, que a gente tinha *reunião* semanal ou de 15 em 15 dias; então não é todo mundo que vai em uma *reunião* todo esse tempo. (Sujeito 06)

Enquanto que na classe 5, ao mesmo tempo em que são identificados os problemas existentes na produção de laticínios da região, também encontram-se discursos que refletem as potencialidades das associações e das cooperativas, a complexidade da relação entre os produtores locais e a relação entre setor produtivo e instituições de produção de conhecimento (universidades, institutos e serviços). Identifica-se que os produtores percebem os benefícios de se associarem, porém existem mais dificuldades e obstáculos para a formalização de associações e cooperativas, que perpassam sob a esfera ético-moral e acabam se tornando motivo de repulsa por muitos produtores. Observa-se também que existe uma fragilidade das IPC em fornecer assistência técnica para os produtores, uma vez que existem poucos funcionários para prestar atendimento a muitos produtores de todas as áreas do agronegócio, além de ter que dar conta das atividades burocráticas internas de cada instituição. A pouca articulação entre os atores da cadeia acaba refletindo no processo de obtenção da IG, pois é um processo que demanda uma estruturação eficiente entre todas as esferas do modelo de Hélice Tríplice.

Realmente, a região nossa tem uma *dificuldade* muito grande de trabalhar com associativismo. Olhe, isso é um *problema* antigo, não sei, a gente tem uma parte do Brasil que trabalha bem com *cooperativa*, o Sul do Brasil, o Sudeste já trabalha menos e o Nordeste ainda pior. Eu acho que isso advém da situação que a gente vive em geral, todos os produtores em uma *dificuldade* muito grande, todo mundo lutando pela sobrevivência e cada um lutando por si e não enxergando a grande vantagem que existe no *associativismo*, que seria justamente se juntar para trabalhar junto e para ganhar junto. (Sujeito 01)

Na minha ótica, é um *problema gravíssimo*, embora eu sei que é uma *dificuldade* gigantesca abarcar muita gente, considerando as exigências colocadas. Existe um problema local que é a *dificuldade* de organização social, um *problema* histórico, então, a ausência de *cooperativas*, a existência de muitas associações como meros instrumentos de acesso a políticas públicas, sementes, horas de trator, sem uma articulação coletiva, e aí a gente vê baixo capital social. Isso *dificulta* uma representação mais legítima, porque as pessoas não estão preparadas e não veem muito sentido em se engajar nesses grupos, então organização *coletiva* é muito frágil na região. (Sujeito 07)

Então as *cooperativas*, ao longo da história, foram virando *cooperativa* de fulano de tal, isso já é um *problema*, porque o ideal é que haja uma transição de *gestão*, todos são donos, então todos tem que participar ativamente do processo decisório. Quando você coloca um grupo, uma elite, que decide e outro que acata, as coisas começam a ficar

distorcidas. Então, se você conversar com as pessoas mais velhas aqui, todas têm aversão a *cooperativas*, tiveram experiências negativas, inclusive processos fraudulentos, situações mais *graves*. (Sujeito 07)

Mas eu confesso que é um desafio tão grande, porque a ausência de instituições também dificulta isso; se nós tivéssemos uma *assistência técnica* efetiva que promovesse pequenas ações *coletivas*, que *funcionassem* bem, digamos que seria uma sementinha que estava sendo plantada sobre a possibilidade de fazer uma coisa maior via *cooperativas*. (Sujeito 07)

Desta forma, nomeia-se esse *subcorpus*, composto pelas classes 1 e 5, como Interação entre Atores, pois nestas duas classes estão relacionadas diretamente com discursos relativos às questões que emergem quando se trata das relações entre setor produtivo, IPC e instituições governamentais no contexto da obtenção da certificação. Destaca-se neste *subcorpus*, sobretudo, os discursos que permeiam as dificuldades culturais, permeadas pelas relações de poder, que se perpetuam no Agreste que atrapalham a criação e existência de cooperativas e associações de produtores na região.

As classes Produção de Queijo no Agreste (classe 3) e Comercialização e Valorização do Queijo (classe 2), representam, em ordem, o total de 15,82% e 22,02% dos segmentos de texto. A classe 3 engloba as questões relativas a produção do queijo, percorrendo desde o fornecimento da matéria-prima até o beneficiamento e armazenamento do laticínio. Nesta classe também se encontram a preocupação com o sabor final do produto e com a preservação do modo artesanal de produção. Percebe-se, por meio dos discursos, um certo contraste entre como a atividade era realizada antigamente e a mudança no processo produtivo que o produto tem sofrido atualmente devido as exigências dos órgãos fiscalizadores.

Para você ter ideia, as pessoas que trabalha, boa parte da economia aqui é *leite* e fabricação de *queijo*, e as pessoas não tem sequer uma medida pra medir um coagulante, pra medir um cloreto, pra medir o *leite*; não tem orientação de nada, vai fazendo assim, daquela forma, que viu alguém fazendo, que o *pai* fazia, que o *avó* fazia e isso continua até *hoje*. (Sujeito 03)

A gente que é do campo, eu não sou do campo, mas a gente cresceu vendo os nossos *avós* fazendo *queijo* e nossos *pais* mantiveram essa tradição e hoje é que a gente tá *perdendo* um pouco por conta da cobrança da industrialização. (Sujeito 12)

Venturosa, hoje, é um dos maiores produtores de *queijo* de Pernambuco, de *leite* é a Pedra, mas fazedor de *queijo* é *Venturosa*. Sai de *Venturosa*, em média, semanalmente pra *Recife* 100 mil *quilos* de *queijo*. É uma produção que tem um produto perecível, o *queijo* de coalho é igual fruta, verdura, legumes. *Hoje* se usa muito a *câmara fria* pra levar pra *Recife*; antigamente se levava muito as gameleiras e se *perdia* muito em soro, o *queijo* se desmanchava, *perdia* muito peso. *Hoje* a higienização melhorou muito, ele vai resfriado e cru. (Sujeito 11)

O *queijo* de coalho é espetacular, nós temos uma venda, a maior venda em cima do *queijo artesanal*. O *queijo* tipo A representa menos nossa venda *hoje*, por conta que o pessoal não quer uma coisa *pasteurizada*, uma coisa que não tenha o *sabor*. (Sujeito 04)

A classe 2 reúne os discursos sobre as questões logísticas e de comercialização do *queijo*, tendo como plano de fundo a certificação de IG. O foco da atenção dos produtores quando se fala na comercialização do *queijo* certificado é alcançar novos mercados, mantendo os que já foram conquistados, por meio de produtos diferenciados e com melhor qualidade. Há uma intenção clara de respeitar a tradição cultural do produto, buscando interagir diretamente com o mercado e evitando a presença do atravessador, figura associada a péssimas práticas de comercialização como falsificação de embalagens, transporte e armazenamento inadequado e ganhos indevidos em cima tanto dos produtores formalizados como dos informais.

A questão mesmo que a gente só tava pensando mais no *mercado*, em *vender, vender*, mas a gente tem que ver o lado social, o lado humano, a questão mesmo da *cultura*, porque o processo do *queijo* não foi feito aqui há 5, 10 anos, 15 anos atrás, foi há um bom tempo, bastante atrás. E a gente viu isso aí, essa indicação como uma valorização dessa questão, dessa da mão de obra, desse processo do *queijo de coalho*. (Sujeito 02)

A indústria tem que saber os processos com as boas práticas e os autocontroles pra *vender diretamente ao mercado*, que também não posso botar no atravessador que ele não ia atender as legislações e até levar na temperatura correta e tal pra lá para o *mercado*. (Sujeito 04)

Hoje a gente fabrica *queijo de coalho* artesanal e o *queijo de coalho* tipo A, porque tem vários aspectos que influenciam minha logística e tudo mais na minha empresa a trabalhar com os dois tipos, uma é a questão de *mercado* e uma questão *cultural*. Questão *cultural*, porque o povo quer geralmente o *queijo* furadinho, quer o *queijo de coalho* cru, que eles nem entendem, na verdade. Por isso que a gente quer o *queijo* com a Indicação, porque vai trazer todos os benefícios, o sabor, a nossa realidade em cima do *queijo* artesanal. (Sujeito 04)

Quando o pessoal ver, principalmente os fabricantes de *queijo* ver que tem um *queijo diferenciado no mercado*, então eles vão tentar se adequar e, com certeza, vai ser bom pra o consumidor, vai ter mais pessoas querendo se adequar para ter um *queijo* de melhor qualidade. A questão mesmo de valorizar o *queijo*, produto da região; então com isso, concluindo o trabalho e tendo o *queijo no mercado*, então as famílias que trabalham com esses *queijos*, o pessoal vai poder valorizar mais o seu trabalho e outras pessoas vão poder realmente tá querendo *consumir* e também querer fazer o *queijo diferenciado*. (Sujeito 05)

Observa-se que as classes 3 e 2 reúnem os discursos que explicitam um contraste entre o modo de fazer de antigamente e o que tem se buscado fazer atualmente, assim como evocações que apontam para busca da valorização do queijo de coalho e a intenção de acesso a novos mercados por meio da certificação de IG. Portanto, esse *subcorpus* foi denominado como Cadeia Produtiva do Queijo.

A classe Normas e Benefícios da Indicação Geográfica (classe 4), correspondendo a 19,34% dos segmentos, ficou mais próxima em relação às classes 3 e 2, porém teve uma divisão em seu único ramo, demonstrando um certo distanciamento das demais classes. Essa aproximação se dá pelo fato de o processo de obtenção da IG estar ocorrendo há mais de 10 anos, ou seja, os produtores vivem uma fase de transição, onde a maneira como se produzia o queijo antigamente passa a receber normas e orientações que visam melhorar a qualidade do produto, respeitando a tradição, na medida do possível, e permitindo que seja possível acessar novos mercados.

Esta classe englobam os discursos que envolvem o seguimento de normas, boas práticas de fabricação e higiene na produção do queijo que a IG preconiza e o reflexo no ganho das melhorias e nos benefícios da qualidade obtidos pelos produtores. Há destaque para os discursos dos benefícios obtidos durante o processo de obtenção da IG, como controle da qualidade, padronização, higiene na fabricação e segurança alimentar do produto.

Também encontra-se, nesta classe, um discurso que coloca em oposição o grupo dos produtores que fazem parte da associação e aqueles que não fazem parte, sobretudo na questão de cumprimento das normas de fabricação estabelecidas pelos órgãos de fiscalização, tendo como principal justificativa a falta de interesse em se regularizar. Parece explicitar uma dinâmica entre a identidade (meu grupo) e a alteridade (o outro grupo). Entretanto, também se verificou que este discurso também foi proferido pelo produtor não associado, embora, vale destacar que este produtor possui condições financeiras e estruturais semelhantes ou até melhores que os produtores associados.

Melhorias não só vão vim, mas já vieram, dentro do processo, a gente, apesar de não ter a certificação, melhorou muito, principalmente, a nossa *qualidade* do produto. Mas melhorou também a nossa visão, a gente andou, visitou, viu outros tipos de produção e existe já uma melhoria muito grande, apesar de não ter o certificado. Os requisitos principais são melhoria da *qualidade*, *controle* permanente dessa *qualidade*, além de você chegar num ponto que é o ideal de se produzir, você poder manter essa *qualidade* e ter *cuidado* sempre. (Sujeito 01)

Quando o consumidor vai identificar que um produto de Indicação Geográfica é um produto que mantém uma *tradição* e dá *segurança alimentar*, a *tradição* não é só no procedimento de fabricação, mas também na produção do leite. Na Indicação Geográfica é obrigatório o uso da palma forrageira, por exemplo, aquele cacto lá da região. Então são esses *aspectos* que para o consumidor vai fazer um grande diferencial, ele comprar um produto que dá *segurança alimentar*, que tem *qualidade* e tem *tradição*, então, eu acho que isso vai agregar valor. (Sujeito 06)

Eu acho que algumas pessoas desses setores não querem realmente seguir as normas do *padrão* mesmo da *questão* da ADAGRO. Eu acho que a valorização seria através da fiscalização, porque, não desmerecendo os outros, mas tem laticínios aí que a *questão* de *higiene* é terrível. Eu acho que se realmente tivesse uma dura fiscalização, a utilização realmente da fiscalização, da *vigilância sanitária* em cima dessas pessoas, em cima desses laticínios, eu acho que seria bem mais vantajoso e poderia ainda somar com a atividade da gente e a *questão* da valorização do produto seria bem maior. (Sujeito 02)

Um dos objetivos dessa certificação é *padronizar* o queijo, vamos supor, o queijo que você consome desse laticínio aqui, aí o outro que tá seguindo a mesma linha da certificação seria bem semelhante a esse, não igual, porque igual vai ser impossível, vai ser bem parecido com a forma como é feita aqui. Ela vai *trazer benefício* sim, pra uma pequena quantidade de produtores, como também ela vai definir uma clientela fiel, ou seja, alguém que tenha mais conhecimento. (Sujeito 06)

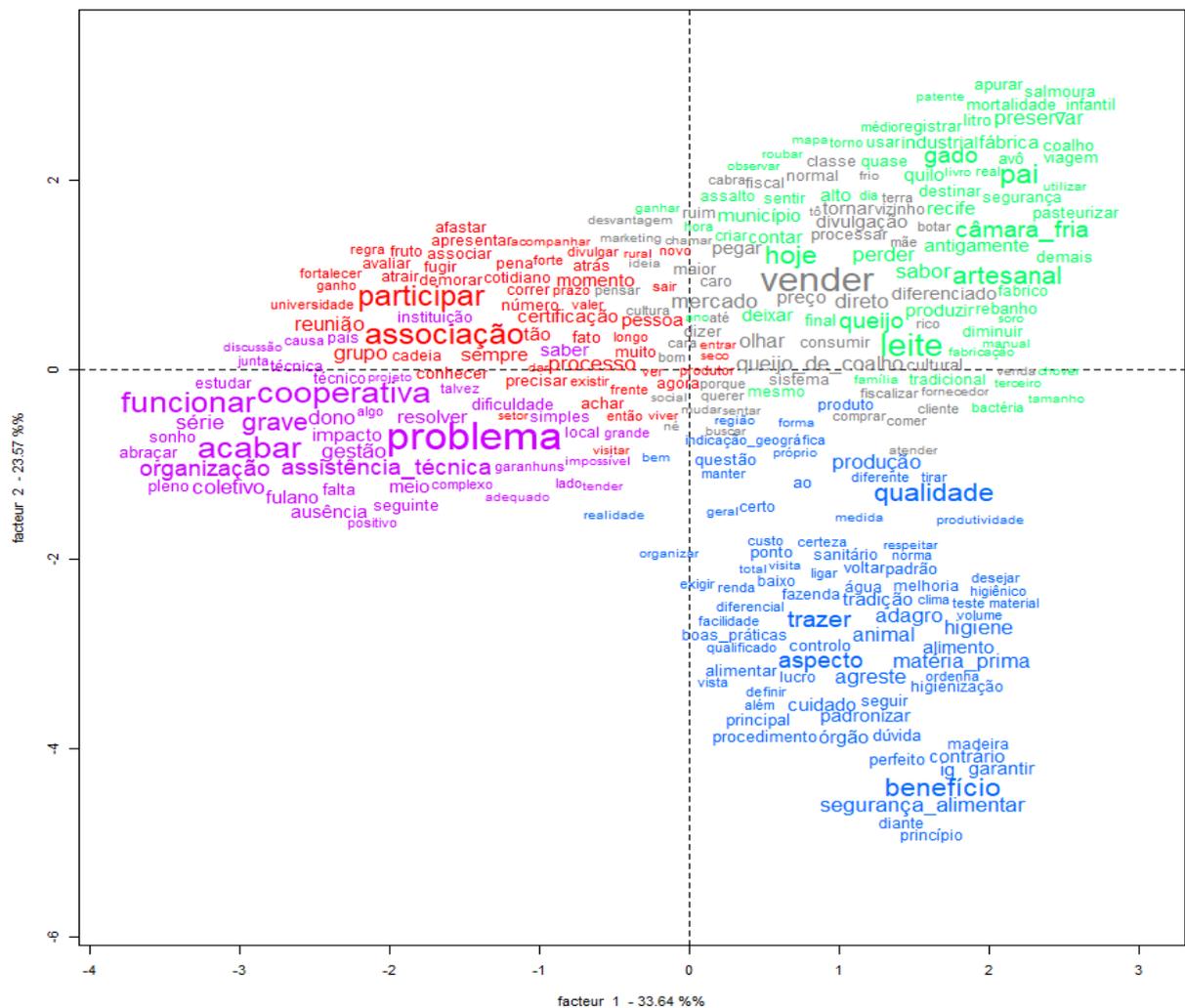
O que eles não querem é investir e muitos são pequenos e não tem condições de investir. Porém o mais preponderante é não querer investir, só querem tirar o leite lá e só o lucro; só quer o lucro mesmo, não tá nem aí com o ser humano mais na frente, como é que vão se *alimentar*, qual é a *qualidade*, eles não se interessam nisso. (Sujeito 13)

Por fim, as classes 4, 3 e 2 encontram-se relacionadas como Dilemas da Indicação Geográfica na Produção do Queijo por englobar segmentos que mesmo relatando os benefícios percebidos ao decorrer do processo de obtenção da IG, mas também demonstram preocupações

em manter a tradição da fabricação artesanal do queijo, a importância de se preservar o sabor do queijo de coalho da região, a busca por novos mercados, a valorização do queijo de coalho, as melhorias de buscar a certificação de IG e as inquietações relativas ao excesso de fiscalização por parte dos órgãos reguladores para quem está seguindo a normas em detrimento da ausência de fiscalização dos laticínios não formalizados e irregulares.

Para contribuir com a análise da CHD, também foi realizada uma AFC por classes (figura 7) e uma AFC por sujeitos e grupos (figura 8). Esta interface possibilita que sejam recuperados, no corpus original, os segmentos de texto associados a cada classe, momento em que se obtém o contexto das palavras estatisticamente significativas. Desta forma, a AFC possibilita visualizar as oposições resultantes da CHD, sob a forma de um plano fatorial, possibilitando uma análise mais qualitativa dos dados (CAMARGO, 2013).

Figura 7 – Análise Fatorial de Correspondência por classes



Fonte: autoria própria

No eixo vertical, encontram localizadas as classes de palavras que remetem ao *subcorpus* Interação entre Atores do lado esquerdo, enquanto que o *subcorpus* Dilemas da Indicação Geográfica na Produção do Queijo está disposto do lado direito, significando que há uma ideia de oposição entre estes dois *subcorpora*. Pode-se inferir que esta relação de distanciamento ocorre pela fragilidade da relação entre os atores locais, uma vez que a cadeia produtiva do queijo de coalho sobrevive com ausência de vínculo entre produtores, por meio de associações e cooperativas, e com pouca interação entre as IPCs e o instituições governamentais, principalmente na esfera municipal.

Ao mesmo tempo que, no eixo horizontal, há uma oposição entre as classes 1 e 5 e uma outra oposição entre o *subcorpus* Cadeia Produtiva do Queijo e a classe 4. A primeira oposição aparece entre as percepções dos problemas que acontecem acerca da interação entre os atores (classe 1), principalmente nas questões sobre cooperativismo e associação, e as possibilidades que podem ser utilizadas para diminuir os problemas e melhorar a interação entre os atores locais. Observa-se, neste caso, uma oposição clara de ideias, visto que os sujeitos conseguem apontar os problemas e identificar possíveis soluções para a resolução deles.

Já a segunda oposição do eixo horizontal se constrói pelo contraste entre as classes Desafios da Bacia Leiteira e Vantagens e Dificuldades de Interação entre Atores. A classe 5 reúne os segmentos que relatam a importância e os benefícios associados a interação entre setor produtivo, IPCs e instituições governamentais, também agrupa as dificuldades que existem para que essa associação ocorra na prática. Enquanto que a classe 1 congrega os segmentos que relatam os desafios que precisam ser enfrentados para que uma relação eficiente seja estabelecida entre os atores locais.

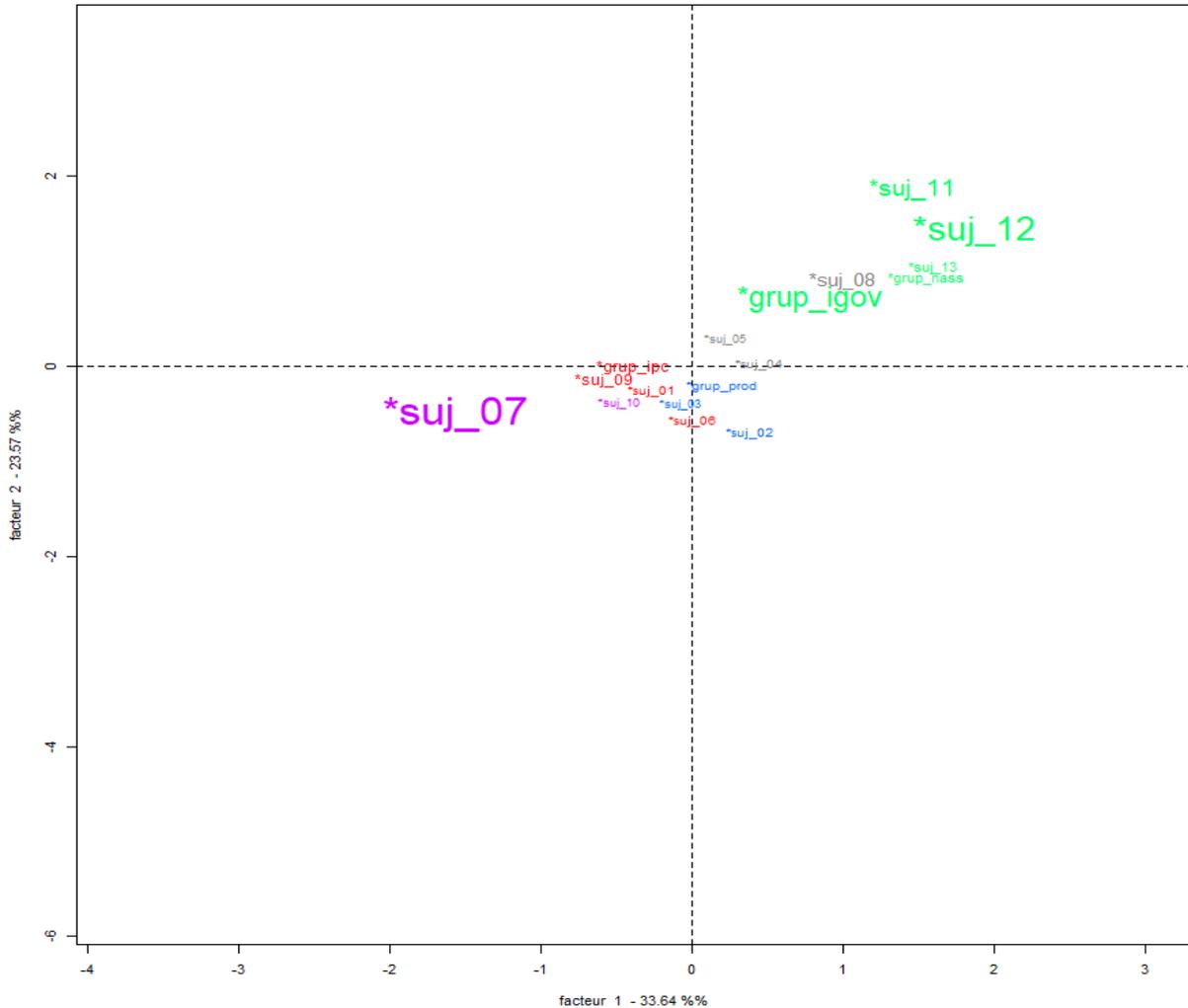
Na classe 1, observa-se que as palavras centrais são participar a associação; na classe 5, problema é a palavra central, seguida de cooperativa, funcionar, acabar e grave. Já na classe 3, tem-se leite como palavra central, acompanhada por pai, hoje, câmara fria e artesanal; enquanto que na classe 2, vender ganha destaque em relação as outras demais. A classe 4 possui duas palavras centrais: benefícios e qualidade.

Salienta-se, no entanto, que por mais que as classes estejam separadas nos quadrantes, ainda assim elas convergem ao centro do plano fatorial. Isso demonstra que, mesmo cada classe possuindo suas particularidades, existe um certo grau de coesão das representações, uma vez que as palavras, até mesmo dentro de cada classe, encontram-se localizadas mais próximas umas das outras.

Para complementar a AFC por classes, também foi realizada uma AFC por sujeitos e grupos, uma vez que esta última permite observar as variáveis de cada sujeito com relação ao

seu discurso. Desta forma, é possível analisar quais sujeitos ou grupo são mais representativos para a formação de uma classe de discurso, permitindo observar as relações entre os discursos e os sujeitos ou grupos.

Figura 8 – Análise Fatorial de Correspondência por sujeitos



Fonte: autoria própria

Percebe-se, na análise realizada pelo IRAMUTEQ, que o principal grupo que compõe a classe 1 são as IPC, porém são representativos os sujeitos 01 (produtor associado), 06 e 09 (representantes de IPCs). Este grupo de sujeitos apontou, em seus discursos, mais questões voltadas para aos desafios que os atores locais precisam resolver para minimizar os impactos culturais sobre a relação dos atores envolvidos no processo de certificação da IG. Na classe 5, os sujeitos 10 e 07 são os mais representativos em relação aos discursos sobre as vantagens e as dificuldades existentes na interação entre os atores.

Já na classe 3, observa-se que os principais grupos formadores são o das instituições governamentais e dos produtores não associados, sendo os sujeitos 11 e 12 mais típicos para este primeiro grupo. Por pertencerem a mesma cidade, possivelmente convivem com a mesma realidade, compartilhando assim representações semelhantes ou próximas sobre o processo produtivo do queijo na região.

Os sujeitos 08 (representante de IPCs), 04 e 05 (produtores associados) são típicos da classe 2, que tem como principal cerne de discussão as questões relativas a comercialização e valorização do queijo de coalho produzido no Agreste pernambucano. São discursos que se preocupam com não apenas com a obtenção da IG, mas como ela deverá ser gerenciada para promover um dos principais objetivos: o acesso a mercados mais exigentes.

Por fim, a classe 4 é formada principalmente pelos discursos dos produtores associados a CQP, sendo os mais significativos os sujeitos 02 e 03 (produtores associados). Os relatos desta classe ganham destaque neste grupo, pois as normas e os benefícios incidem diretamente sobre os produtores. Desta forma, eles percebem de forma mais clara o impacto sobre as necessidades de se cumprir as exigências do processo de certificação e as melhorias que já ocorreram desde que foram iniciadas as atividades voltadas para a obtenção da IG.

A partir destes resultados encontrados, será estabelecida uma discussão das RSs, tendo como base as três categorias de análise desta pesquisa: cadeia produtiva do queijo de coalho no Agreste, percepções sobre a Indicação Geográfica e interações entre os atores. A construção destas três categorias está diretamente ligada a construção das classes estabelecida pelo IRAMUTEQ, sendo, portanto, as classes 3 e 2 referentes a primeira categoria de análise; a classe 4 relativa a segunda categoria de análise; e as classes 1 e 5 concernentes à última categoria analítica.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS REPRESENTAÇÕES

A TRS busca compreender os fenômenos coletivos, por meio das regras que regem o pensamento social, possuindo como foco de estudo o senso comum, cujo os indivíduos ou os grupos se utilizam para tomar posição. Desta forma, a análise das RS torna-se indispensável para compreender a dinâmica das interações e práticas sociais. Rateau et al. (2011) ressaltam a importância do desenvolvimento da TRS no sentido de aprofundar o conhecimento do funcionamento psicossocial do indivíduo e do grupo, principalmente na relação entre atitudes e representações sociais.

Assim sendo, neste capítulo, serão discutidas as representações sobre o processo de certificação da IG do Agreste de Pernambuco, a partir das abordagens Societal de Doise e Processual de Jodelet, buscando estabelecer relações com outros trabalhos realizados nos últimos cinco anos sobre IG no setor de laticínios em outros locais do Brasil. Salienta-se que, desde 1996, quando foi homologada a lei que regulamenta as IGs no Brasil, houve apenas quatro solicitações de concessão desta certificação no setor de laticínios ao INPI, sendo concedidas aprovação para duas delas, ambas localizadas em Minas Gerais (tabela 2). No entanto, existem trabalhos acadêmicos desenvolvidos em outras regiões onde estão sendo avaliados as potencialidades para se obter a certificação, estando em processo de adequação para realizar a solicitação – assim como é o caso da IG do Agreste de Pernambuco.

Tabela 2 – Indicações Geográficas brasileiras no setor de laticínios

DATA DE CONCESSÃO	NOME GEOGRÁFICO	ASSOCIAÇÃO/REQUERENTE/DETENTORA DA IG (ESTADO)
13/12/2011	Serro (IP)	Associação do Produtores Artesanais de Queijo do Serro (MG)
13/03/2012	Canastra (IP)	Associação do Produtores do Queijo Canastra - APROCAN (MG)
Depositada, porém ainda não concedida	Colônia Witmarsum (IP)	Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda. (PR)
Depositada, porém ainda não concedida	Campos de Cima da Serra (DO)	Federação das Associações de Produtores de Queijo Artesanal Serrano de SC e RS (RS)

Fonte: Autoria própria (baseado nos dados do INPI, 2017)

6.1. Cadeia Produtiva do Queijo no Agreste

Conforme evidenciado pelas classes 3 e 2, a produção do queijo de coalho na região do Agreste de Pernambuco é apontada pelos atores entrevistados como sendo uma atividade artesanal e familiar, que gera renda para a população, tendo grande apelo para a tradição e a preservação da cultura local. As figuras familiares sempre retomam a construção do negócio, trazendo a memória as relações estabelecidas com a produção do leite e do queijo na infância, aspectos que enraízam os sujeitos em sua região. A produção do queijo de coalho acontece, em pequena escala, nas pequenas propriedades rurais, tendo variações significativas em suas características, visto que é produzido por diferentes famílias que passam o modo de fazer como herança cultural por gerações.

É também representada como uma atividade que precisa ser mais valorizada e ter mais atenção dos órgãos governamentais, garantindo melhores condições para que os produtores consigam investir mais em seus negócios. O discurso dos atores evidencia a necessidade de valorização do queijo de coalho como um produto de reconhecimento local, contrastando com as dificuldades enfrentadas pelos produtores para se manter na atividade. De um lado encontra-se um produto único, que possui um grande potencial de mercado; de outro, os problemas com a falta de qualidade da matéria-prima, a informalidade de alguns produtores da cadeia e a ausência de políticas públicas que tornem a produção mais competitiva.

Neste contexto, também se encontra a preocupação de alguns produtores em relação a industrialização do processo de fabricação do queijo de coalho (que engloba o emprego da pasteurização, mudanças de equipamentos e utensílios na produção e o receio de mudança do sabor do produto final). As práticas da industrialização surgem como uma forma dos órgãos fiscalizadores para promover as boas práticas de fabricação e, conseqüentemente, melhorar a qualidade do queijo produzido na região.

A matéria-prima de boa qualidade é essencial para um melhor aproveitamento no processo produtivo, evitando redução do peso no produto final, além de garantir que o queijo tenha sanidade no aspecto higiênico. Porém, a deficiência na prestação de assistência técnica e na fiscalização associadas a escassez de água favorecem a perpetuação de práticas produtivas que diminuem a qualidade do queijo de coalho. A carência de assistência técnica impacta tanto na produção quando no gerenciamento das fazendas e das fábricas de queijo da região, sobretudo quando se trata dos pequenos produtores, que acabam sendo os mais excluídos dos processos que ocorrem dentro da cadeia de laticínios da região.

Todos os produtores informaram que o processo produtivo das instalações deles melhorou muito nos últimos anos, mas eles reconhecem que ainda necessitam de mais conhecimentos, especialmente na área de gestão do negócio. As IPCs também apontam que os produtores locais sempre estão interessados em obter informações sobre o gerenciamento do negócio mais do que para área de produção do queijo. A partir da fala dos sujeitos, percebe-se que a maioria dos produtores associados tem um domínio das técnicas de produção de queijo, no entanto, ainda possuem muitas dificuldades quando se trata de aspectos administrativos do negócio, particularmente, na área de *marketing*.

A água é um item de extrema importância nesta cadeia, visto que ela serve para alimentar o rebanho, limpar o úbere das vacas antes da ordenha, higienizar materiais e equipamentos e também participa diretamente do processo produtivo do queijo. Com os períodos de seca e estiagem, a região do Agreste pernambucano luta contra uma de suas maiores dificuldades permanecer na atividade leiteira, principalmente, porque o custo de produção aumenta e a margem de contribuição do litro de leite é reduzida, resultando em um preço de venda inferior ao necessário para cobrir as despesas produtivas.

Então, a produção de queijo de coalho se torna uma forma de agregar valor ao leite, principalmente para o pequeno produtor, permitindo que ele consiga obter mais lucro do que se vendesse apenas o leite. Logo, existe uma preocupação com o peso do produto, visto que o queijo é vendido por quilo; quanto melhor é a matéria-prima, maior será o rendimento do queijo na produção. Um outro fator que contribui para a manutenção da massa do queijo é a utilização de câmaras frias durante o transporte, impedindo que o soro extravase durante o traslado, que ocorre com frequência entre os municípios produtores e Recife.

A Região Metropolitana do Recife representa o principal mercado consumidor de queijo de coalho da região. Os pequenos queijeiros enviam a produção para ser comercializadas em pequenos mercados e mercearias de bairros, já os produtores de maior porte, geralmente, dispõem de frota logística própria e possuem solicitações de pedidos de supermercados e redes varejistas. Vale salientar que a comercialização do queijo de coalho acaba ficando restrita ao estado de Pernambuco, pois os produtores possuem apenas o SIE, o que impede a comercialização em todo o território nacional.

Ainda sobre a câmara fria, espaço de armazenagem onde o queijo vai logo após estar pronto, é um dos assuntos que causa divergência entre grupos. Os produtores compreendem a utilização da câmara fria como um requisito de segurança alimentar do produto. Porém, o que chamou atenção foi o discurso dos sujeitos 11 e 12 (funcionários da Prefeitura de Venturosa), que destacaram a importância da utilização da câmara fria para a manutenção do peso do queijo,

visto que ele não perdia soro durante o translado; por outro lado, também afirmaram que essa prática retirava o sabor característico do queijo de coalho, pois, de acordo com esses sujeitos, durante o processo de salmoura realizado nos cochos o queijo apurava seu sabor.

A manutenção do sabor característico do queijo de coalho é a maior preocupação dos produtores associados, sendo um dos aspectos mais associados ao reconhecimento e a valorização do produto pelos consumidores. O sabor dos queijos produzidos com leite cru é considerado mais rico e intenso do que os queijos feitos com o leite pasteurizado. Esse fato se deve principalmente à existência de uma variedade de microrganismos presentes em queijos feitos com leite cru (MONTEL et al., 2014). Logo, o fato do queijo de coalho ser produzido a partir do leite cru resulta em características organolépticas únicas, principalmente no quesito sabor. Para esses produtores, o sabor está ligado diretamente a sua cultura e região, sendo, portanto, um aspecto simbólico representado em uma característica do queijo.

O modo de fazer artesanal do queijo de coalho é representado como uma forma de proteger e agregar valor por meio do sabor característico deste laticínio, da tradição da região e da qualidade percebida por alguns consumidores. Esta compreensão da valorização da produção artesanal é também observada pelos consumidores do queijo minas, que associam positivamente o queijo artesanal a características que agregam valor ao produto (FIGUEIREDO, 2014).

Mesmo eles tendo participado da definição das características que serviriam como padrão para a produção do queijo de coalho certificado e sabendo que a IG tem como um dos objetivos a preservação dos seus recursos naturais, sociais e culturais como ativos territoriais, dentro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, percebe-se que existe um receio em relação a mudanças que podem vir a se tornar obrigatórias devido as exigências sanitárias.

Esta mesma preocupação também é observada com os agricultores que produzem o queijo colonial de Chapecó, Santa Catarina. Esta atitude não representa uma recusa em querer se adequar ao que é imposto pelos órgãos de fiscalização sanitária, mas existe um receio acerca da descaracterização do queijo artesanal e as exigências do mercado consumidor (JUNIOR et al., 2016). A descaracterização do produto perpassa não apenas pelo aspecto simbólico do produto em relação a região, mas também releva uma questão mercadológica, na qual o queijo de coalho feito com leite cru possui mais aceitação pelos consumidores do que o feito com leite pasteurizado, tendo o aspecto sabor como justificativa para a preferência do mercado.

Outra dificuldade relatada por todos os atores da região entrevistados foi a expressiva informalidade dos produtores da bacia leiteira do Agreste. A informalidade implica em vários problemas na região: a ausência de fiscalização da produção clandestina, baixa qualidade do

produto comercializado, falsificação das embalagens do queijo – denominadas como bolsas ou sacolas –, concorrência desleal com os produtores formalizados e criação de um mercado paralelo comandado por atravessadores.

Estes problemas geram consequências que atingem diretamente a competitividade da cadeia de laticínios e refletem diretamente na imagem que o consumidor tem sobre o queijo de coalho. A informalidade faz com que o estado tenha um custo maior de fiscalização, visto que se faz necessário o aumento da fiscalização; corrobora com o desenvolvimento de uma cadeia clandestina de produção e distribuição de produtos que não possuem qualidade reconhecida pela vigilância sanitária, facilitando a atividade dos atravessadores e reduzindo os lucros dos produtores; e perpetua modos de produção que não respeitam as boas práticas de fabricação, o que pode ocasionar riscos à saúde do consumidor.

Wilkinson e Mior (1999, p. 32) conceituam o setor informal como: “uma atividade que não adota as normas e as regulamentações que prevalecem num determinado momento setor em que opera”. Ao mesmo tempo que essas normas podem representar valores ou objetivos compartilhados, tanto pelos produtores como pelos consumidores, também representam um impedimento a entrada de outros produtores em um setor produtivo. Este impedimento ocorre devido a obrigatoriedade de adoção das normas, que implicam custos proibitivos para alguns produtores, principalmente os pequenos.

A informalidade também é apontada como o não enquadramento aos padrões sanitários exigidos pela vigilância sanitária, que representa uma forma de obstáculo ao desenvolvimento da produção artesanal do queijo de Marajó, no estado do Pará, por não conseguir alcançar mercados mais exigentes (DA CRUZ et al., 2015). Assim sendo, são desenvolvidas formas clandestinas de comércio, criando grande risco para os produtores, comerciantes e consumidores de laticínios em várias regiões do país onde a informalidade se apresenta como majoritária nos modelos de negócio.

Neste contexto da informalidade, é interessante destacar que as dinâmicas sociais na esfera do setor produtivo representam uma relação de identidade por parte dos produtores formalizados e alteridade em relação aos produtores informais. Mesmo possuindo a identidade de produtores de queijo do Agreste, os produtores entrevistados, sendo formalizados, não reconhecem os produtores informais como sendo da mesma pertença. O discurso proferido pelos produtores associados e o não associado mostram um distanciamento entre eles e os produtores informais ao afirmarem que estes possuem condições de investir na melhoria do negócio e se formalizar; apesar disso, eles preferem se manter na informalidade, porque investem menos e conseguem, de forma clandestina, conseguir mais lucro.

De forma muito taxativa, é colocado pela maioria dos atores que os produtores informais não se preocupam com a segurança alimentar e a qualidade do produto ofertado ao mercado, de forma que eles só visam ao lucro próprio. A ausência de fiscalização para esses produtores informais e as práticas do comércio clandestino são apontadas como principais desmotivadores da atividade, visto que os produtores formais investem em melhorias, porém não conseguem alcançar uma vantagem competitiva em relação aos produtores não formalizados. Da Cruz et al. (2015) também indicam a existência deste discurso em produtores de Marajó que estão regularizados e afirmam que não têm como concorrer com os preços baixos praticados pelos queijeiros clandestinos.

É importante ressaltar que a produção de queijos no Agreste de Pernambuco, assim como em outras regiões do Brasil, ainda representa uma atividade familiar, que pequenos produtores possuem como uma forma de aumentar a renda de suas famílias. Logo, além de não contarem com assistência técnica efetiva e políticas públicas que possibilitem o aumento da competitividade do negócio, muitos deles não possuem condições de investir em processos de formalização, uma vez que eles não possuem condições financeiras para arcar com os custos de adaptação da estrutura e despesas com burocráticas.

6.2. Percepções sobre a Indicação Geográfica

A partir da análise do conteúdo dos discursos presentes na classe 4, de forma geral, percebe-se que os discursos entre os grupos encontram muitas características idênticas ou próximas, porém alguns pontos são mais destacados por determinados grupos do que por outros. A IG é percebida por todos os grupos de forma bastante positiva, tendo vantagens e benefícios atrelados aos processos desenvolvidos para se obter a certificação; em contrapartida, os produtores tem seus discursos focalizados nos interesses de mercado e na valorização do produto, enquanto que o grupo das IPCs possuem um discurso mais forte para as questões de segurança alimentar e higiene que o processo tem trazido para os produtores.

Observa-se, portanto, que os produtores ligados a CQP já percebem a melhoria da qualidade do produto a partir dos processos realizados ao longo dos anos para se realizar a solicitação da certificação do queijo de coalho. De forma unânime, eles reconhecem que os processos ligados a IG trouxeram benefícios para seus laticínios e irão trazer ainda mais vantagens tanto para eles como para a região. Entretanto, a maioria desses benefícios que foram relatados estava diretamente ligada à cadeia produtiva de laticínios da região, geralmente ligado

ao aumento da renda da população por estarem inseridas dentro do mesmo espaço geográfico, portanto, servindo como força de trabalho. Corroborando com esta visão, os produtores relatam a necessidade de realizarem pesquisas de mercado para compreender aspectos mercadológicos sobre o queijo certificado como, por exemplo, como acessar mercados com melhores potenciais e aceitação dos consumidores em relação ao queijo certificado.

As atividades de turismo associadas a IG não apontadas pela maioria dos produtores como outras formas de desenvolvimento local para a região. Para os representantes das IPCs, o turismo é citado de forma mais expressiva, porém ainda de forma muito incipiente, sem um planejamento futuro de criação de rotas ou de equipamentos turísticos. Apenas um dos produtores apresentou uma proposta de uma queijaria-escola, onde os turistas poderiam conhecer o processo produtivo e participar de oficinas de fabricação de queijo de coalho. Esta situação é semelhante como apontado no caso da IG do queijo minas artesanal do Serro, o qual foram realizados poucos estudos sobre as potencialidades turísticas (MEDEIROS, 2015).

Logo, é possível inferir que, de forma geral, os produtores têm percebido a IG apenas como um diferencial de competitividade para que seus produtos alcancem novos mercados e uma clientela mais exigente. Possivelmente esta falta de visão para fortalecer a IG por meio do turismo seja um reflexo da carência de organização entre os atores, recursos específicos voltados para estruturar os equipamentos e roteiros turísticos e políticas públicas para a promoção da IG.

Destaca-se, entretanto, que o fomento das atividades turísticas no contexto das IGs propicia o reconhecimento de culturas tradicionais, a valorização da gastronomia típica, a produção sustentável de alimentos e a proteção dos manuseios artesanal e cultural de uma região. Além disso, fortalece o turismo interno no país e gera renda, agregando valor às atividades agrícolas, artesanais e agroindustriais, colaborando com a preservação do patrimônio natural e cultural. Nascimento, Nunes e Bandeira (2012) apontam que, por meio do turismo atrelado às IGs, o agronegócio familiar e os produtores locais podem conseguir perpetuar as heranças das gerações anteriores e ainda modernizar as instalações, além de impulsionar a comercialização dos seus produtos.

Sob outra perspectiva, o grupo dos representantes das IPCs e sujeito 10 (representante de instituição governamental) possuem uma representação mais acentuada da IG como uma possibilidade de promoção da higienização na cadeia de laticínios local. Estes sujeitos possuíam um discurso típico da melhoria das boas práticas de fabricação do leite e do queijo, possibilitando o aumento da qualidade dos produtos e evitando doenças que poderiam ser causadas em detrimento a agentes patogênicos atrelados a falta de sanidade animal e a

contaminação microbiana nos processos de fabricação, de armazenamento e de transporte do queijo de coalho.

Para Moscovici (1978), as RS são organizadas pelos indivíduos de acordo com as proposições, reações ou avaliações de cada classe, cultura ou grupo; logo a diferença de perspectivas entre dois grupos sobre o mesmo objeto se justifica por meio de três dimensões: informação, campo e atitude. O ponto de vista de cada grupo a partir destas três dimensões reflete a relação que cada sujeito construiu socialmente em relação ao objeto, sendo ressaltadas algumas características em um determinado grupo, enquanto que no outro serão destacadas outras peculiaridades.

Os benefícios oriundos da certificação, no entanto, estão diretamente atrelados às questões de normas e legislações. Esta relação ocorre devido as normas presentes no Regulamento de Uso, visto que elas seguem os critérios das boas práticas de fabricação, normas da vigilância sanitária e de órgãos fiscalizadores, sendo a ADAGRO um dos mais atuantes. A fiscalização não é vista como algo negativo, pelo contrário, os produtores associados acabam construindo uma relação sinérgica com os órgãos de fiscalização, sendo muito mais orientados de como se adequar aos requisitos necessários do que advertidos e multados.

Tanto que os atores e, principalmente, os produtores afirmam que não existe problema algum em haver fiscalização, entretanto reclamam que do excesso de fiscalização que eles possuem em detrimento dos produtores informais, que não são fiscalizados pelos órgãos reguladores. O desenvolvimento deste vínculo permite que os órgãos de fiscalização sejam percebidos pelos produtores formalizados como companheiros do negócio, ao invés de opositores da produção de laticínios na região.

Os processos para se obter a IG são bastante demorados devido a vários requisitos que precisam ser atendidos para que seja depositado a solicitação junto ao INPI. No caso da IG do Agreste de Pernambuco, as atividades começaram a ser executadas no ano de 2003, portanto, tendo aproximadamente quinze anos de trabalhos de pesquisa, conscientização, captação de recursos e melhoria do processo produtivo. Os produtores relataram bastante a morosidade do processo como um fator de desânimo, porém sem demonstrar arrependimento ou desejo de desistir do que já foi realizado. Já os representantes das IPC e o sujeito 10 (pertencente ao grupo das instituições governamentais) destacam que os produtores têm a interesse de resolução de problemas a curto prazo, por isso, muitas vezes o processo de certificação da IG é visto por alguns produtores com uma certa descrença em relação a eficiência das atividades que estão sendo desenvolvidas para que seja realizada a solicitação da IG.

Neste contexto, ressalta-se que o Modelo Dissociativo (Devine, 1989) considera que as pessoas têm crenças pessoais e crenças coletivas no campo da cognição, sendo que, em contextos de pressão normativa, as crenças pessoais podem se dissociar das crenças coletivas. Portanto, alguns sujeitos que compartilham as mesmas representações de um grupo também podem possuir, em outras situações, RS que destoam do restante do grupo a que ele pertence. Por exemplo, o sujeito 04, mesmo compartilhando elementos centrais das representações do grupo dos produtores associados, expressou sua incredulidade na obtenção da IG devido à morosidade nos processos que estão sendo realizados e à falta de confiança nos cenários político e econômico brasileiros. Ao reconhecer os benefícios associados a IG, porém considerar como um sonho, que possivelmente ele não iria desfrutar, ele torna-se um sujeito que acaba se distanciando do restante do grupo, visto que ainda com toda a burocracia e demora do processo, os produtores acreditam que a obtenção da certificação está mais próxima do que nunca.

Ressalta-se, ainda, que o processo tem sido desenvolvido apenas com um grupo de cinco produtores da região, que formam a CQP. Originalmente, a associação foi formada por sete produtores, porém dois deles saíram da atividade leiteira; segundo informações coletadas na pesquisa de campo, um dos produtores ausentou-se do processo por ter vendido sua propriedade no período de forte seca na região, já o segundo retirou-se da produção de queijos para investir em outro ramo de negócio. Apenas um dos produtores associados e um dos representantes das IPCs entrevistados sabiam desta informação, traduzindo em uma falta de integração entre os atores no processo de IG.

Ao tentar compreender o motivo de tão poucos produtores envolvidos no processo, um dos atores que estão à frente do processo informou que foi dada prioridade aos produtores formalizados e que demonstraram interesse em participar das atividades. Porém percebe-se que estes produtores possuem melhores condições financeiras e, conseqüentemente, tem condições de investir mais em estruturas e adequar-se ao Regulamento de Uso definido pela associação. Os pequenos produtores acabaram ficando de fora do processo por não estarem de acordo com o padrão mínimo estipulado para participar das atividades e muitas vezes não possuem recursos para se adequar a formalização do negócio.

Sendo assim, a representatividade do grupo que faz parte da associação em relação a todos os produtores que estão localizados na delimitação geográfica é pequena, visto que são apenas cinco produtores associados. A existência de um grande número de queijarias em situação de clandestinidade dificulta ainda mais a inclusão de mais produtores no processo, visto que como ainda não possuem regularização com os órgãos de fiscalização em suas

queijarias. Logo, ainda há um universo muito grande de produtores à margem desse processo de certificação.

No caso das IGs, a dinâmica de interação entre os atores pode ficar comprometida a ponto de retardar ou inviabilizar o processo de obtenção da certificação. Também pode acarretar em uma exclusão, seja pela definição dos requisitos geográficos, seja pelas exigências técnicas, que podem acarretar custos e investimentos adicionais para produtores (VALENTE et al., 2013). Desta maneira, a obtenção e a consolidação de uma IG, sem que haja participação ativa da maioria dos atores locais, pode trazer resultados diferentes do que se deseja, podendo agravar ainda mais quadros de exclusão social (THIEDIGE; SYLVANDER, 2000; BEZERRA; NASCIMENTO JÚNIOR, 2015).

Fávero (2010) complementa que o sucesso de uma IG está diretamente relacionado à organização dos produtores e no envolvimento de toda a cadeia produtiva, que na visão da autora são pontos complexos e importantes no processo de reconhecimento da IG, em outras palavras não pode ser feito a portas fechadas. Assim sendo, a certificação de uma IG deve ser processo coletivo e participativo em que todos os atores, no modelo de Hélice Tríplice, devem desempenhar suas funções por meio das representações de grupos.

Muitos atores, sobretudo os produtores ligados a CQP possuem a representação de que após o reconhecimento da IG, possibilitariam inclusive a ampliação da participação para novos produtores, atraídos pelos lucros potenciais do segmento. Entretanto, não há nada que comprove a previsibilidade desta especulação; ainda mais porque um dos maiores limitantes à agregação de valor é o alto custo de manutenção da IG, o qual envolve o controle dos processos produtivos, avaliação dos produtos por comitês de degustação, certificação e investimentos consideráveis em *marketing* (NIEDERLE, 2011).

Este elevado custo associado a IG torna-se um fator limitante principalmente para os pequenos produtores, que não possuem recursos financeiros para investir em outras atividades além da produção. Ressalta-se ainda que a produção de queijo de coalho no Agreste de Pernambuco ainda é uma atividade econômica dominada por pequenos e médios produtores, representando a base de reprodução econômica e social de centenas de famílias na região.

Destaca-se aqui, a influência do capital social, principalmente com relação ao capital econômico e cultural, como um fator que pode incorrer em dificuldades para a associação entre os produtores no desenvolvimento da IG do Agreste de Pernambuco. A realidade cultural e econômica dos produtores associados a CQP é diferenciada em relação ao perfil dos outros produtores da região, visto todos eles possuem cursos superiores na sua formação e são donos de empresas de médio porte. Logo, o acesso a mais educação e mais recursos financeiros,

permite que estes produtores possam construir um capital social mais estruturado, o que possibilita o grupo ter alcance a objetivos mais audaciosos, como por exemplo, participar da missão à França, em 2004, realizada com o objetivo de conhecer melhor os processos de IG naquele país.

Durante as entrevistas realizadas, percebeu-se que não existem representações sobre o processo de certificação da IG pelos funcionários da prefeitura de Venturosa nem pelo produtor não associado, que também é do mesmo município. Eles desconheciam tanto a nomenclatura quanto qualquer informação referente ao processo que estava acontecendo na região. Apenas um dos funcionários da prefeitura apontou a necessidade de existir uma patente que valorizasse o queijo de coalho produzido no Agreste, tendo seu discurso contendo procedimentos que se assemelham aos processos para se obter a certificação de IG.

Questionado a alguns atores que estão na coordenação do processo sobre o desconhecimento do processo por parte de alguns atores locais, foi obtida a informação de que não havia sido procurado o apoio das instituições governamentais no nível municipal, porque os atores a frente do processo entendiam que não havia continuidade dos projetos das prefeituras com as mudanças de mandatos. Ou seja, existe um receio expressado pelos atores entrevistados sobre a confiabilidade e continuidade dos programas políticos de cada governo, visto que a troca de prefeitos nos municípios interioranos acaba resultando na mudança da estrutura administrativa e na descontinuidade proposital das ações desenvolvidas pelos governos anteriores.

6.3. Interação entre Atores

As IGs estão inseridas dentro de um processo que exige o caráter de direito coletivo e participativo, ou seja, tem como requisito a participação de produtores locais que devem se organizar em forma de associação. Além dos produtores (esfera produtiva), faz-se necessário a participação de representantes das esferas das IPC e das instituições governamentais para que o processo seja conduzido (BRUCH et al., 2010). No entanto, esta relação entre as três esferas, o que forma o modelo de Hélice Tríplice, vai depender de como os atores se organizam entre si e com os demais atores.

De acordo com a análise das classes 1 e 5, foi possível observar que a maioria dos atores demonstra que as associações e as cooperativas representam uma forma de organização social que traz muitos benefícios para os produtores de laticínios. Dentre as vantagens citadas, são destacadas: a diluição dos custos de produção, compartilhamento de equipamentos e

maquinários, troca de conhecimento e informações, diminuição do custo de contratação de assistência técnica, maior poder de barganha dos produtores em relação aos fornecedores, melhores possibilidades de acesso a outros mercados e condições de venda. Tanto os produtores quanto os representantes das IPCs reconhecem a importância destas formas de organização social para a região, ressaltando que a cadeia poderia ser melhor estrutura caso existissem associações e cooperativas entre os produtores da região.

Entretanto, observa-se que a região possui problemas quando se trata de organização coletiva que perpassam por questões socioculturais e culminam em experiências já vivenciadas. De forma geral, o Nordeste possui uma falta de expressividade quando se trata de associações ou cooperativas em relação a outras regiões do país, como é o caso do Sul e Sudeste. O discurso de todos os atores entrevistados revela um cenário onde existem jogo de poder, manipulação de decisões que não favorecem a todos, desconfiança entre os associados, histórias de roubos, dentre outros casos que refletem a descrença nas organizações em coletividade.

Um dos relatos abordam situações em que pessoas que detém maior poder financeiro ou influência social e política se tornam líderes dessas organizações coletivas e passam a agir influenciando o grupo para conseguir benefícios próprios, sendo assim, comportando-se como o dono da cooperativa. Também foi narrado um caso em que um dos associados da cooperativa havia proposto uma estratégia mercadológica que beneficiasse todo o grupo, porém por motivos de desavença, um outro associado que não concordava com a ideia começou a incitar outras pessoas a boicotar a votação.

Os atores associam estas situações negativas que ocorrem dentro das associações e cooperativas como um ranço do coronelismo. Rios (2009) destaca que o cooperativismo no Nordeste se fundamenta na desigualdade econômica, social e dominação política, fortalecida pela exploração dos pobres pelos mais ricos. Desta maneira, o modelo de cooperativismo nordestino reproduz práticas coronelistas e elitistas, tendo como objetivo o controle político e social, afastando-se da função de mobilização social para atender as necessidades de seus membros (PIRES, 2004).

No setor de laticínios da região, o único caso de cooperativa que obteve sucesso na sua fundação e gerenciamento foi a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Vale do Ipanema (COOPANEMA), localizada no município de Águas Belas. Fundada em 1997, esta cooperativa é apontada tanto pelos produtores como pelos representantes das IPCs como uma exceção à regra observada na região, sendo um fruto de muito trabalho dos associados e do fortalecimento coletivo que foi desenvolvido por meio de lideranças locais.

Trindade (1996) enfatiza a importância do conhecimento do senso comum e das relações cotidianas, a partir das experiências dos sujeitos e suas relações com a realidade. Para esta autora, essas experiências advêm das formas de inserção social e como os indivíduos apreendem e interpretam a realidade. Logo, as experiências negativas vivenciadas pelos produtores da região em relação às organizações coletivas fazem eles acreditarem que, mesmo com os benefícios atrelados ao cooperativismo e ao associativismo, trabalhar individualmente seja a melhor alternativa para evitar problemas.

Somado aos fatores que desestimulam a formação de organizações sociais entre os produtores, a luta pela sobrevivência do negócio, principalmente em tempos de seca, fortalece ainda mais o individualismo na região. Conseguir se manter na atividade significa a perpetuação da atividade realizada pelos pais ou pelos avôs, mas também simboliza o pertencimento que o produtor possui com a atividade leiteira e com a região. Em tempos de dificuldade, quando as perdas são avassaladoras, o produtor não se permite sair do seu empreendimento ou desperdiçar tempo que pode ser investido para salvar uma cabeça de gado.

A seca dos últimos seis anos acabou repercutindo na dinâmica dos processos para a obtenção da IG, os produtores começaram a se desmotivar por ver o pasto seco, a água faltando, os animais morrendo e os custos de produção aumentando. Por ser um processo demorado e que demanda a presença em muitas reuniões e os produtores não estavam em uma situação favorável para despender investimentos, as atividades foram perdendo o ritmo e o foco. Em 2017, com o fim do período de estiagem e a volta das chuvas na região, os produtores que estão à frente do processo começaram a se animar para retomar as atividades que faltam para que seja realizada a solicitação da certificação do queijo de coalho.

Os problemas de interação entre os atores também ocorrem nas outras esferas além do setor produtivo. Na esfera governamental, percebe-se que não existe uma comunicação efetiva entre os três níveis (nacional, estadual e municipal), refletindo na ausência e na continuidade de políticas públicas específicas para o setor de laticínios que respeitem as especificidades sociais, culturais, climáticas e institucionais da região Nordeste.

As políticas públicas voltadas para a produção de laticínios no Brasil que são desenvolvidas a nível nacional possuem como referencial as regiões Sul e Sudeste, visto que são os maiores produtores de lácteos do país. Porém a realidade vivida por essas regiões é discrepante em relação com a do Nordeste, onde a produção de laticínios possui particularidades influenciadas, principalmente, pelas dinâmicas climáticas e sociais.

Consequentemente, muitas dessas políticas de fomento à setor lácteo da região não chegam para os produtores como deveriam. A maioria dos representantes das IPC e dos órgãos

governamentais entrevistados ressaltou que as políticas de subsistência promovidas pelos estados e municípios, como a distribuição de sementes de milho em época de seca, são as que mais chegam para a população local. Por outro lado, todos os produtores entrevistados afirmaram que não eram beneficiados por nenhum tipo de política pública.

As políticas públicas são definidas por Secchi (2013) como diretrizes estabelecidas para o tratamento ou resolução de um problema entendido como relevante coletivamente. Na prática, elas funcionam como programas de ações governamentais para um setor da sociedade ou um espaço geográfico, visando atender as demandas da sociedade ou do interesse público. Os produtores entrevistados demandam, especialmente, políticas públicas de incentivo fiscal como redução ou isenção de ICMS e recursos para fomento de atividades da pecuária leiteira.

As legislações federais e estaduais que permitem a produção de queijos artesanais a partir do leite cru configuram como exemplos de políticas públicas voltadas para o setor de laticínios brasileiro, cuja demanda foi atendida após a mobilização social dos atores de várias regiões do país. Além do caso do queijo de coalho (Lei 13.376/2007), esta situação também foi observada em nos casos dos queijos minas artesanais e do colonial, sendo produzidos com a utilização do leite cru, também enfrentaram dificuldades de comercialização devido as exigências sanitárias de produção de queijos no Brasil (DOS SANTOS et al., 2017).

Natário et al. (2012) ressaltam a importância das instituições governamentais desempenharem um papel cada vez mais expressivo no fornecimento de um ambiente regulatório, incentivando a inovação no modelo de Hélice Tríplice. Sendo assim, investir em formas de apoio aos produtores de laticínios, possibilitando o desenvolvimento da inovação, é importante para o setor produtivo e para o governo, uma vez que o capital investido para a melhoria da indústria retorna como forma de impostos para o governo.

Quando se trata de assistência técnica para o setor de laticínios da região, percebe que há uma demanda muito alta para poucos profissionais nas IPC. Tanto as IPC identificam esta demanda, quanto os produtores apontam que há necessitam de assistência técnica para o desenvolvimento de suas empresas, sendo apontadas como as principais necessidades: técnicos de zootecnia, veterinária e agronomia para ajudar do manejo do rebanho e orientação para o gerenciamento e administração do negócio. Como muitos produtores não têm condições financeiras para contratar os profissionais que precisam, eles acabam não tendo acesso a estes serviços ou esperam receber assistência das IPCs.

Entretanto cada instituição desta esfera tem suas obrigações internas, muitas vezes burocráticas, que inviabilizam a prestação de serviço a todos os produtores locais, de forma eficiente e contínua. Além disso, nem todas as instituições possuem uma estrutura organizada

com recursos e pessoal destinado para executar as atividades de campo ou de extensão, como é o caso das universidades, que deixam de ser exclusivamente pautadas nas questões acadêmicas (ensino e da pesquisa) e passa a incorporar cada vez mais a extensão como uma de suas missões.

Ademais, também existe uma fragilidade de relações entre as IPCs, pois cada uma delas acaba desenvolvendo suas atividades sem que haja um direcionamento único entre elas. Mesmo havendo as reuniões do CEPLITE, onde vários atores participam para discutir assuntos referentes às estratégias para a pecuária leiteira, ainda não existe uma integração eficiente entre todos os atores da região, principalmente os pequenos produtores e as instituições governamentais municipais.

Compreende-se, portanto, que não se trata de uma relação tão simples, visto que cada parte da hélice possui, na maioria das vezes, objetivos distintos; segue legislações específicas e trabalha em tempos diferentes. A situação fica ainda mais complexa quando as instituições de cada esfera do modelo não trabalham em consonância, diminuindo o potencial de interação entre os atores. Esta situação pode levar a fragilidade da organização dos atores locais, ocasionando vários prejuízos a cadeia produtiva.

Desde o início da regulamentação das IGs até janeiro de 2018, o INPI recebeu mais de 115 solicitações brasileiras de IGs, sem contar a existência de outras regiões que estão produzindo *dossiês* para pleitear a certificação. Esta crescente demanda por esta certificação tem permitido desenvolver várias análises e avaliações sobre os efeitos das IGs. De modo geral, apesar de terem objetivos bastante distintos, os estudos sobre IG brasileiras já realizados indicam a existência de inúmeras dificuldades para consolidação dos projetos, tendo como principais motivos as fragilidades do atual arranjo institucional e organizacional (SACCO DOS ANJOS et al., 2013; MASCARENHAS; WILKINSON, 2014; WILKINSON, CERDAN; DORIGON, 2015; VIEIRA; BRUCH, 2015; NIERDELE; MASCARENHAS; WILKINSON, 2017).

A carência de capital social, no sentido de organização coletiva da região, reflete não somente na desorganização na produção de laticínios, mas em todas as atividades desenvolvidas na cadeia produtiva da região. A falta de confiança dos produtores da região em seu grupo de pertencimento não propicia o desenvolvimento do capital social, por conseguinte, os atores locais demonstram fragilidade nas relações e carência de coordenação. Esta vulnerabilidade da relação entre os atores acaba refletindo na efetividade do desenvolvimento das atividades necessárias para a obtenção da certificação de IG.

Desta forma, a partir do que foi observado nos resultados e nas discussões, é possível retomar à pergunta de pesquisa deste trabalho e respondê-la. Sendo as RSs uma forma de

conhecimento socialmente compartilhado, elas desempenham funções que norteiam o modo dos sujeitos interpretarem e vivenciarem o cotidiano. Observa-se, por meio do conteúdo dos discursos analisados, a forte influência na construção dos conhecimentos compartilhados pelos sujeitos baseados na comunicação e nas experiências vividas pelos sujeitos.

Portanto, é possível inferir que as RSs dos atores locais influenciam diretamente no processo de obtenção da IG do Agreste de Pernambuco. A maneira como estes conhecimentos foram organizados pelos indivíduos desta região influencia uma forma de pensamento mais individualista e imediatista, visando a sobrevivência do negócio dos produtores e dificultando o desenvolvimento das relações sociais entre os atores. A atuação dos representantes de IPCs e das instituições governamentais também reflete uma busca pela melhoria da qualidade na produção do queijo de coalho na região, tendo como forma de alcance os processos necessários para a obtenção da certificação.

Ressalta-se que não cabe ao pesquisador o julgamento das RSs dos sujeitos, buscando qualifica-las a partir do conhecimento científico. Ao utilizar a TRS, busca-se compreender a realidade em que os sujeitos estão socialmente inseridos com o objetivo de pensar formas de intervenção que visem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais estudados. Neste ponto, sente-se a necessidade de apontar indicações que a literatura na área de IG tem discutido mais especificamente sobre a organização social, tendo o objetivo de repensar a atuação das organizações e as interações entre os atores locais.

Destaca-se, portanto, que os processos de IG sozinhos não garantem que haja a instauração de um clima de confiança e de comportamentos cooperativos entre os atores locais (FOURNIER, 2008). Portanto, é preciso que sejam identificadas as dinâmicas entre os atores para compreender melhor de que forma as relações sociais são construídas a partir da certificação de IG, que determinará se ela atuará aglutinando as estratégias dos diferentes atores locais, privilegiando os aspectos sobre o patrimônio coletivo e o bem público, ou, de outro modo, se ela favorecerá práticas voltadas para as iniciativas privadas e o individualismo, podendo fortalecer o efeito de exclusão (THIEDIG; SYLVANDER, 2000).

A execução mal planejada dos processos de certificação de IG podem trazer malefícios para a região, como a superexploração dos recursos naturais, em caso de não haver regras suficientes estabelecidas para preservação e promoção da sustentabilidade local; o aumento de custo da produção e inviabilização do produto, em virtude de onerosos mecanismos de controle ou de produção estabelecidos para a IG e a exclusão de produtores do processo de proteção e produção em virtude de da elaboração equivocada do regulamento de uso, dos mecanismos de controle e da delimitação da área.

Thiedig e Sylvander (2000) também destacam que o mal gerenciamento das IGs pode criar uma espécie de monopólio coletivo, uma vez que a delimitação geográfica representa uma forma de exclusão de todos que ficam de fora da área definida. Além disso, existem notáveis assimetrias na distribuição dos ganhos entre os produtores que fazem parte da IG, visto que nem todos podem arcar com os altos custos de registro. Estes fatores que propiciam a exclusão, podem gerar altos custos de controle para assegurar que não haja uso indevido da certificação, o que se torna ainda mais problemático, pois a inspeção é realizada com recursos privados da associação.

Niederle (2011) indica que uma alternativa para minimizar os efeitos de exclusão nos processos de certificação de IG é pensar na evolução gradual das normas a serem estabelecidas no processo. A negociação de um princípio de qualidade comum, por meio do Regulamento de Uso, continua sendo necessária; entretanto, os compromissos podem ser constituídos gradualmente, tendo como base um conjunto mais heterogêneo de valores. Ao longo do tempo, as escolhas seriam redefinidas e o projeto evoluiria, podendo incorporar novos valores. Portanto, faz-se necessário investir no diálogo entre a maior quantidade de atores da região para que sejam pensadas estratégias de desenvolvimento local, de inovações tecnológicas e de gestão e políticas públicas. Desta forma, será possível propiciar a promoção de um sistema produtivo baseado nas IGs que seja capaz de gerar rendimentos crescentes, visando a romper o círculo vicioso dos problemas que afetam a região.

7. CONCLUSÕES

A análise das RSs sobre o processo de obtenção da IG do queijo de coalho do Agreste de Pernambuco viabilizou compreender de forma aprofundada as dinâmicas sociais entre os atores da região que influenciam o desenvolvimento das atividades necessárias para a obtenção desta certificação. A utilização da perspectiva da Hélice Tríplice neste estudo foi fundamental, pois proporcionou a compreensão do fenômeno sob o olhar de vários grupos e possibilitou analisar os processos de interação entre os atores por meio de suas funções e responsabilidades propostas do modelo.

Os resultados apresentados neste trabalho apontam para questões de suma importância não apenas para que seja obtida a certificação de IG, mas para a melhoria da cadeia produtiva de laticínios na região. A pesquisa de campo permitiu concluir que as RS impactam diretamente no desenvolvimento das relações entre os atores locais, refletindo na organização local e no desempenho das ações voltadas para a obtenção da IG. As relações entre os atores – tanto dentro de cada esfera, quanto entre as esferas – precisam ser fortalecidas de forma eficaz, permitindo que o setor produtivo se desenvolva com excelência e criando uma independência de suas ações, sobretudo nos quesitos de gerenciamento e de autonomia. Porém, para isso, é preciso consolidar políticas públicas, ações de assistência técnica e mudanças de comportamento.

A inserção das instituições governamentais, principalmente a nível estadual e municipal é primordial para o conhecimento do processo de certificação e a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da cadeia produtiva de laticínios no Agreste. Já na esfera governamental federal, é preciso que sejam realizadas políticas públicas específicas para a região Nordeste, por apresentar características bastante divergentes dos grandes centros produtores de leite (como as regiões Sudeste e Sul). Ainda na questão de políticas públicas, é preciso que elas tenham continuidade para que o produtor se sinta seguro para continuar a investir em seu negócio.

As IPCs representam os grandes parceiros do setor produtivo do queijo na região do Agreste, servindo como uma ponte entre a esfera governamental e os produtores. No entanto, a capacidade de atendimento é inferior a demanda, resultando na ineficiência das atividades prestadas por falta de continuidade da assistência técnica. É preciso, portanto, estabelecer planos de trabalho e associação tanto internamente quanto entre as instituições, garantindo, desta forma, realizar ações em toda a cadeia, favorecendo tanto os micros, pequenos e os médios produtores, bem como os formalizados e informalizados.

Na esfera dos produtores, é preciso estabelecer relações de confiança e proximidade com o objetivo de fortalecer a criação e o desenvolvimento de cooperativas e associações. Desta maneira, será possível aumentar a vantagem competitiva da região, favorecendo toda a sociedade e minimizando os riscos do desenvolvimento de abismos sociais e, conseqüentemente, exclusões sociais de certos grupos marginalizados. Esta ação é extremamente complexa, visto que perpassa pelos âmbitos cognitivo e simbólico dos produtores, portanto, é preciso que haja um movimento de conscientização que propicie a mudança de atitude e comportamento dos atores locais em relação a organização social.

7.1. Limitações do Estudo e Sugestões para Trabalhos Futuros

Como limitações, aponta-se a ausência de recursos para a realização da pesquisa, principalmente por se tratar de um estudo que tem a interiorização da pesquisa como base; a distância entre os atores pesquisados, visto que as entrevistas foram realizadas em cinco municípios (Venturosa, Pesqueira, Pedra, Arcoverde e Garanhuns), além de Recife; e a dificuldade de aceitação de alguns atores em fornecer os dados, o que aconteceu em alguns órgãos das IPCs e das instituições públicas.

Nesse sentido, recomenda-se que sejam realizados estudos futuros, replicando a metodologia com um número maior de sujeitos locais em todos os grupos definidos neste estudo, sobretudo dando mais enfoque aos pequenos produtores e aos que não fazem parte da CQP, possibilitando compreender melhor a realidade vivenciada por eles e como o contexto da IG é compreendida por eles. Recomenda-se ainda a utilização de outros métodos e outras correntes em TRS, como a estrutural, para compreender o fenômeno sob várias perspectivas, permitindo que sejam melhor identificadas as percepções sobre o processo de IG na região e, desta forma, contribuindo para que sejam trabalhados aspectos simbólicos e cognitivos dos atores que possam colaborar para um desenvolvimento sustentável da região. Sugere-se também que sejam desenvolvidos estudos em outras regiões que já obtiveram esta certificação ou buscam obter a IG, com o objetivo de compreender como as IGs são socialmente representadas pelos atores locais de outras localidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. p. 27-37.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. **Temas em Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 257-267, 2000.
- ALMEIDA, Angela Maria de O. **A Abordagem societal das representações sociais**. Rev. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p. 713-737, set./dez. 2009.
- ALMEIDA, Simone de Lira, et al. **A estratégia de internacionalização de negócios na perspectiva da tradução cultural: o caso da indicação geográfica no agronegócio**. RIAE - Revista Ibero- Americana de Estratégia, São Paulo, v. 9, n. 2 mai./ago, p. 74-97, 2010.
- ALMEIDA, Simone de Lira. **Inovação e [Re] articulação de significados culturais: disputas e alianças pela atribuição de sentidos ao queijo de coalho artesanal no contexto da indicação geográfica “Agreste de Pernambuco”**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração. 2012.
- ALMEIDA, Simone de Lira; PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de; GUERRA, José Roberto Ferreira. Representação da Produção e Consumo do Queijo Coalho Artesanal. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 2, n. 2, 2013.
- AMADOR, Maria Betânia M. **A visão sistêmica e sua contribuição ao estudo do espaço pecuário de Venturosa e Pedra no Agreste de Pernambuco**. Edgard Blucher, 2009.
- ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsito e atravessamentos. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p. 739-766, set./dez. 2009.
- BAUER, Martin. **A popularização da ciência como “imunização cultural”: a função de resistência das representações sociais**. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). Textos em representações sociais. 7 ed. 2002.
- BELL, Judith. **Doing your Research Project: A guide for first-time researchers in education and social sciences**. 5ª ed. Open University Press, Buckingham, 2005.
- BEZERRA, J. D. C. & NASCIMENTO JÚNIOR, J. R. S. **A indicação geográfica (IG) sob o ponto de vista geográfico para o queijo de coalho do Agreste de Pernambuco**. Rev. Inst. Laticínios Cândido Tostes, Juiz de Fora, v. 70, n. 6, p. 326-337, nov/dez, 2015.
- BOECHAT, A. M. F.; ALVES, Y. B. **O uso da Indicação Geográfica para o Desenvolvimento Regional: o caso da carne do Pampa Gaúcho**. In: ENCONTRO

INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA CESUMAR (EPCC), 2011, Maringá. Anais eletrônicos... Maringá: Cesumar, 25 a 28 out. 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC; Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Papirus Editora, 1996.

BRASIL. **Lei no 9.279, de maio de 1996: Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRUCH, K.L. et al. **Indicações Geográficas e outros sinais distintivos: aspectos legais**. 2 ed. Brasília: MAPA; Florianópolis: UFRGS, p.58-59, 2010.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. Universidade Federal de Santa Catarina [Internet], 2016.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto enferm**, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.

CASABIANCA, F. et al. *Terroir* e tipicidade: dois conceitos-chave para as Indicações Geográficas. In: NIEDERLE, P.A. (Org.) **Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2013, p. 201-226.

CASCUDO, L. da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. 3ª ed. São Paulo, [1967] 2004.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

COLEMAN, James Samuel. **Foundations of social theory**. Harvard University Press, 1990.

COMITÊ ESTRATÉGICO DA PECUÁRIA LEITEIRA – CEPLITE. **Histórico**. Disponível em: <http://cepleite.blogspot.com.br/p/historico.html>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DA CRUZ, Benedito Ely Valente et al. A identificação geográfica para o queijo do Marajó com estratégia de desenvolvimento territorial para a microrregião do Arari-Marajó, PA. **Cadernos de Prospecção**, v. 8, n. 1, p. 158, 2015.

DEVINE, Patricia G. **Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components**. Journal of personality and social psychology, v. 56, n. 1, p. 5, 1989.

DIAS, Joana Filipa Dias Vilão da Rocha. **A construção institucional da qualidade em produtos tradicionais**. Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2005.

DOISE, Willem. Atitudes e representações sociais. In: JODELET, Denise (Org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 187-204.

DOS SANTOS, Suelen et al. Características tecnológicas, de qualidade e potencialidades da cadeia produtiva de queijo colonial na região Sul do Brasil: uma revisão. **FTT Journal of Engineering and Business**, v. 1, n. 2, 2017.

DULLIUS, P.R.; FROEHLICH, J.M.; VENDRUSCOLO, R. **Identidade territorial e agricultura familiar: a abordagem das indicações geográficas no Brasil**. In: IV Congresso internacional de la red Sial. Mar del Plata/Argentina: ALFATER, 2008.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, [1893] 1995.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Indicadores: Leite e Derivados**. – Ano 8, n. 73 (Dezembro/2017) – Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2017.

ESCOBAR, C. A. M. **Avaliação dos pontos críticos na produção de queijo de Coalho em Pernambuco**. Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes, Juiz de Fora 2001, v. 56, n. 321, p. 248-256.

ESPÍNDULA, Daniel Henrique P.; SANTOS, Maria de Fátima S. **Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9, n. 3, p. 357-367, set./dez. 2004.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. **The triple helix of university-industry-government relations and the globalization of national systems of innovation**. Science under Pressure Proceedings. The Danish Institute for Studies in Research and Research Policy: 2001.

ETZKOWITZ, Henry. **Caminhos que levam à Hélice Tríplice**. In: ETZKOWITZ, Henry. Hélice Tríplice. Porto Alegre: Edipucrs, 2013. Cap. 1. p. 9-36.

ETZKOWITZ, HENRY; ZHOU, CHUNYAN. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017.

FARIA, de Wilson. **Mapas Conceituais: aplicações ao ensino, currículo e avaliação**. São Paulo: EPU - Temas Básicos de Educação e Ensino, 1985.

FÁVERO, Klezine C. Indicações Geográficas. In: BRASIL. Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. **Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio**. Organização Luiz Otávio Pimentel. 2 ed. rev. e atual. Brasília: MAPA; Florianópolis: EAD\UFSC, 2010.

FEREIRA, W. L.; FILHO, J. R. F. **Avaliação da qualidade físico-química do queijo de coalho comercializado no município de Barreiros-PE**. Revista Brasileira de Tecnologia Agroindustrial, v. 2, n. 01, p. 127-133, 2008.

FIGUEIREDO, Natália Soares. **Os produtos artesanais tradicionais vistos como atributo de qualidade e vetor de identidade regional: caso do queijo Minas artesanal**. Dissertação de mestrado, 2014.

FLAMENT, C. **Estrutura e dinâmica das representações sociais**. In: JODELET, D. (Org.). Representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

FLAMENT, C.; ROUQUETTE, M. L. **Anatomie des idées ordinaires**. Paris: Armand Colin, 2003.

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOURNIER, S. **Les Indications géographiques: une voie de pérennisation des processus d'action collective au sein des Systèmes agroalimentaires localisés?** Cahiers agricoles, v.17, n.6, p.547-551, 2008.

FROEHLICH, José Marcos; DULLIUS, Paulo Roberto; LOUZADA, José Antonio e MACIEL, Carlos Rosa. **A agricultura familiar e as experiências de indicações geográficas no Brasil meridional**. Agrociencia Uruguay. Volumen 14 2:115-125. Julio-diciembre. 2010.

FROEHLICH, José Marcos. Indicações Geográficas e Desenvolvimento Territorial—As percepções das organizações representativas da agricultura familiar na Espanha. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2013.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GLASS, R.F. **As indicações geográficas como estratégia mercadológica para vinhos**. Textos para Discussão/Embrapa). Brasília, DF, P. 113, 2009.

HALL, S. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção da Pecuária Municipal 2014**. Rio de Janeiro: © IBGE. 2015, 2014. v. 42

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI. **Guia básico: indicação geográfica**. Disponível em <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica>. Acesso em: 19 de março 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI. **Estatísticas**. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/sobre/estatisticas/estatisticas>. Acessado em: 15 de janeiro de 2018.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – ITEP. **Centros Tecnológicos**. Disponível em: <http://www.itep.br/>. Acesso em 17 de março de 2017.

INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO – IPA. **Burocracia é empecilho para formalização dos criadores: produtor de leite cobra regulamentação de lei**. Clipping eletrônico, 2014.

JODELET, Denise. **Folie et représentations sociales**. Paris: PUF, 1989.

JODELET, Denise. **Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie**. In: S. Moscovici (ed.). La psychologiesociale. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. p. 357-389.

JODELET, Denise. **A alteridade como produto e processo psicossocial**. In: ARRUDA, A. (Org.). Representando a alteridade. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 47-57.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, D. (org.). As Representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 1-21.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações Sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais**. Psicologia e Sociedade, v. 10, n. 1, p. 54-68, 1998.

LAGARES, L.; LAGES, V.; BRAGA, C. L. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios**. Brasília: SEBRAE, 2005.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KAKUTA, S. M.; SOUZA, A. L.; SCHWANKE, F. H.; GIESBRECHT, H. O. **Indicações geográficas: guia de respostas**. Porto Alegre: Sebrae-RS, 2006.

MARTINS JUNIOR, J. **Trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver e concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MASCARENHAS, G. Indicações geográficas no Brasil: principais fatores determinantes do seu reconhecimento e desempenho. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO**, 4, Anais..., Rio de Janeiro: CPDA, 2008.

MASCARENHAS, G; WILKINSON, J. Indicações geográficas em países em desenvolvimento. Potencialidades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, p. 103-115, 2014.

MAZZOTTI, A. J. A. **A Abordagem estrutural das representações sociais**. Psicologia da Educação, São Paulo, PUC/SP, n. 14/15, p.17-37, 2002.

MEDEIROS, Mirna de Lima. **Indicações geográficas, turismo e desenvolvimento territorial: uma análise sistêmica da indicação de procedência do queijo minas artesanal do Serro**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MENEZES, Sônia de Souza M. **Queijo de Coalho: Tradição Cultural e Estratégica de Reprodução Social no Nordeste**. Revista de Geografia (UFPE) V. 28, No. 1, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MONTEIRO, Alexandre A. et al. **Características da produção leiteira da região do agreste do estado de Pernambuco, Brasil**. Semina: Ciências Agrárias, Londrina, v. 28, n. 4, p. 665-674, out./dez. 2007.

MONTEL, M.C. et al. Traditional cheeses: Rich and diverse microbiota with associated benefits. **International Journal of Food Microbiology**, v.177, p. 136-154, 2014.

MOSCOVICI, Serge.; NEMETH, C. Minority influence. In: NEMETH, C. (org.). **Social psychology: classic and contemporary integrations**. Chicago: RandMcNally, 1974, p.217-250.

MOSCOVICI, Serge. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Texto em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 261-293.

MOSCOVICI, Serge. **Das representações coletivas às representações sociais**. In: JODELET, D. (Org.). Representações Sociais. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.p. 45-66.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

NASCIMENTO, Jaqueline Silva; NUNES, Gilvanda Silva; BANDEIRA, Maria da Glória Almeida. A importância de uma indicação geográfica no desenvolvimento do turismo de uma região. **Revista GEINTEC-Gestão, Inovação e Tecnologias**, v. 2, n. 4, p. 365-377, 2012.

NATÁRIO, Maria Manuela; COUTO, João Pedro Almeida; ALMEIDA, Carlos Fernandes Roque de. The triple helix model and dynamics of innovation: a case study. **Journal of Knowledge-based innovation in China**, v. 4, n. 1, p. 36-54, 2012.

NELSON, J. H. **An overview of good manufacturing practice**. Bulletin of the International Dairy Federation, Brussels, v.276, p.10-11, 1992.

NIEDERLE, Paulo A. **Controvérsias sobre a noção de indicações geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão**. 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre – RS, 2009.

NIEDERLE, Paulo André; VITROLLES, D. **Indicações Geográficas e qualificação no setor vitivinícola brasileiro**. Estudos Soc. e Agricultura. vol. 18, n. 1, p 5-55, Rio de Janeiro-RJ, 2010.

NIEDERLE, Paulo André. **Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

NIEDERLE, Paulo A. et al. **Indicações Geográficas: Qualidade e origem nos mercados alimentares**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2013.

NIEDERLE, Paulo André. Desenvolvimento, instituições e mercados agroalimentares: os usos das Indicações Geográficas. **Desenvolvimento Regional em debate: DRd**, v. 4, n. 2, p. 21-43, 2014.

NIEDERLE, Paulo A.; MASCARENHAS, Gilberto Carlos Cerqueira; WILKINSON, John. Governança e Institucionalização das Indicações Geográficas no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 1, p. 85-102, 2017.

NÓBREGA, S.M & COUTINHO, M. P. L. O Teste de Associação Livre de Palavras. In Coutinho, M. P. L.; Cols. (orgs.). **Representações Sociais: Abordagem Interdisciplinar**. João Pessoa: EdUEPB, 2003, pp. 67-77.

PAQUEREAU, Benoit. **Projeto de Indicação Geográfica do Queijo de Coalho em Pernambuco**. Palestra realizada durante Seminário para criação do museu do queijo de coalho de Pernambuco, 1, 2008. Escola Técnica do SENAI Garanhuns. 31 de julho e 01 de agosto de 2008.

PAQUEREAU, Benoit; MACHADO, Giseuda; CARVALHO, Sonia. **O queijo de coalho em Pernambuco: histórias e memórias**. Ed. dos Autores: Garanhuns, PE, 2016.

PAULA, Juarez de. Territórios, redes e desenvolvimento. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: SEBRAE, 2004. p.73-84.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. 3ª edição. Campinas/SP Pontes; 2002.

PIRES, Maria Luiza L. S. **O cooperativismo agrícola em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste do (Quebec) do Canadá**. Fundação Joaquim Nabuco, 2004.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996

PUTNAM, Robert D. **Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society**. Oxford University Press, 2002.

QUEROL, Cristina. Gobernanza para un desarrollo sostenible en Cataluña. **Diálogos na universidade de Vigo**, v. 1, n. 3, 2004.

RATEAU, P., MOLINER, P., GUIMELLI, C., & ABRIC, J.-C. Social representation theory. In P. A. Van Lange, A. W. Kruglanski & E. T. Higgins (Eds.). **Handbook of theories of social psychology** (p. 477-497). New York: North-Holland Publishers, 2011.

REIS FILHO, Raimundo J. C. **Opções de produção de alimentos para a pecuária de Pernambuco - Uso das áreas irrigadas**. Fórum Permanente de Convivência Produtiva com as Secas. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/>. Acessado em 20 de junho de 2016.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil. **Revista Conceitos**, v. 8, n. 15, 2006.

SABATO, Jorge A. **El triángulo nos enseña dónde estamos**. In: SABATO, Jorge A. Ensayos en campera. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004. Cap. 2. p. 41-57.

ROCHA DIAS, Joana Filipa Dias Vilão da. **A construção institucional da qualidade em produtos tradicionais**. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; AGUILAR CRIADO, Encarnación; VELLEDA CALDAS, Nádia. Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 56, n. 1, 2013.

SACCO DOS ANJOS, Flávio et al. São as indicações geográficas um instrumento para o desenvolvimento dos territórios? Estudo de caso sobre duas experiências no estado do Rio Grande do Sul. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 26, p. 163, 2014.

SANTOS, Maria de Fátima de S.; ALMEIDA, Leda Maria de. **Diálogos com a teoria da representação social**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005.

SANTOS JUNIOR, Silvio; MARANHÃO, Charlson José de A.; BARÉA, Marina. **As potencialidades do queijo colonial como produto de Indicação Geográfica (IG) para Chapecó-SC**. Rev. Caderno de Geografia, v.26, n.46, 2016.

SBRAGIA, R.; STAL, E.; CAMPANÁRIO, M.; ANDREASSI, T. **Inovação: Como vencer esse desafio Empresarial**. Editora Clio: São Paulo, 2005.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA FILHO, E. A. **Análise de representações sociais**. In: SPINK, M. J. (Org.). O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 109-145.

SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TKAEZ, M.; PEDRASSANI, D.; FEDALTO, L. M.; THIEM, E. M. B. **Níveis microbiológicos e físico-químicos do leite in natura de produtores do estado de Santa Catarina**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO LEITE, 2004, Passo Fundo. Anais... Passo Fundo: [s.n.], 2004. CDROM

THIEDIG, F.; SYLVANDER, B. **Welcome to the club? An economical approach to geographical indications in the European Union**. Agrarwirtschaft, n.49, v.12, 2000.

TONIETTO, J., MILAN, J. **Arranjo produtivo local Vale dos Vinhedos**. Bento Gonçalves. Embrapa, 2003. 17p.

TONIETTO, J. **Afinal, o que é Terroir?** Bon Vivant, Flores da Cunha, v. 8, n. 98, p. 08, abr. 2007.

TOUZARD, J. M. **Construction institutionnelle des indications géographiques et des signes de qualité**. Relatório de Pesquisa (Projeto CAPES-COFECUB), n. 649-09, 2010.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. Curitiba: IESDE, 2009.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

VALENTE, Maria Emília Rodrigues et al. O processo de reconhecimento das indicações geográficas de alimentos e bebidas brasileiras: regulamento de uso, delimitação da área e diferenciação do produto. **Ciência Rural**, v. 43, n. 7, p. 1330-1336, 2013.

VELLOSO, Carolina Quiumento. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (um estudo de caso em Urussanga – SC)**. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. UFSC. Florianópolis – SC, 2008.

VELLOSO, C. Q.; BRUCH, K. L.; CADORI, A. A.; LOCATELLI, L. **Identificação dos produtos potenciais e organização dos produtores**. In: **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; organização Luiz Otávio Pimentel – 4ª ed. – Florianópolis: MAPA, Florianópolis: FUNJAB, 2014.

VERGARA, Sylvia Constant; FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. **A representação social de ONGs segundo formadores de opinião do município do Rio de Janeiro**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 39, n 5, Set./Out. 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant; FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. **Teoria das Representações Sociais: uma Opção para Pesquisas em Administração**. Revista Angrad, vol. 8, n. 2, abr-mai-jun 2007.

VIEIRA, A. C. P; BRUCH, K. L. (Orgs.). **Indicação geográfica, signos coletivos e desenvolvimento**. São Paulo: IBPI, 2015.

WILKINSON, John; MIOR, Luis Carlos. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos sociedade e agricultura**, 1999.

WILKINSON, J; CERDAN, C; NIEDERLE, P. A; DORIGON, C. **Geographical Indications and “Origin” Products in Brazil - The Interplay of Institutions and Networks**. World Development, 2015.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Investigador principal: Victor Hugo da Silva Santos, mestrando.

Instituição Executora: Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, Brasil.

Co-investigadores: Dr. André Marques Cavalcanti, Professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA-UFPE).

Dr^a. Maria de Fátima de Souza Santos, Professora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH - UFPE).

Objetivo: é discutir alguns aspectos relevantes relacionados ao processo de certificação da Indicação Geográfica do Agreste de Pernambuco, por meio de uma entrevista semiestruturada. Estamos particularmente interessados em compreender os fatores que influenciam os indivíduos, e como o a certificação é percebida pelos diversos atores envolvidos no processo. Nossa intenção é usar o conhecimento adquirido durante este estudo para desenvolver um relatório que pode ser utilizado pelas instituições governamentais e de apoio e pesquisa para melhorar o desempenho da produção da Bacia Leiteira do estado de Pernambuco. Diante disto, estamos convidando você a participar desta entrevista, buscando investigar como os principais atores da região percebem o processo de certificação da Indicação Geográfica do Agreste de Pernambuco. Este estudo irá requerer a gravação da entrevista para posterior análise.

Pontos relevantes

- Esta entrevista leva, aproximadamente, 40 minutos para ser concluída.
- Solicitamos gentilmente que você responda todas as questões. Caso não se sinta à vontade em termos de conhecimento para responder alguma das questões, não deixe sem resposta, sinta-se confortável em fornecer respostas aproximadas. Para a pesquisa é mais importante uma resposta aproximada que nenhuma resposta.

Confidencialidade

Ninguém, além dos investigadores nomeados, terá acesso aos dados brutos recolhidos por este instrumento. O resultado do estudo será apresentado como um resumo dos dados coletados, mas nenhuma informação de identificação pessoal deve ser relatada. Os dados de áudio deverão ser transcritos usando um serviço de transcrição profissional ou pelos próprios investigadores. O áudio de dados, transcrições e notas de campo também deve ser mantido em um local seguro

no escritório do principal investigador. A cópia de segurança dos dados de áudio será realizada e armazenada em local seguro pelos pesquisadores.

Remuneração / Compensação

Nenhuma compensação será fornecida pela participação neste estudo.

Benefícios

O participante receberá os seguintes benefícios intangíveis ao participar deste estudo:

- O resumo dos resultados será compartilhado com os participantes que fornecerem o seu e-mail. Esta informação pode ser útil para melhorar o desempenho de sua instituição e seus projetos.
- O altruísmo de participar de um estudo para investigar um assunto de importância para a população local, que pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

Contato para informações sobre o estudo

Se você tiver alguma dúvida ou desejar mais informações com relação a este estudo, você pode contatar o investigador, Victor Hugo da Silva Santos (victorhugo514@hotmail.com ou (81) 98417-2751).

Consentimento

A sua participação neste estudo é totalmente voluntária e você pode se recusar a participar. A sua assinatura abaixo indica que você recebeu uma cópia deste formulário de consentimento para seus próprios registros. Sua assinatura indica que você concorda em participar deste estudo.

Data: _____

Assinatura do participante: _____

E-mail: _____

Apêndice B – Roteiro de Entrevista para Produtores associados a CQP/Não associados

1. Produção de Laticínios

- 1.1. Como é sua relação com a produção de queijos? Como se sente sendo um produtor de queijos?
- 1.2. Você acha que o conhecimento que possui hoje é suficiente para administrar sua propriedade e produzir leite e queijo?
- 1.3. Você acredita que o seu modo de fazer queijos valoriza suas crenças e tradições?

2. Percepções sobre a Indicação Geográfica

- 2.1. Você acha que a IG respeita as tradições de produção de queijo?
- 2.2. Quais são os benefícios que você acha que a IG pode trazer? E quais as desvantagens?
- 2.3. Você sabe dizer quais são os requisitos para ter esta certificação?
- 2.4. Você acredita que esta certificação é vantajosa para você?
- 2.5. Você acha que suas vendas podem aumentar com a certificação? Pode perder antigos clientes?

3. Desenvolvimento Local

- 3.1. Você considera que a IG pode trazer desenvolvimento e aumento de renda para a população da sua região?
- 3.2. Se sim, como aconteceria esse desenvolvimento?

4. Processo de Obtenção da IG

- 4.1. Quais são as facilidades e as dificuldades do processo para obter a IG?
- 4.2. Quais são as causas que levam os produtores de se desmotivarem?
- 4.3. Você acha importante o trabalho realizado pelas instituições e o governo para ganhar a certificação de IG?

5. Cooperativismo/Associativismo

- 5.1. O que você acha sobre a associação de produtores? Existem benefícios? E desvantagens?
- 5.2. Para você, quais seriam formas de valorizar seu produto e/ou diminuir custos de produção?

6. Políticas Públicas

6.1. Você recebe alguma ajuda do governo? Quais? Como?

6.2. Você recebe alguma visita da universidade/institutos?

7. Informações do Perfil do Entrevistado

7.1. Idade:

7.2. Escolaridade:

7.3. Tempo de Atividade:

7.4. Tamanho da Propriedade/Número de Funcionários:

7.5. Como sustenta sua propriedade:

Apêndice C – Roteiro de Entrevista para Instituições produtoras de conhecimento

1. Produção de Laticínios

1.1. O que você acha da produção de queijos no Agreste de Pernambuco?

1.2. Quais são as principais necessidades para os produtores administrarem suas propriedades e produzir leite e queijo?

1.3. Você acredita que o modo tradicional de fazer queijos valoriza as crenças e tradições da região?

2. Percepções sobre a Indicação Geográfica

2.1. Você acha que a IG respeita as tradições de produção de queijo?

2.2. Quais são os benefícios que você acha que a IG pode trazer? E quais as desvantagens?

2.3. Você acha que os produtores sabem quais são os requisitos para ter esta certificação?

2.4. Você acredita que esta certificação é vantajosa para todos os produtores?

2.5. Você acha que as vendas podem aumentar e/ou os antigos clientes continuaram comprando?

3. Desenvolvimento Local

3.1. Você considera que a IG pode trazer desenvolvimento e aumento de renda para a população da sua região?

3.2. Se sim, como aconteceria esse desenvolvimento?

4. Processo de Obtenção da IG

- 4.1. Quais são as facilidades e as dificuldades do processo para obter a IG?
- 4.2. Quais são as causas que levam os produtores a se desmotivarem?

5. Cooperativismo/Associativismo

- 5.1. Você acha que os produtores conseguem se organizar como cooperativas ou associações? Quais são as facilidades e dificuldades de se organizar?
- 5.2. Para você, quais seriam formas de valorizar o queijo e/ou diminuir custos de produção?

6. Políticas Públicas

- 6.1. Os produtores são beneficiados por políticas públicas? Quais? Como?
- 6.2. Você realiza alguma visita aos produtores? Qual o objetivo?

7. Informações do Perfil do Entrevistado

- 7.1. Idade:
- 7.2. Escolaridade:
- 7.3. Tempo de Atividade com agropecuária:
- 7.4. Tempo que trabalha com IG:
- 7.5. Tempo na instituição:

Apêndice D – Roteiro de Entrevista para Representantes governamentais

1. Produção de Laticínios

- 1.1. O que você acha da produção de queijos no Agreste de Pernambuco?
- 1.2. Quais são as principais necessidades para os produtores administrarem suas propriedades e produzir leite e queijo?
- 1.3. Você acredita que o modo artesanal de fazer queijos valoriza as crenças e tradições da região?

2. Percepções sobre a Indicação Geográfica

- 2.1. Você acha que a IG respeita as tradições de produção de queijo?
- 2.2. Quais são os benefícios que você acha que a IG pode trazer? E quais as desvantagens?
- 2.3. Você acha que os produtores sabem quais são os requisitos para ter esta certificação?

- 2.4. Você acredita que esta certificação é vantajosa para todos os produtores?
- 2.5. Você acha que as vendas podem aumentar ou os antigos clientes continuaram comprando?

3. Desenvolvimento Local

- 3.1. Você considera que a IG pode trazer desenvolvimento e aumento de renda para a população da sua região?
- 3.2. Se sim, como aconteceria esse desenvolvimento?

4. Processo de Obtenção da IG

- 4.1. Quais são as facilidades e as dificuldades do processo para obter a IG?
- 4.2. Quais são as causas que levam os produtores de desmotivarem?

5. Cooperativismo/Associativismo

- 5.1. Você acha que os produtores conseguem se organizar como cooperativas ou associações? Quais são as facilidades e dificuldades de se organizar?
- 5.2. Para você, quais seriam formas de valorizar o queijo e/ou diminuir custos de produção?

6. Políticas Públicas

- 6.1. Os produtores são beneficiados por políticas públicas? Quais? Como?
- 6.2. Quais são as principais demandas dos produtores ao procurar a instituição?

7. Informações do Perfil do Entrevistado

- 7.1. Idade:
- 7.2. Escolaridade:
- 7.3. Tempo de Atividade com agropecuária:
- 7.4. Tempo que trabalha com IG:
- 7.5. Tempo na instituição: